

CANÇÃO RAIANA PERDIDA Raízes sonoras da Beira Baixa





Ficha Técnica

Projeto: A Canção Raiana Perdida — Raízes sonoras da Beira Baixa

Direção: António Realinho

Coordenação técnica geral: Teresa Magalhães

Equipa técnica: Rui Rodrigues e Filipa Minhós

Autor: ADRACES - Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

Textos e trabalho científico: Maria João Correia Santos, Paulo Alexandre Loução, Maria Adelaide Neto

Salvado, Tom Hamilton e ADRACES (Filipa Minhós)

Fotografia: ADRACES / Paulo Pinto;

Samuel Amaral - págs 22/23, 58/59, 66, 103, 107, 114/115, 142/143, 155, 184, 185, 186, 187 (foto canto inferior direito), 191, 192, 205, 206/207, 213 (foto superior),

224 e 225 (primeira sequência de fotos e foto inferior esquerda);

Espólio fotográfico António Cezar d'Abrunhoza, à guarda de Dr. A. Abrunhosa e Engª. Inês Abrunhosa. Agradecimento especial a Leonel Azevedo pela

disponibilização das fotografias.

Design gráfico: Dalldesign, Ida

Impressão e acabamentos: Dalldesign, Ida

Edição: ADRACES - Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

Tiragem: 1.000 exemplares

ISNB: 978-989-95138-5-3

Depósito legal:

Data: dezembro de 2014

Todos os textos, fotografias e outros elementos contidos nesta publicação estão protegidos pela lei, ao abrigo do Código dos Direitos de Autor. É expressamente interdita a cópia, reprodução, difusão e utilização comercial dos mesmos sem autorização expressa dos proprietários, quaisquer que sejam os meios para tais utilizados, com exceção do direito de citações definido na lei.

A informação pode ser utilizada para fins pessoais, associativos ou profissionais, estando excluída a utilização para fins comerciais ou publicitários.

Aos proprietários reserva-se o direito de proceder judicialmente contra os autores de qualquer cópia, reprodução, difusão ou exploração comercial não autorizada dos textos, fotografias e outros elementos contidos nesta edição.

Todos os textos foram escritos ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, com exceção dos artigos das páginas 26, 42, 64 e 121 por opção dos autores.













Memória e raízes da Identidade Beirã

A ADRACES, enquanto Associação de Desenvolvimento Local, identifica-se e assume como essência do novo paradigma para as zonas rurais a afirmação inequívoca dos recursos do território, assentes na potenciação das suas especificidades e peculiaridades, na valorização e divulgação dos valores que o caracterizam e diferenciam e na redescoberta e partilha daquilo que é único e intransferivel, assumindo essa diferenciação com sentido de futuro e de verdadeiro motor do desenvolvimento local. O grande desafio da ADRACES tem passado pela mobilização competitiva dos recursos territoriais, a partir de uma visão estratégica ampla capaz de recriar os recursos específicos e inová-los, conferindo-lhes perfis de qualidade e de afirmação que os prestigiem e, consequentemente, valorizem o território a partir da autenticidade gerada pela Memória das suas gentes.

Memória das gentes. Em que becos da alma, ela se esconde? A sociedade globalizada consome-se, gasta-se no imediato. No hoje. No agora. O que fica para lembrar depois? Para recordar depois? O que resta para ensinar aos que virão sobre a essência e raízes da identidade beirã? Perde-se a memória, perde-se a história. Perde-se o caminho de onde viemos. Só ele nos permite saber para onde vamos. Restam apenas resquícios dessa verdade na memória dos mais idosos. Até quando? Urge sair à rua, palmilhar o terreno, ouvir e gravar testemunhos de pessoas que ainda fazem a transição entre um tempo e outro, para o desenvolvimento de um trabalho de levantamento exaustivo de toda a etnografia das comunidades rurais do território da Beira Interior Sul.

A ADRACES há muito previu a necessidade de apostar num projeto de inventariação, valorização e divulgação do património, sobretudo através do resgaste da música tradicional da Beira Baixa, para que se reerga dos escombros da memória, qual fénix renascida. Porque a música é uma forma artística que consiste na combinação de sons e silêncios que se propagam no tempo. Porque recuperar esses sons e silêncios é resgatar a identidade cultural das comunidades desta região. Porque a musicalidade própria e de raízes diversas — romana, islâmica, judaica, celta e cigana -, bem como a existência de instrumentos musicais únicos e/ou raros em Portugal, e no mundo, são elementos fortemente distintivos da identidade original e singular deste povo.

A publicação "A Canção Raiana Perdida — Raízes sonoras da Beira Baixa" permitiu um resgate e posterior conglomeração documental da etnografia da Beira Baixa, sobretudo do território da Beira Interior Sul. Ao longo das páginas, o leitor pode conhecer um território de características únicas e de excecional riqueza natural, histórica e cultural, em que a música se assume como o elemento agregador



de todas as componentes da vida e do ambiente das comunidades rurais. Ir diretamente beber à fonte do tradicionalismo musical, estudar pormenorizadamente os vários géneros musicais, que variam quando inseridos em diferentes contextos de execução das atividades humanas, sobretudo ligadas ao campo e ao trabalho braçal, é quiçá a forma mais genuína e pura de conhecer as raízes e o quotidiano do passado e do presente das nossas gentes, na senda de uma identidade cultural e social que nos distingue dos demais territórios e que urge salvaguardar.

De igual forma, esta publicação pretende espelhar o que ainda remanesce da pureza identitária do povo beirão, através da apresentação de pessoas e histórias do hoje, projeções do ontem e memórias do amanhã, na execução dos seus oficios tradicionais, na laboração agrícola e pastoril e/ou nas festividades religiosas e pagãs, momentos de celebração e festa, que quebram a rotina do árduo trabalho de sol a sol. E a música em todos os momentos está presente. Nas vozes, nos cânticos rituais, nas atividades artesanais, nos sinos, nos chocalhos, no ambiente natural...

A música é detentora de uma identidade própria e específica, resultado de produtos e comportamentos culturais. No entanto, essa individualidade dissolve-se na multidimensionalidade de uma civilização global. A mudança torna-se crucial, de forma a responder às necessidades culturais e educacionais do mundo atual. O indivíduo adota novos conceitos estéticos, novas formas de pensar e, consequentemente, de agir. Por seu turno, a genuinidade e autenticidade das manifestações culturais, próprias de um povo e portadoras de um peso significativo na identidade cultural, são imediatamente questionáveis, devido às permanentes influências exteriores. Do mesmo modo, é inteligível a emergência da reinvenção musical, pois a música constitui uma das formas mais puras de expressão da nossa identidade. A música é um dos elementos que mais define, determina e diferencia os povos entre si, sendo, sem dúvida, uma parte importante da sua cultura, mas é também um fenómeno vivo e em contínua evolução. As culturas tradicionais sempre foram fenómenos abertos, e influenciaram-se, reciprocamente, nas suas relações, através da história. É premente, pois, fazer renascer o território através da recuperação da música tradicional, dando-lhe uma roupagem moderna, para ir de encontro ao ouvido dos mais novos e cativá-los para as suas origens. Só assim o objetivo do projeto será conseguido: o de devolução de uma identidade que se julgava perdida e/ou esquecida.

A Todos quantos participaram entusiasticamente no projeto o nosso reconhecido agradecimento. Bem-Haja!

António Realinho

Diretor da ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul www.adraces.pt



Índice

Os sons da natureza	07
A Natureza da Beira Interior Sul	10
Da história à música	23
Lusitanos e Vetões na Beira Interior	26
Os Templários e a identidade do território da Beira Baixa	42
Sinos. Expressão sonora do tempo na cultura popular	59
O toque dos sinos — religião, mito e ciência	64
Os sinos da Beira Baixa — a tradição e os seus toques	100
Ícones, símbolos, mitos e histórias	113
O ouro do Vale Mourão	117
A história de amor de Maria Bela e José Pina	121
As marafonas sem rosto	131
A maldição de Ródão	136
Catarina Chitas	138
Tradições, instrumentos e festividades únicas	
da Beira Interior Sul	
Festas em honra de Nossa Senhora dos Altos Céus na Lousa	144
Ah! que se Cha! de Tinalhas	153
Sábado de Aleluia de Idanha-a-Nova	156
O S. João de Monforte da Beira	158
Festa da Divina Santa Cruz de Monsanto	162
Os Bodos de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	165
A música nos ofícios tradicionais	173
A Tecedeira	177
O Último Latoeiro	187
O Último Caldeireiro	191
O Lavrador	193
O Pastor	197
O Canteiro	206
A Lavadeira	212
O Amolador	217
A Adufeira	219
A Bordadeira	227
A Apanha da Azeitona	239
Glossário	244
Bibliografia	245











Pare por um momento. Feche os olhos. Escute. Ignore o ruído que nos ensurdece. Consegue ouvir o que a Terra tem para lhe dizer? Consegue sentir a ligação de original pertença com o espaço de onde provém? De onde todos provimos? Não? Na Beira Interior Sul ainda é possível.

Calcorreando cada trilho deste território, o Homem encontra o equilíbrio entre os pólos da sua existência. Pés assentes na terra que nos deu vida. E cabeça a alcançar o céu que nos garante vida. Tudo ao ritmo da mais maravilhosa banda sonora: os sons da natureza. Mais uma vez, feche os olhos. O vento assobia por entre a folhagem, o ribeiro denuncia-se ao longe com o frescor dos seus murmúrios borbulhantes. As aves chilreiam ao desbarato em conversa fiada. Consegue distingui-las pelos seus trinados? Um ouvido mais atento reconhecerá indistintamente os chocalhos de um rebanho. Atrás deles, os cães ladram. Mas a caravana não passa. Passa o pastor como maestro da orquestra.

Por fim, concentre-se no silêncio que ainda se respira por estas bandas. Porque também ele é música.



Foz do Cobrão

A natureza da Beira Interior Sul

Localizada numa região de transição entre o Norte montanhoso e o Sul aplanado, a Beira Interior Sul (BIS) é rica em contrastes geográficos e recursos naturais, particularizando-a de todas as outras. Os vales encaixados do Rio Tejo e Ocreza e dos seus afluentes, especialmente do Erges, Aravil e Ponsul, e as áreas planas adjacentes, albergam um património natural de excecional valor, cuja diversidade resulta ainda de uma coexistência harmoniosa e milenar com as atividades humanas, particularmente as atividades agrícolas.

Recursos naturais

A Beira Baixa é uma região bastante rica em recursos naturais. Em primeiro lugar, pelos recursos hídricos, provenientes dos dois rios que a atravessam. Ambos desaguam no Tejo. São eles o Zêzere e o Ocreza.

O Zêzere nasce na Serra de Estrela e desagua no Tejo em Constância. O rio Ocreza nasce na Serra da Gardunha, ao lado do Casal da Serra, e desagua no rio Tejo, a jusante da barragem do Fratel.

Mais especificamente na Beira Interior Sul, os principais rios que banham a região são o Tejo, o Ocreza e o Ponsul.



O rio Ocreza, também por vezes referido como ribeira de Ocreza, é um rio português que nasce na Serra da Gardunha a 1160 m de altitude, a oeste de Castelo Novo e desagua no rio Tejo, a jusante da barragem de Fratel, a 12 quilómetros de Fratel, Vila Velha de Ródão. É um rio periódico, com diversas ribeiras como afluentes, destacando-se a ribeira da Líria, a ribeira da Pracana, a ribeira do Alvito e a ribeira da Sarzedinha. Tem um percurso de cerca de 64 km e uma área de bacia com 1422 Km². O Ocreza reúne diversas barragens: Salles Viana (cota 800 m), perto de Casal da Serra; Santa Águeda-Marateca, entre Póvoa do Rio de Moinhos e Lardosa (385 m) e barragem da Pracana (114 m), em Gardete, Vila Velha de Ródão, esta última para aproveitamento hidroelétrico.

O Ponsul tem a sua nascente na Serra do Ramiro, em Penha Garcia (Idanha-a-Nova), e a foz em Lentiscais, Malpica do Tejo, concelho de Castelo Branco. Estende-se por cerca de 82 km de comprimento, por uma área de bacia com 1496 Km².

Há ainda que destacar a barragem de Meimão/Meimoa, a ribeira de Meimoa, a barragem e ribeira da Baságueda e o rio Torto, afluente do Ponsul, todos no concelho de Penamacor. E, em Idanha-a-Nova, a barragem Marechal Carmona (Idanha-a-Nova) e a barragem de Penha Garcia, ambos localizadas no rio Ponsul, e a barragem da Toulica (Zebreira) são os principais recursos hídricos do concelho, que é ainda banhado pelos rios Erges e Aravil.

Por outro lado, os fortes ventos que normalmente se registam na Beira Interior permitem a produção rentável de energia elétrica através dos parques eólicos, que têm vindo a aparecer na região. A energia solar tem também espaço para crescer, podendo inclusivamente produzir energia para suprir as necessidades do resto do país. Outra das riquezas da região é a abundância de fontes de água de nascente e águas minerais naturais, que são exploradas por várias empresas, dando origem às mais conhecidas marcas de água do nosso país, como a Fonte da Fraga (Casal da Fraga, S. Vicente da Beira).







Geologia

O subsolo é também muito rico, registando-se explorações de quartzo, feldspato, lepidolite, estanho, volfrâmio, urânio, tungsténio e cobre, e existindo ainda vários depósitos minerais por explorar. A exploração de rochas toma também um papel muito importante, principalmente dos granitos e dos xistos. Os afloramentos rochosos associados a estes dois tipos de rocha estão na origem de típicas escarpas fluviais.

A Beira Interior Sul é um território agraciado com um património geológico singular, de características únicas e elementos distintivos, que lhe garantem identidade absoluta em relação às demais regiões.

Inselberg Granítico de Monsanto

O Inselberg, ou monte-ilha, de Monsanto é um dos exemplos da paisagem granítica que se encontra no Norte e Sul do país. O Inselberg de Monsanto surge numa vasta planície. A aldeia desde cedo foi habitada, no sentido de incrementar a defesa desta região aplanada, com a população a estabelecer uma relação muito próxima com as enormes bolas graníticas, construindo-se a aldeia em cima das rochas.

Icnofósseis de Penha Garcia

Estão no Vale do Ponsul, onde, entre as fragas de xisto e granito, existem vestígios daquilo que foi a existência de vida há 480 milhões de anos. Trata-se de marcas da atividade do dia-a-dia de organismos marinhos, que pertencem ao período Ordovícico Inferior. São imagens em forma de serpente, fossilizadas na época de formação da crusta terrestre, quando esta região fazia parte de um vasto mar de águas pouco profundas, onde proliferavam os organismos que viriam a dar origem aos seres que hoje dominam os mares.

Portas de Almourão

Existe aqui uma deformação tectónica. Esta zona foi apanhada por uma grande colisão continental que se iniciou há 380 milhões de anos, com sedimentos depositados nos oceanos 600 milhões de anos antes de serem apertados por placas tectónicas. Junto ao rio, encontram-se skolithos

- tubos domiciliários de vermes poliquetas ou foronídeos marinhos que ficaram fossilizados na rocha. Há vestígios do que foi o sítio há 500 milhões de anos.

Garganta epigénica das Portas de Ródão

As Portas de Ródão são uma formação geológica situada perto de Vila Velha de Ródão, resultante da interseção do duro relevo quartzítico da Serra das Talhadas com o curso do rio Tejo. Neste local há um estreitamento do vale, que corre entre duas paredes escarpadas, que atingem cerca de 170 m de altura, fazendo lembrar duas "portas", uma a norte no distrito de Castelo Branco, Beira Baixa, e outra a sul no concelho de Nisa, distrito de Portalegre, Alto Alentejo. Aqui, o rio Tejo corre por entre gigantes quartzíticos pré-históricos. Trata-se de uma incisão de 260 metros de profundidade, onde se vêem as marcas do que foi o processo que levou ao que é hoje este rio - que teve início há 2,6 milhões de anos, por erosão remontante de um sistema fluvial Atlântico. O traçado epigénico do rio nas Portas de Ródão, é explicado pelo sistema fluvial, que terá avançado à velocidade de dez centímetros por cada mil anos. Nesta zona, cruzam-se quatro grandes acidentes tectónicos. O Monumento Natural das Portas de Ródão é classificado pela UNESCO e constitui um dos geossítios do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional. As Portas de Ródão são igualmente um local privilegiado de observação da avifauna, servindo de habitat à maior colónia de grifos de Portugal, assim como à cegonha-preta ou ao milhafre-real.

Tronco fóssil de Perais

Grande fragmento de tronco petrificado. Este tronco fóssil tem 1 metro de diâmetro e uma idade superior a 5 milhões de anos.

Canhões Fluviais do Erges

Zona do rio Erges, onde a erosão formou três gargantas numa curta distância.

Morfologias graníticas de Castelo Branco

Formas graníticas que a água moldou. Na serra da Gardunha, há um colosso de granito que se ergue sobre o vasto plano de Castelo Branco, atingindo 1227 metros na sua maior altitude.



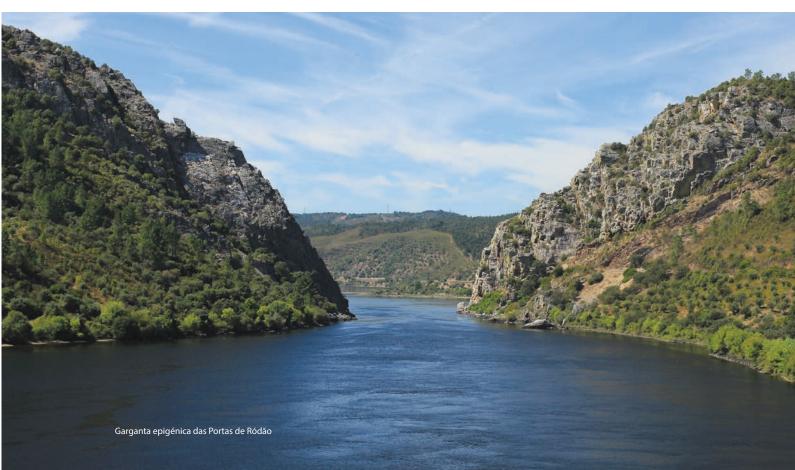
Inselberg Granítico de Monsanto



Canhões fluviais do Erges



Portas de Almourão





Solo

Os solos derivados tanto dos xistos como dos granitos apresentam-se, em grande parte dos casos, esqueléticos, com teores de matéria orgânica muito baixos, com elevada percentagem de elementos grosseiros, e pobres em nutrientes minerais. Neste contexto, e tendo presente o rigor do clima e a existência em determinadas zonas de declives bastante acentuados que aumentam os riscos de erosão, é evidente a muito baixa capacidade de uso atribuída a estes solos. A agricultura da região caracteriza-se pela predominância das culturas permanentes e da policultura, destacando-se as produções de fruticultura e citrinos, olivicultura, horticultura, cerealicultura e a criação de ovinos, caprinos e bovinos.

Clima

No que respeita ao clima, são de referir as elevadas temperaturas que se fazem sentir principalmente nos meses de julho e agosto, onde a temperatura chega a atingir os 40° C no pico estival. Este facto, aliado às reduzidas precipitações médias anuais que aqui ocorrem – de menos de 500 mm anuais no vale do Tejo aos 700 mm nas colinas mais elevadas da região, provoca um elevado défice de água no solo e, simultaneamente, condiciona a composição do coberto vegetal.

Os invernos são frios; ocorre com alguma frequência a formação de geadas, verificando-se também, devido à proximidade do rio Tejo, a formação de nevoeiro que se expande para as zonas adjacentes ao seu vale.



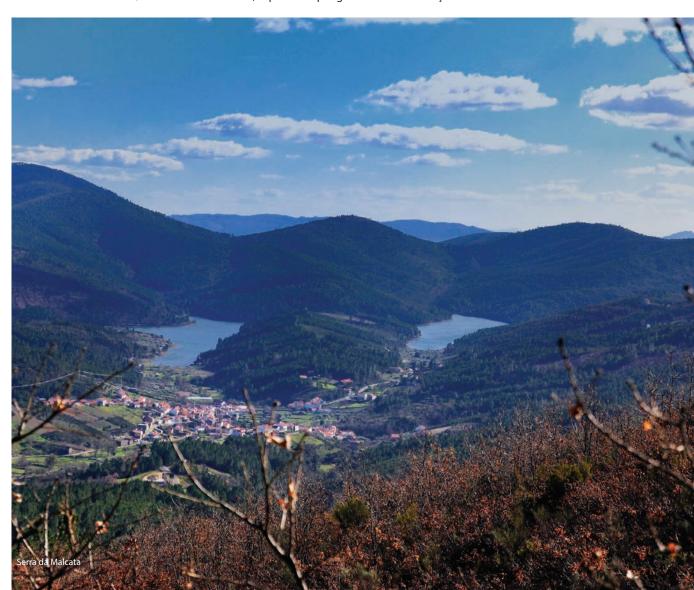


Património natural

O património natural é um dos cartões de visita de toda a Beira Interior. As suas paisagens bucólicas únicas atraem visitantes de todo o país. A Beira Interior Sul e toda a zona raiana não são exceção. A BIS integra o **Geopark Naturtejo da Meseta Meridional**, o primeiro geoparque português, que desde 2006 faz parte das Redes Europeia e Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO. Neste território, são prioridades a geoconservação, a educação e o geoturismo, alicerçados num património geológico de referência. É também nesta região que se situa o **Parque Natural do Tejo Internacional**, que contém valores naturais relevantes, incluindo algumas espécies de fauna e flora únicas no país. Nos concelhos do Sabugal e Penamacor, localiza-se a **Reserva Natural da Serra da Malcata**, caracterizada igualmente pela sua fauna única, onde prontificam espécies como o lobo e a raposa. Foi criada para servir de santuário para o lince-ibérico, espécie em perigo extremo de extinção.

"Uma manta de retalhos, alguns já estremenhos ou alentejanos, uma justaposição de unidades, bem demarcadas no aspecto da paisagem e no modo de viver dos habitantes".

Orlando Ribeiro, 1992





1. Parque Natural do Tejo Internacional

Constitui um dos mais importantes sítios naturais de Portugal e Europa já que alberga um património natural de excecional valor, em termos paisagísticos, fauna e flora. A criação do Parque teve como grande objetivo a preservação destes recursos e o desenvolvimento sustentável da região. Entre outras atividades de Turismo de Natureza, podem ser desenvolvidas o birdwatching, os percursos pedestres e os percursos temáticos.

A área habitualmente designada por Tejo Internacional fica situada na província da Beira Baixa, distrito de Castelo Branco, no extremo sul do concelho de Castelo Branco (freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira) e no extremo sul e leste do concelho de Idanha-a-Nova (freguesias do Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo e Segura).

No território português, corresponde a uma faixa de aproximadamente 40 Km confinante com o rio Tejo, que serve aqui de fronteira física e administrativa entre os dois países ibéricos, vindo daí a designação de Tejo Internacional.

Esta área integra os troços finais dos rios Erges e Ponsul e da ribeira do Aravil, as escarpas e encostas fluviais sobranceiras ao Tejo, assim como a zona planáltica circunvizinha mais ou menos acidentada.

De facto, o Tejo Internacional manifesta inconfundíveis semelhanças com a paisagem alentejana: o relevo ondulado e relativamente suave (salvo as áreas adjacentes aos cursos de água), a vegetação mediterrânica com predominância para o montado de azinho associado a manchas de matagal e o rigor do clima no Verão, são disso bons exemplos.











Trata-se de uma área com baixa densidade populacional, onde a agricultura e a pastorícia, associadas a atividades complementares como a apicultura, a olivicultura e o fabrico de queijo, constituem as principais fontes de rendimento dos seus habitantes. O mel, sobretudo de rosmaninho, o queijo produzido segundo moldes artesanais, o azeite e o pão caseiro são produtos, entre outros, de ótima qualidade e que ainda se podem adquirir diretamente no produtor.

2. Reserva Natural da Serra da Malcata

A Serra da Malcata caracteriza-se pela suavidade dos seus cumes, contrastando com as vertentes íngremes, por vezes escarpadas, e os vales encaixados. A cota mais elevada situa-se no Alto da Machoca, com 1.078 metros. A Serra da Malcata é fundamentalmente coberta por matos extensos e plantações de coníferas, existindo um contraste visível entre as vertentes norte e sul, sendo as primeiras de características climáticas mais frias e continentais, enquanto que as segundas são mais quentes e mediterrânicas. A paisagem é valorizada pela existência de inúmeras linhas de água, com destaque para o rio Côa, a ribeira de Meimoa e a ribeira de Baságueda, que formam vales com galerias ripícolas entre os cumes da serra.

A Reserva Natural da Serra da Malcata constitui um espaço privilegiado de recursos botânicos e faunísticos, sendo um espaço de preservação do lince ibérico, atualmente em vias de extinção. Podem realizar-se atividades de desporto na natureza e atividades de interpretação da natureza.











3. Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional

O Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional é um geoparque que se estende pela área composta pelos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, apresentando um vasto património geomorfológico, geológico, paleontológico e geomineiro.

É a primeira área territorial classificada pela UNESCO em Portugal e conta com um número significativo de sítios de relevante interesse geológico. Este é um território de elevado potencial turístico e com inúmeros fatores de atração. Por ser uma região vasta mas homogénea, o Geoparque Naturtejo oferece uma grande variedade de produtos turísticos, tendo como mais-valia comum a natureza e as excelentes infraestruturas. O principal objetivo do Geoparque é o de valorizar os locais que contam a história da terra e fomentar o desenvolvimento da região através da associação a este Parque de um conjunto de produtos locais. A conservação da natureza, ações de educação e turismo de natureza são objetivos do Geoparque.

Gozando de uma excelente localização e acessos, o Geoparque Naturtejo oferece mais de 4.600 Km² de terra para descobrir.











Fauna da Beira Interior Sul Espécies mais interessantes

• cegonha preta (Ciconia nigra)



- águia-de-bonelli ou águiaperdigueira (Hieraaetus fasciatus ou Aquila fasciata)
- águia-real (Aquila chrysaetos)
- abutre-do-egito (Neophron percnopterus)
- abutre-fouveiro ou grifo (Gyps fulvus)



- Iontra-europeia (Lutra lutra)
- veado-vermelho (Cervus elaphus)
- gato-bravo (Felis silvestris)
- gineta-europeia (Genetta genetta)
- chasco-preto (Oenanthe leucura)
- toutinegra-real (Sylvia hortensis)
- bico-grossudo (Coccothraustes coccothraustes)
- falcão-peregrino (Falco peregrinus)



- javali (Sus scrofa)
- saca-rabos (Herpestes ichneumon)
- raposa-vermelha (Vulpes vulpes)
- coelho (Oryctolagus cuniculus)
- fuinha (Martes foina)
- lobo ibérico (Canis lupus signatus)

Outras espécies

- rouxinol-do-mato (Cercotrichas galactotes)
- cobra-de-escada (Elaphe scalaris)
- cobra-rateira (Malpolon monspessulanus)
- lagarto-de-água (Lacerta schreiberi)
- cágado-comum (Mauremys caspica)
- sapo-comum ou sapo-europeu (*Bufo bufo*)
- sapo-corredor (Bufo calamita)
- águia-cobreira (Circaetus gallicus)



- águia-calçada (Hieraaetus Pennatus)
- rola-brava (Streptopelia turtur)
- cuco-canoro (Cuculus canorus)
- abelharuco (Merops apiaster)
- poupa (Upupa epops)
- calhandrinha-comum
 (Calandrella brachydactyla)
- cotovia-montesina (Galerida theklae)
- cotovia-arbórea ou cotoviapequena (Lullula arborea)
- andorinha-das-rochas
 (Ptyonoprogne rupestris)
- andorinha-dos-beirais (Delichon urbicum)
- rouxinol-comum (Luscinia megarhynchos)
- chasco-ruivo (Oenanthe hispanica)
- tordoveia (Turdus viscivorus)
- fuinha-dos-juncos (Cisticola juncidis)
- picanço-barreteiro (Lanius senator)
- papa-figos (Oriolus oriolus)
- pega-azul (Cyanopica cyanus)
- gralha-preta (Corvus corone)
- estorninho-preto (Sturnus unicolor)
- pardal-espanhol (Passer hispaniolensis)
- trigueirão (Emberiza calandra)



Em vias de extinção

• lince ibérico (Lynx pardinus)



Flora da Beira Interior Sul

Espécies mais relevantes

- sobreiro, sobro, sobreira ou chaparro (Quercus suber)
- azinheira (Quercus ilex)



Outras espécies

- salgueiro-branco (Salix alba, L.)
- carrasco (Quercus coccifera)
- carvalho-negral (Quercus pyrenaica)
- carvalho-cerquinho (Quercus faginea)
- pinheiro-manso (Pinus pinea)



- pinheiro-bravo (Pinus pinaster)
- zimbro-bravo (Juniperus oxycedrus)

- medronheiro (Arbutus unedo)
- esteva (Cistus ladanifer)
- rosmaninho (Lavandula stoechas)



- alecrim (Rosmarinus officinalis)
- sanganho-mouro (Cistus salvifolius)
- aroeira (Pistacia lentiscus L.)
- cornalheira (Pistacia terebinthus)
- aderno (Phillyrea latifólia)
- aderno-bastardo (Rhamnus alaternus L.)
- jasmineiro-do-monte (*Jasminum fruticans*)
- tomilho ou bela-luz (Thymus mastichina)
- espinheiro-preto (Rhamnus oleoides)
- espargo-bravo-menor (Asparagus acutifolius L.)
- murta (Myrtus L.)
- pilriteiro (Crataegus laevigata)
- freixo (Fraxinus angustifolia)
- borrazeira-branca (Salix salviifolia)
- borrazeira-preta (Salix atrocinerea)
- amieiro (Alnus glutinosa)
- lodão-bastardo (Celtis australis)

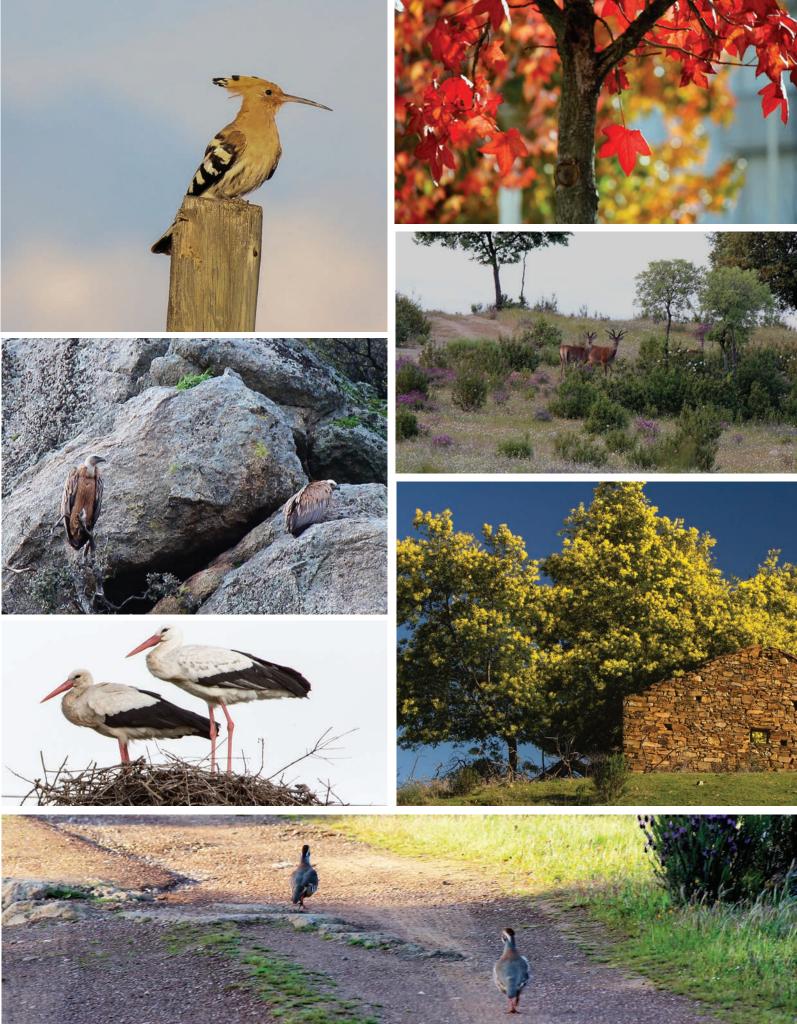
- folhado (Viburnum tinus)
- lírios (Lilium L.)
- narcisos (Narcissus spp.)
- sapinho-roxo (Spergularia rubra)
- rosa-albardeira (Paeonia broteroi)
- dedaleira (*Digitalis purpúrea*)
- urze (Erica lusitanica Rudolphi)
- · carqueja (Baccharis trimera)
- trigo (T. aestivum)
- centeio (Secale cereale)

Em extinção na paisagem natural

- oliveira (Olea europaea L.)
- zambujeiro (Olea europea L. var. sylvestris Brot.)
- ulmeiro (Ulmus minor)
- abrótea (Asphodelus bentorainhae) é uma espécie que existe apenas em 4km² da Serra da Gardunha, na vertente norte.

Ainda associadas às riquezas naturais da região, destacam-se:

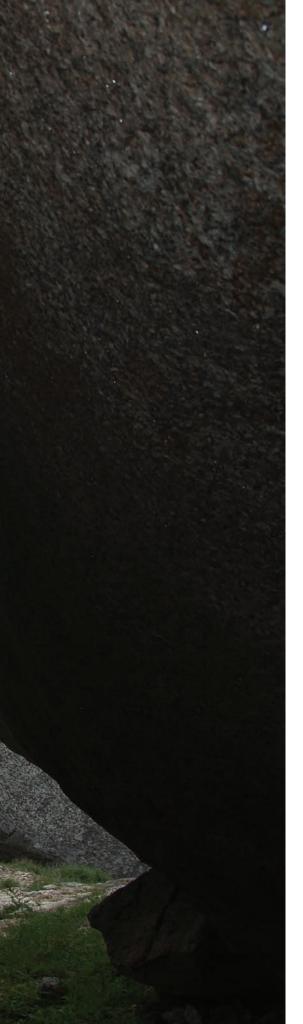
- Aldeias do Xisto de Martim Branco e Sarzedas;
- Aldeias Históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha;
- Recursos Cinegéticos;
- Antigas Minas de Segura (de onde se extraiu lítio, estanho, zinco, tungsténio, entre outros);
- Complexo Mineiro de Monforte da Beira, onde se encontram vestígios que indicam a presença de um povo mineiro durante a II Idade do Ferro (séc. IV a.C.).













A cada vez maior consciência da região compreendida entre a Beira Interior e o Ocidente da província de Cáceres como um "todo indiviso" no âmbito religioso (Salinas de Frías, 2001: 151-152), repercute as coincidências toponímicas, gentílicas e onomásticas que progressivamente se têm vindo a identificar (Guerra, 1998: 805-808) em ambos os territórios e que levam a questionar os limites tradicionalmente aceites entre o território lusitano e o mundo vetão, em parte coincidentes com a atual fronteira luso-espanhola.



Lusitanos e Vetões na Beira Interior

Maria João Correia Santos

Investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa e colaboradora do Instituto Arqueológico Alemão, com mestrado em Pré-História e Arqueologia e doutoramento em Ciências da Antiguidade

No marco das dificuldades que subjazem à identificação dos povos pré-romanos da *Hispania* antiga e dos territórios que lhes corresponderam, analisa-se a problemática e a pertinência relativa aos designativos étnicos de Lusitanos e Vetões, cruzando os dados actualmente disponíveis, transmitidos pelas fontes clássicas e decorrentes do registo arqueológico.

Este conjunto de dados deixa entrever que o território formado pela actual Beira Interior e o ocidente da província de Cáceres, parece ter correspondido a um território étnico de características distintas do núcleo vetão, mas que revela uma individualidade que o demarca também dos territórios que convencionalmente se atribuem aos Lusitanos.

A cada vez maior consciência da região compreendida entre a Beira Interior e o ocidente da província de Cáceres como um "todo indiviso" no âmbito religioso (Salinas de Frías, 2001: 151-152) repercute as coincidências toponímicas, gentílicas e onomás-



Fig-1-Altar rupestre de Ulaca- Solosancho-Avila





Jogo vetão em Monsanto

ticas que progressivamente se têm vindo a identificar (Guerra, 1998: 805-808) em ambos os territórios e que levam a questionar os limites tradicionalmente aceites entre o território lusitano e o mundo vetão, em parte coincidentes com a actual fronteira luso-espanhola.

Porém, apesar da cada vez mais evidente identidade ou continuidade linguística, teonímica e onomástica, a cultura material marca de forma muito clara duas realidades distintas: por um lado, os Vetões, enquanto unidade étnica relativamente bem definida e individualizada no plano material (fig. 1) - quer através do chamado horizonte de Cogotas II, quer através da característica escultura zoomorfa (Álvarez-Sanchís, 1999) -; e por outro lado, uma entidade quase abstracta, dificilmente individualizável no plano da cultura material e que é genericamente atribuída aos Lusitanos.





Castelo Branco está identificada com a presença organizacional vetona

Parece clara a correspondência da maior parte do território cacerenho ao âmbito vetão, mas continua por esclarecer a adjudicação étnica dos territórios imediatamente a oeste, a zona da raia, uma zona de contacto com uma cultura distinta, sem grandes povoados, enterramentos principescos nem escultura zoomorfa. Este aspecto é geralmente explicado pela situação geográfica marginal destes territórios em relação às novas redes de comércio que se impõem a partir do litoral, a sul e a ocidente (Senna-Martinez, 1995: 72; Martín Bravo, 1999: 129-130). Com a decadência das redes comerciais do Bronze Final, estas áreas parecem assim assistir sobretudo a uma evolução regionalista muito específica, de acordo com a tradição anterior e o diferente grau de assimilação das novas influências culturais.

A ocorrência mais antiga do nome *Lusitania* regista-se em Políbio (10, 7,4), a propósito da localização das tropas cartaginesas¹. Todavia, a esmagadora maioria das referências literárias e epigráficas reporta-se à circunscrição administrativa romana criada em 27 a.C.. De acordo com a perspectiva romana, lusitano era aquele que provinha da província da Lusitânia (Guerra, 1998: 815), independentemente da etnia específica a que pertencesse.

Ao longo do tempo, pretendeu-se associar os Lusitanos e Viriato ao território compreendido entre o Douro e o Tejo e fundamentalmente à zona da serra da Estrela, de onde partiriam as operações de guerrilha relatadas pelas fontes. No entanto, sabe-se

¹ A Ora Marítima de Avieno refere, pela primeira vez, os *Luci* como etnónimo, que posteriormente viria a ser interpretado como a origem da voz *Lusi-tano*. A lição mais verosímil deste passo é, no entanto, a de Berthelot, que edita o texto em 1934 e aproxima a forma registada na edição *princeps* do topónimo *Lucus* e do derivativo latino *Lucenses*.





Evidência da passagem dos Vetões pela Beira Interior Sul. (Espólio fotográfico António Cézar d'Abrunhoza, à guarda de Dr. A. Abrunhosa e Engª Inês Abrunhosa)

actualmente que tal associação geográfica é errada, na medida em que é impraticável conduzir acções de guerrilha em Córdova, tendo como base de apoio o centro de Portugal (Guerra, 1998: 817-818).

É interessante que, no século II d.C., Apiano (Hisp., 57-58, 70) reconheça no Ocidente peninsular, além dos Lusitanos, unicamente os Cónios, os Vetões e os Galaicos; não referindo, por exemplo, os Célticos, há muito estabelecidos na região. Esta omissão tende a ser explicada pela possibilidade de os Célticos estarem eventualmente incluídos na designação genérica de Lusitanos (Pérez Vilatela, 1993: 422; 2000: 73; Berrocal -Rangel, 1992: 45; Guerra, 1998: 816).

Tal hipótese ganha especial relevo quando nos apercebemos que os autores gregos pré-augustanos referem-se a uma Lusitânia mais meridional do que a descrita por Estrabão no século I a.C.: Políbio (34, 8, 1-4), ao enumerar os produtos da Lusitânia, em que se inclui o atum e o vinho, aponta a extensão meridional deste território (Pérez Vilatela, 1993: 425). A presença de Lusitanos a sul do Tejo está, de qualquer modo, bem documentada nas fontes clássicas², sendo ainda interessante assinalar, a este respeito, a existência, na Baixa Andaluzia, de registos epigráficos como *Luso*, *Luxia, Lusia, Luximius* e *Luxania* (Pérez Vilatela, 2000a: 73-74).

2 Designadamente em Orósio (Hist, 4, 21, 10), Apiano (Hisp., 57)





Triskel, símbolo tipicamente celta que confirma a presença dos vetões no território antes da sua emigração para o norte da Europa. Altar da Igreja Matriz de Alcains.

Da mesma forma, pode ter ocorrido a assimilação episódica dos Vetões na designação genérica de Lusitanos por parte dos autores clássicos. Eventualmente revelador a este propósito, como já chamou a atenção Bonnaud (2002: 186), poderá ser o facto de que, após a tomada de *Toletum* pelos Romanos, os Vetões deixarem de ser mencionados nos textos até à eclosão das Guerras Lusitanas, em que voltam a ser referidos esporadicamente, para desaparecer depois, no decurso do episódio de Viriato.

Esta situação pode ser interpretada de duas formas: a efectiva suspensão das hostilidades por parte dos Vetões durante esse período, algo que seria de esperar encontrar-se mais claro no texto, pois demonstraria o sucesso de Roma na pacificação daquelas comunidades; ou, em alternativa, estarem os Vetões incluídos na designação genérica de Lusitanos.

O facto de, nos textos, ambos os termos – Lusitanos e Vetões - surgirem por vezes lado a lado, não nega esta possibilidade, conhecendo-se à partida as dificuldades de precisão étnica que caracterizam as fontes clássicas. Ao falar de Vetões e Lusitanos, poderiam, na realidade, referir-se aos Vetões na qualidade de maior grupo lusitano, conjugando na designação Lusitanos todos os restantes grupos, na sua opinião pertencentes a este grande étnico, mas cuja individualização seria extraordinariamente difícil aos olhos do observador externo.

O certo é que, pelo menos, a associação de ambos os territórios foi temporariamente considerada desde uma perspectiva administrativa, existindo a referência a uma província *Lusitania et Vetonia*³, contemporânea da organização territorial de Augusto (Roldán Hervás, 1968-1969: 98; Guerra, 1998: 802; Pérez Vilatela, 2000b: 232-233).

3 CIL II 484, 485, 1178, 1267; CIL VI 31856.



Na realidade, parece que o conceito inicial de Lusitânia, já de si bastante vago, torna-se cada vez mais abrangente à medida que o próprio processo de conquista avança, progressivamente assimilando o território entre o Tejo e o Douro e chegando mesmo a incluir, ainda que provisoriamente, a *Callaecia* (Estrabão, Geo., 3, 3, 2-3). É neste sentido que Décimo Júnio Bruto, o *Galaico*, é designado por Estrabão "vencedor dos lusitanos". Como aponta Guerra (1998: 820-821), "não subsistem dúvidas sobre a grande abrangência da designação étnica *Lusitani* nas fontes mais antigas": a constituição da Província Ulterior Lusitânia representaria assim o culminar de todo este percurso, no qual subsistiria sempre a consciência de se tratar de uma designação artificial.

Por seu lado, a primeira referência aos Vetões lê-se em Tito Lívio (21, 5, 2), a propósito da ofensiva conjunta com os Vaceus e os Celtiberos contra o exército romano liderado pelo pretor M. Flúvio. Depois disso, surgem apenas episodicamente nas "Guerras Lusitanas" de Apiano. As definições mais explícitas do território Vetão devem-se a Estrabão, Plínio e Ptolomeu, coincidindo os três autores nas suas linhas base. Segundo Estrabão (Geo., 3, 1, 6; 3, 4, 12; 3, 3, 1-3), o seu território é delimitado a norte pelo rio Douro e atravessado pelo Tejo, confinando com os Lusitanos, os Carpetanos, os Vaceus e os Celtiberos. Plínio (3, 19; 4, 112; 4, 116) delimita, por sua vez, uma região compreendida entre o Douro e o Tejo, confrontando com os Carpetanos, os Astures e os Lusitanos. Por último, a informação de Ptolomeu (Geo., II, 5, 9) é a mais pormenorizada, incluindo o nome das principais cidades vetonas e as suas coordenadas relativas: *Lancia Oppidana, Cottaeobriga, Salmantica, Augustobriga, Ocelum, Capara, Manliana, Laconimurgi, Deobriga, Obila e Lama*.

Justapondo os textos clássicos e os dados epigráficos e arqueológicos, a investigação tem habitualmente atribuído aos Vetões um território centrado fundamentalmente nas províncias de Salamanca, Ávila e na metade oriental de Cáceres, cuja fronteira ocidental com os Lusitanos seria marcada pelo rio Côa (Roldán Hervás, 1968-69: 100-106).

É neste sentido que Álvarez-Sanchís (1999: 324-327; Ruiz Zapatero - Álvarez-Sanchís, 2002: 259-260) garante que tanto os povoados fortificados que demarcam de norte a sul o ocidente da província de Salamanca desde Nuestra Señora del Castillo em Pereña de la Ribera, até Irueña em Fuenteginaldo; como os locais em que aparece a característica "cerâmica penteada" e os exemplares de escultura zoomorfa, assinalam uma fronteira pautada pelos rios Côa e Águeda, correspondente grosso modo à delimitação registada nas fontes clássicas (fig. 2). De igual modo, também as inscrições em língua lusitana não aparecem, até agora, além de Arroyo de la Luz.

A situação é, porém, mais complexa, ainda que expresse de um modo geral, o carácter ambíguo, típico de uma zona de fronteira. Aparecem assim berrões ou verracos na margem oeste do Côa, como os exemplares que ladeiam actualmente a entrada de Castelo Mendo (Rodrigues, 1958: 394; Perestrelo, 2003: 206) e o de Paredes da Beira (Bonnaud, 2002: 179), que se juntam aos achados de Valência de Alcântara e de



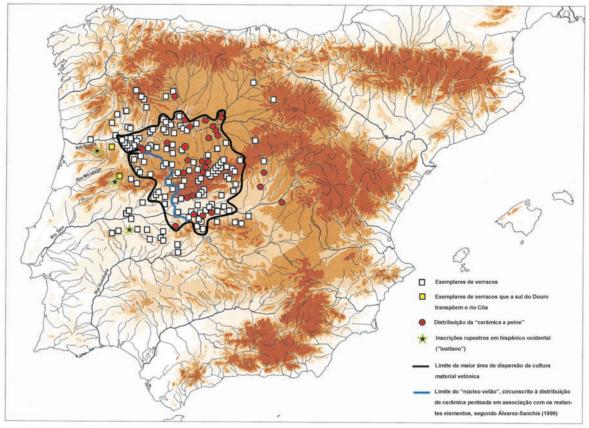


Fig-2-Mapa de distribuição de elementos atribuídos ao mundo vetão e ao mundo lusitano

Marvão. Da mesma forma, no âmbito epigráfico, identificam-se entidades gentílicas, típicas da organização social vetona, em Teixoso (Vasconcelos, 1934: 25-28) e em Castelo Branco (Guerra, 1998: 803). As terras da raia constituíam, portanto, já nesse tempo, uma zona de fronteira difusa, sendo muito possível, como também admitem Ruiz Zapatero e Álvarez-Sanchís (2002: 270), que os próprios Vetões falassem lusitano.

Muitíssimo interessante é a existência comprovada, nesta região, dos *Lancienses Oppidani*, nome étnico formalmente relacionado com a cidade de *Lancia Oppidana*, referida por Ptolomeu (Geo., II, 5, 9) entre as cidades vetonas e que alguns autores situam na Serra da Estrela (Roldán Hervás, 1968-69: 100-106; Salinas de Frías, 2001a: 47; Ruiz Zapatero e Álvarez-Sanchís, 2002: 259). Mas, se Ptolomeu refere *Lancia Oppidana* entre as cidades vetonas, Plinio (Nat. Hist., 4, 118) refere os *Lancienses* e os *Ocelenses Lancienses* entre os *oppida stipendiaria* de *Lusitania*. Por outro lado, nos documentos epigráficos, aparecem referidos os *Lancienses Oppidani* e os *Lancienses Transcudani*.



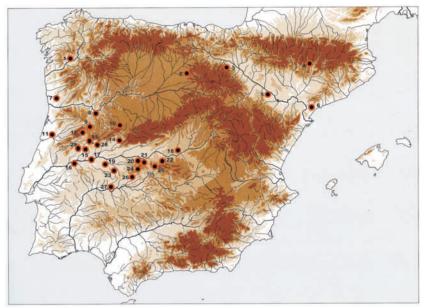


Fig-3-Mapa de distribuição das referências epigráficas aos Lancienses

No total, encontram-se documentadas cinco referências genéricas aos *Lancienses*⁴; três aos *Lancienses Transcudani*⁵; nove aos *Lancienses Oppidani*⁶; e três que aludem aos *Ocelenses*⁷. O certo é que quase todas as referências conhecidas aos *Lancienses*, seja como entidade étnica, seja como radical na formação de antropónimos, prefigura uma distribuição geográfica coerente, centrada sobretudo nos territórios da Beira Interior e da província de Cáceres (fig. 3).

Em apenas dois casos o termo *Lancienses* ocorre isoladamente: em todos os outros, os indivíduos tendem a identificar a sua origem acrescentando-lhe sempre o qualificativo de *Oppidani* ou de *Transcudani*, mas atenção, nunca o de *Ocelenses* (Guerra, 2007: 168-169).

- 4 Com a excepção de Lancien[si], soldado da Legião VII Gemini, em Trício, Burgos (CIL II 2889), eventualmente relacionado com a Lancia Asture; existe Lanciensis em Idanha-a-Velha (Almeida, 1956: 160; HAE 1083); o terminus augustalis inter Lancienses et Igaeditanos, em Peroviseu, Fundão (Vaz, 1977: 27-29); Lancie(n) sis em Plasencia, Cáceres, (HEp, 1989: 180); Lanciens(i) em Logrosán, Cáceres (ILER 5353) e Alia, Cáceres (CPILC, 42).
- 5 Lanc(iensis) Transc(udani) em Mérida (CIL II 5621, HEp 2, 36), Lancienses Transcudani na ponte de Alcántara (CIL II, 760) e Lanciensis Transqudanus, de Caldas de Vizela, Guimarães (EE VIII 112).
- 6 Lancienses Oppidani na ponte de Alcántara (CIL II 760), [La]nciensi Oppidan[o] (FE 153), Lanciensi) Oppidanae (Almeida, 1956: 165), Lancie<n>si Oppidano (Almeida, 1956: 159; AEp 1961: 360; AEp 1967: 147), as três de Idanha-a-Velha; terminus augustalis inter Lanc(ienses) Opp(idanos) et Igaeditanos, de Salvador, Penamacor (CIL II 460); Lanciensi Oppitano de Cáceres (AEp 1977: 385); Lanc(iensis) Opp(idana) de Mérida (García Iglesias, 1973: 392-3); além das duvidosas restituições de Lanc(ia)[Opp(idana)?] de Villalba, Villamiel (AEp 1985: 541) e L(ancia) O(ppidana) de um marco miliário de Lameiras, Belmonte (Belo, 1960: 41-44).
- 7 Arant[i]a Ocella[e]ca et Arantio [O]celaeco de Ferro, Covilhã (Garcia, 1991: 11); y eventualmente otro, respecto a los vicani Ocel[o]n[e]nses (FE, 69: 310.2).



Tendo em conta que o indígena *ocelum* corresponde a *oppidum* em latim (Guerra, 1998: 804; Prósper, 2002: 110) e que os antigos geógrafos não tinham porque saber desta equivalência (Guerra, 2007: 171), é muito possível que os *Ocelenses Lancienses* mencionados por Plínio correspondessem na verdade aos *Lancienses Oppidani* que aparecem nas fontes epigráficas. Tal possibilidade vê-se apoiada, neste mesmo território, por referências como a dos *Vicani Ocelonenses*, de Cabeço das Fráguas, Guarda (FE 69, 2002, 310) ou a dedicatória a *Arantia Ocelaeca et Arantio Ocelaeco* de Ferro, Covilhã (RAP 11).

Não obstante as dificuldades de localização que supõem as coordenadas ptolemaicas⁸, o registo epigráfico indica, assim, a presença na Beira Interior de um povo designado como *Lancienses Oppidani*, nome formalmente coincidente com a cidade vetona de *Lancia Opidana*.

No mesmo âmbito haverá que considerar, muito possivelmente, os *Lancienses Transcudani*, sendo insustentável pensar na repartição deste povo entre Vetões e Lusitanos: a separação dos *Lancienses* em *Lancienses Oppidani* e *Lancienses Transcudani* será antes o fruto da divisão administrativa romana, como aliás, permite deduzir o texto de Plínio, que não menciona os *Lancienses Transcudani* (Guerra, 1998: 805; Pérez Vilatela, 2000b: 226; Bonnaud, 2002: 179).

Actualmente, é consensual que o termo *transcudani* não se reporta ao curso do rio Côa, como antes se supunha, com base na hipotética evolução fonética *cuda > côa. Não existe, porém, qualquer registo que sugira a relação entre *cuda e o actual hidrónimo, mesmo nos documentos mais antigos: um texto de 1145 indica *et fluvium, qui vocatur Coam* (Machado, 1993: 427); no foral de Castelo Mendo, aparece *et quomodo intrat Vallongum in Coam* (Correia, 1992: 277); em 1182 existe uma referência à *Foz de Cola* (Machado, 1993: 427); e no Foral de Vila do Touro se alude a *de alia parte per rivolum de cola* (Correia, 1992: 292). *Transcudani* parece relacionar-se, pelo contrário, com a barreira montanhosa que formam a Serra da Malcata e as estribações orientais da Serra da Estrela (Curado, 1988-94: 216, 224; Guerra, 2007: 173).

Na opinião de Lomas (1988: 92), a referência aos *Lancienses Oppidani* sugere a extensão do território vetão até à vertente oriental da Serra da Estrela, com o que estão de acordo Pérez Vilatela (2000b: 226) e Bonnaud (2002: 179). Para García Alonso (2003: 119), *Lancia Oppidana* estaria situada perto de Monsanto, enquanto *Lancia Transcudana*, se localizaria mais a norte, na zona do Sabugal. Mais recentemente, propôs-se localizar os *Lancienses Transcudani* na Póvoa do Mileu, Guarda e os *Lancienses Oppidani* em Belmonte (Guerra, 2007: 176-177, 186-199; Guerra e Schattner, 2010). Não existem, pois, muitas dúvidas de que este povo ocuparia um território que se estende a norte dos *Igaeditani* (fig. 4).

⁸ Veja-se, a este respeito, Nobbe, 1881 e Ocejo Herrero, 1993: 58-81.







Fig-5-Cabeço das Fráguas

Também no plano linguístico e religioso parece haver uma marcada continuidade, como testemunha a célebre inscrição em lusitano do Cabeço das Fráguas, Guarda, onde se reúne um conjunto de divindades que importa analisar.

Situado a cerca de 15 km a sul da cidade da Guarda, na Quinta de São Domingos, o Cabeço das Fráguas é, com 1015 m de altitude, um massivo afloramento granítico e importante marco visual em toda a Cova da Beira. A laje escolhida para receber a inscrição não parece ser casual, encontrando-se voltada para Nascente e coincidindo com o centro físico da coroa do monte, demarcada por vários afloramentos graníticos com gravuras rupestres⁹ (fig. 5).

O seu carácter extraordinário deve-se ao facto de reunir diversos aspectos da religiosidade indígena habitualmente documentados em separado, como sejam os deuses venerados; os ritos celebrados; a delimitação do recinto sacro e as mudanças que acontecem nestes lugares a partir da Época Romana.

A inscrição, ao apresentar um texto religioso de língua indígena escrito em alfabeto latino, não só indica o lugar como um espaço de santuário onde se praticavam ritos sacrificiais com paralelo nos *suovetaurilia* romanos; como testemunha também a adaptação dos antigos cultos a novas formas cerimoniais que se introduzem com o domínio romano.

Embora se debata ainda vivamente em que caso se encontram os teónimos incluídos no texto, o seu sentido genérico é relativamente consensual, referindo-se à consagração

⁹ Este aspecto, igualmente presente no sítio de Cachouça, em Idanha-a-Nova, contemporâneo da primeira fase de ocupação das Fráguas. Veja-se Vilaça e Basílio, 2000: 40.



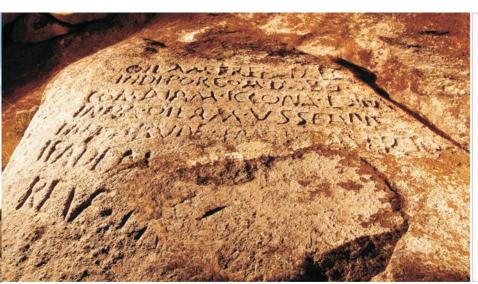




Fig-6-inscrição em língua lusitana do Cabeço das Fráguas- Foto do CNART e desenho de Fernandez

de cinco animais a várias divindades: "Trebopala (recebe) uma ovelha e Labbo um porco, *Iconna Loiminna* (recebe) uma ovelha(?) prenha; a Trebarune (é dedicada) uma ovelha de qualidade e um touro consagrado a *Reve Tre* [...]"¹⁰ (fig. 6).

O carácter ritual do texto parece evidente: não se menciona dedicantes e parecem articular-se três etapas de consagração: 1. a *Trebopala* e a *Labbo*, 2. a *Iccona Loiminna*, 3. a *Trebarune* e *Reve* (Correia Santos, 2007: 180-186). Não se trata, pois, de uma vulgar inscrição votiva, mas de um ritual, aparentemente prescrito como acto público e de significado colectivo (Cardim Ribeiro, 2013: 21-22), que reflecte a necessidade de vincular este lugar a um tipo muito específico de cerimónia, que reúne vários deuses.

É muito interessante que esse ritual diga respeito a sacrifícios de tipo *suovetaurilia* – o sacrifício conjunto de porcos, ovicaprídeos e touros - de tradição Indo-europeia e carácter purificador e expiatório, destinados a restaurar o equilíbrio cósmico: o que cobra especial sentido num lugar central como seguramente foi o Cabeço das Fráguas (Correia Santos e Schattner, 2010).

Efectivamente, se observarmos a distribuição geográfica das dedicatórias conhecidas a *Reve* e a *Trebarune*, as divindades de maior expressão cultural presentes no texto, nota-se que conformam territórios que parecem convergir justamente nesta área, aspecto que parece reflectir a relevância do Cabeço das Fráguas como centro religioso (Correia Santos, 2010).

¹⁰ Veja-se Correia Santos, 2007: 180-184, onde se faz a recolha exaustiva das referências bibliográficas sobre o tema.



Pouco podemos saber, em concreto, sobre estas divindades, mas é-nos possível traçar o seu âmbito geográfico de ocorrência, e a sua distribuição geográfica é, no mínimo, muito sugestiva, no que diz respeito à problemática étnica que aqui nos ocupa (fig. 7).

Sayas e López Melero (1991: 110) assinalaram que existe uma marcada diferença entre as terras vetonas das actuais províncias de Salamanca y Ávila, com elevado número de unidades gentílicas; em oposição à zona de Cáceres, onde se documentam apenas quatro casos seguros de gentilícios. No que diz respeito ao mundo dos deuses, o panorama inverte-se e são as terras de Cáceres que proporcionam o maior número de teónimos; em contraste com Salamanca, onde aparecem apenas seis referências teonímicas e com Ávila, onde, com a excepção de *Vaelicus*, não existem de momento mais testemunhos de deuses pré-romanos.

Esta realidade, a que se referem Sayas e López Melero para o território de Cáceres, não é mais do que a continuidade de um fenómeno igualmente atestado na Beira

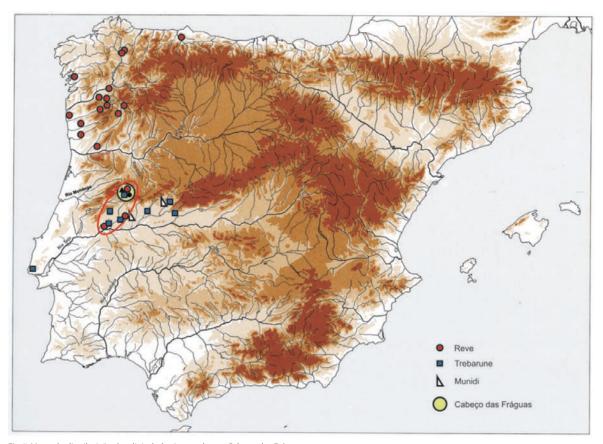


Fig-7-Mapa de distribuição das divindades invocadas no Cabeço das Fráguas



Interior. De idêntica opinião é Salinas de Frías (2000: 139), que afirma que "tanto desde el punto de vista del poblamiento, como de la sociedad y de la religión, La Beira portuguesa y la zona española contigua presentan, durante la Antigüedad, una gran continuidad y homogeneidad".

Esta continuidade, que talvez se deva designar como identidade, é sobretudo clara no âmbito teonímico: enquanto divindades como *Reve, Nabiae* e *Ataecina* estão excluídas do território conformado pela Beira Interior e o ocidente da província de Cáceres; existem outras que apenas se registam aqui, como *Trebarune*, o par *Arantio-Arantia, Munidi, Erbine, Vortiaeco*, e *Quangeio*. Alternativamente, parecem ser apenas quatro as divindades exclusivamente correspondentes ao núcleo vetão - *Ilurbeda, Mentouiacos, Vaelicus* e *Tritiaecius* – e que não se documentam no território em análise.

De que forma podemos, então, interpretar este cenário? Parece clara a individualidade deste território conformado pela Beira Interior e o ocidente da província de Cáceres, com aspectos familiares ao mundo vetão, mas que na realidade, não pode ser verdadeiramente incluído no seu âmbito, como mostra a cultura material.

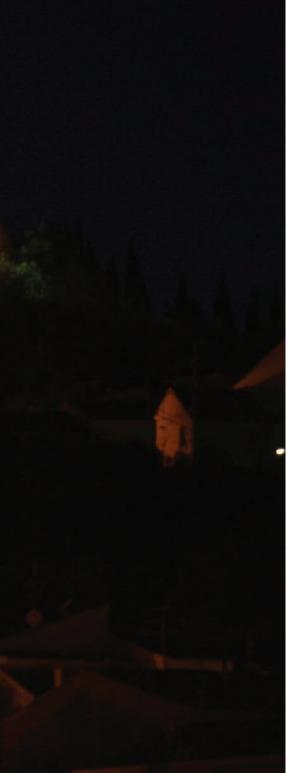
Temos, por outro lado, a referência ptolemaica à vetona *Lancia Oppidana*, que o registo epigráfico situa nesta mesma região. É possível que as semelhanças entre o mundo vetão e este território tenham favorecido a inclusão de *Lancia Oppidana* na lista de cidades vetonas por parte de Ptolomeu, segundo a perspectiva de um observador estrangeiro, que muitas vezes se socorre de informações em segunda e terceira mão. Seja como for, o que os dados disponíveis parecem indicar é um *populus* distinto, que talvez fizesse parte do grande étnico vetão, tendo em conta a complexidade própria das entidades étnicas, tal como define Simon James (1999: 76-77).

Se este *populus* seria ou não lusitano é algo que, no entanto, não podemos saber. Segundo Guerra (1998: 825), o esforço de identificação de uma "etnia" lusitana transparece na frequente alusão aos "lusitanos propriamente ditos" em diversos trabalhos científicos, sem que para isso se tenham, porém, dados concretos.

De acordo com o que sabemos hoje, a designação de *Lusitani* e o seu correspondente toponímico, são criados em época romana e, da mesma forma que é incorrecto falar de uma "língua lusitana", pois existem vestígios dessa língua em praticamente todo o ocidente peninsular, também será incorrecto falar de uma *etnia* Lusitana, no verdadeiro sentido do termo.

É muito possível que, sob a designação genérica de "lusitanos", os autores clássicos tenham ocasionalmente feito também referência aos Vetões e, da mesma forma, é igualmente plausível que, sob a designação de "vetões", os textos aludam a outras realidades étnicas com eles aparentados: tal parece ser o caso das comunidades que então ocupavam a Beira Interior e o ocidente da província de Cáceres.







A quem vindo do território da finis terrae, debruada pelo grande mar oceano, e decide entrar pela misteriosa Lusitânia seguindo a linha do Tejo dá-se conta de que algo especial começa algures pelas Portas de Ródão, pouco antes de chegar àquele que foi um dos mais importantes lugares templários da Península Ibérica: Castelo Branco. Mas podemos continuar um pouco para norte, aí recebe-nos a mítica Gardunha, serra de grandes enigmas e maiores tradições. Observemos então os horizontes a partir do sítio mágico de Castelo Velho, com os olhos da memória dos velhos Lusitanos poderemos abraçar uma paisagem que se estende até aos campos idanhenses. Um outro mundo vindo de tempos imemoriais está pronto a nos revelar segredos, lendas, costumes, histórias, toda uma paisagem identitária onde a ação humana e os fenómenos naturais se enlaçam continuadamente num tálamo criativo que percorre granitos, xistos, águas santas, árvores sacras, Senhoras encantadas, mistérios de um mundo arcaico, um mundo paralelo à tela da chamada globalização construída sem raízes, por isso tão frágil e pronta a se romper a qualquer instante pela simples ação de um qualquer vírus, seja ele informático ou psíquico.



Os Templários e a identidade do território da Beira Baixa

Paulo Alexandre Loução Investigador do Instituto Internacional Hermes

A quem vindo do território da finis terrae, debruada pelo grande mar oceano, e decide entrar pela misteriosa Lusitânia seguindo a linha do Tejo dá-se conta de que algo especial começa algures pelas Portas de Ródão, pouco antes de chegar àquele que foi um dos mais importantes lugares templários da Península Ibérica: Castelo Branco. Mas podemos continuar um pouco para norte, aí recebe-nos a mítica Gardunha, serra de grandes enigmas e maiores tradições. Observemos então os horizontes a partir do sítio mágico de Castelo Velho, com os olhos da memória dos velhos Lusitanos poderemos abraçar uma paisagem que se estende até aos campos idanhenses. Um outro mundo vindo de tempos imemoriais está pronto a nos revelar segredos, lendas, costumes, histórias, toda uma paisagem identitária onde a ação humana e os fenómenos naturais se enlaçam continuadamente num tálamo criativo que percorre granitos, xistos, águas santas, árvores sacras, Senhoras encantadas, mistérios de um mundo arcaico, um mundo paralelo à tela da chamada globalização construída sem raízes, por isso tão frágil e pronta a se romper a qualquer instante pela simples ação de um qualquer vírus, seja ele informático ou psíquico.

Foi esse mundo que os cavaleiros da Ordem do Templo encontraram a partir do momento em que D. Afonso Henriques robora uma excepcional doação de todo o território entre os rios Tejo, Zêzere e Erges. Ao mestre Gualdim e aos freires do Templo, o rei português, também ele «irmão templário», entrega a carta de doação firmada a vinte e nove de Novembro de 1165. Estava marcado o início de uma nova aventura neste maravilhoso território raiano.

Antes, já milénios inscreveram as suas películas culturais na paisagem, sempre num profundo sentido da sacralidade dos lugares mágicos da Beira Baixa. Das eras líticas às comunidades silvo-agro-pastoris da Idade do Bronze, dos celtas (ou celtizados) da Idade do Ferro aos povos lusitanos, do importante estabelecimento romano com a sua Egitânia, passando depois pelo domínio dos germanos e dos muçulmanos, antes da progressiva chegada dos cavaleiros cristãos. Mas tal como um mesmo lugar sagrado se mantém sede de várias religiões sucedâneas no tempo, assim, nesta paisagem, parece ter permanecido um fundo autóctone, tal raiz que perpassa as várias películas culturais, e brota inalando o oxigénio da tradição viva. Esse homem da terra raiana da Beira Baixa parece ser um homem arcaico no sentido etimológico da palavra, um homem





Castelo Branco tornar-se-ia o centro político templário mais importante da região no séc. XIII

dos *arkhés*, das origens, dos arquétipos, da relação com a natureza como ser vivente, ela própria sede de uma «religião» que toma diversas formas ao longo dos tempos, em que um mesmo sentido de sacralidade se mantém.

Registe-se que os Templários, embora recebendo esse território em doação, pouco se interessaram pela região que vai de Almourol a Ródão. Começaram por se implantar nas terras de Idanha, hoje concelho com referência a oito castelos templários e mais tarde fundaram Castelo Branco que se tornaria o seu centro político mais importante no século XIII quando, muitas vezes, o mestre procurador no reino português o era também dos reinos de Leão e Castela¹. Fortificação onde assentava o chamado Palácio do Comendador e que recebera importantes capítulos da Ordem.

Em 1180, é-lhes conferido o Senhorio de Penamacor, e já depois da morte de D. Afonso Henriques, em 1185, os Cavaleiros de Salomão recebem a confirmação da doação de Idanha-a-Velha, antiga Egitânia romana, em 1197, pela autoridade de D. Sancho I, que dois anos mais tarde doa a extensa herdade da Açafa, vastas terras que entravam pelo território do hoje Alto Alentejo.

Entre 1209 e 1214 receberão toda a herdade de Vila Franca da Cardosa (Castelo Branco²), das mãos, primeiro, de Fernando Sanches e, depois, do rei D. Afonso II. As doações aos freires do Templo sucedem-se até 1304, em que recebem Penha Garcia, apenas três anos antes da fatídica sexta-feira, 13 de Outubro de 1307.

Concluindo, no século XIII, a Beira Baixa era um território marcado pelo domínio templário. **O que isto significa?**

¹ Também é interessante referir as ligações templárias entre Castelo Branco e Jerez de los Caballeros da Extremadura espanhola.

² O topónimo de Castelo Branco terá origem em Kástra Leuká, Albi Castrum ou em Chastel Blanc da Síria, a «Torre Branca» erguida pelos Templários na vila de Safita, Síria, como propôs José Pires Gonçalves? Será uma questão que abordaremos em próximos trabalhos.



Fundação da Confraria dos Pobres Companheiros de Cristo

Por tradição, aceita-se que a novel Ordem tenha sida fundada no ano de 1118, por nove cavaleiros chefiados por Hugues de Païens, que terão estado só os nove, nove anos na Terra Santa, antes de, em 1127, uma comitiva viajar em direcção ao território francês para que no Concílio de Troyes, em 1129, esta nova Ordem fosse legalizada sob a égide do legado papal.

Sabe-se hoje, confrontando documentos, que estas datas poderão ter variação (a fundação oficial em Jerusalém deve ter ocorrido em 1120) e que, como afirma o historiador José Luis Corral, esta insistência no número nove poderá ter conotações cabalísticas.

Nestes tempos de fundação existem três documentos de suma importância: a carta de um Hugo Peccator aos cavaleiros templários, a exortação *Liber ad milites templi de laude novae militiae* de Bernardo de Claraval e a Regra primitiva da Ordem. Em todos eles está claro que estamos perante um novo modelo de cristão.

O novo arquétipo de monge-cavaleiro

No paradigma da cristandade não se aceitava que um cavaleiro, que derramava sangue, pudesse chegar ao grau de santidade de um monge. Os Templários vão mudar esta percepção: pode-se atingir a glória divina lutando, em simultâneo, contra os inimigos da civilização cristã-europeia e contra os inimigos invisíveis. Haverá durante décadas debates teológicos³ sobre esta questão: um cavaleiro-monge poderá ser tão santo como um monge do professo do clero regular?

Será Bernardo de Claraval com o seu prestígio que irá impor politicamente este novo arquétipo do monge-cavaleiro no seu *Louvor à nova mílicia*:

«Uma nova Cavalaria apareceu na terra da Encarnação (...) Trava um **combate duplo** tanto contra os adversários de carne e sangue como contra o espírito do mal nos céus. Que os cavaleiros resistam pela força dos seus corpos aos inimigos corporais, não julgo isso maravilhoso pois não o estimo raro; mas **que façam a guerra pelas forças do espírito contra os vícios e os demónios, direi que não só é maravilhoso como digno de todos os louvores concedidos aos religiosos. (...) Sem medo e sem censura é o cavaleiro que protege a sua alma com a armadura da Fé, tal como cobre o corpo com uma cota de malha. Duplamente armado, não tem medo, nem dos demónios nem dos homens (...) oh vida segura do soldado cristão onde a consciência nada tem a recear! Oh vida segura do campeão da cruz para quem a morte não contém horrores (...).»⁴**

Para além da guerra corporal, o novo cavaleiro está preparado para a guerra interior, para lutar contra os seus demónios. Esta «dupla guerra» era chamada no islão a pequena *Jihad (al-jihad al-asghar)* e a grande *jihad (al-jihad al-akbar)* já desde o século IX, nomea-

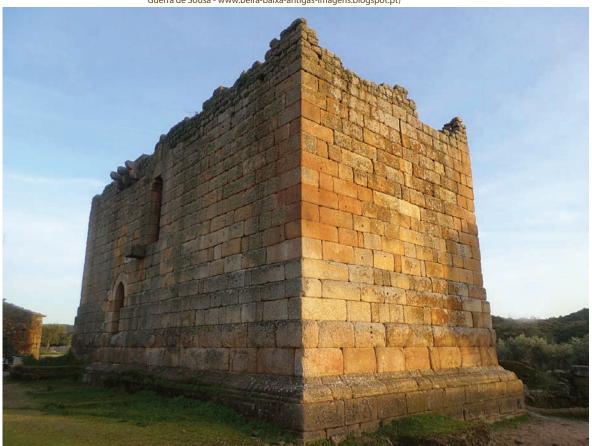
³ Cf., por exemplo, Malcolm Barber, *The new Knighthood*, Cambridge University Press, 1994.

⁴ Sublinhado nosso.





Torre de menagem de Castelo Branco, Castelo Branco. (Coleção de Joaquim Guerra de Sousa - www.beira-baixa-antigas-imagens.blogspot.pt)



Torre Templária, Idanha-a-Velha. (Coleção de Joaquim Guerra de Sousa - www.beira-baixa-antigas-imagens.blogspot.pt)



damente na tradição sufi. Estabelece-se, assim, um vínculo invisível entre estes novos guerreiros da cristandade e a velha tradição das confrarias místico-guerreiras que encontramos nas mais diversas civilizações antigas.

Merece também atenção, o sermão⁵ aos «cavaleiros de Cristo do Templo de Jerusalém», escrito pelo que hoje se aceita⁶, pelo próprio Hugo de Païens ou «de Paganis», que se apresenta humildemente como Hugo Peccator. Lendo com atenção este texto que, muito provavelmente foi escrito quando o mestre Hugo se deslocou à Europa em 1127, verifica-se que já estava clara para si a «ldeia» desta nova corrente histórica que os Templários iriam protagonizar. Exorta a que cada se mantenha firme na sua missão e afaste a dúvida, não é a ocupação por si ou cargo de cada um, nem o hábito que toma, que o leva a Deus, mas a virtude com que o faz. Não esquecer que a mente inconstante sempre é raptada por apetite diverso. Estamos em tempos onde é necessária a acção e não só a vida contemplativa, é preciso proteger o «tecto» da casa cristã, senão toda a casa se desfaz. É imperioso «fazer o bem pelo bem» e não odiar os homens mas a iniquidade que está nos homens, e ter sentido de justiça.

«Os tectos das casas suportam a chuva, o granizo e os ventos; mas se não existissem os tectos, por quê pintariam as casas com ornamentos? (...)

Se, portanto, o progresso vos encanta, e desejais ascender no melhor, não queirais voltar os olhos para o que está externo, voltai os olhos para o interior, onde Deus vê. Assim, a ascensão é boa onde está a verdadeira virtude. (...)

A virtude dos homens não é fugir da inquietação, mas do crime, não do exercício do corpo, mas da perturbação da mente.

Verdadeiramente, estimo que ninguém que seja sábio entre vós ignore que toda virtude é mais segura quanto é mais oculta. (...) Se, tens pensado desta maneira, caríssimos irmãos, tens assegurada a paz de vossa sociedade.»⁷

Sincronicidade histórica entre a fundação da Ordem do Templo e a do reino de Portugal

Os Templários deverão ter chegado ao Condado Portucalense por volta de 1126, sendo que em 1128, meses antes do Concílio de Troyes, a condessa D. Teresa, filha de Afonso VI de Leão e Castela, lhes faz a doação do castelo de Soure. A 24 de Junho do mesmo ano, dia de S. João Baptista, o infante Afonso Henriques une-se aos senhores portugalenses e vence na batalha de S. Mamede, em Guimarães, o partido de sua mãe,

- 5 Nîmes, Bibl. mun., Ms. 37 f° 172 v°.
- 6 Cf. Simonetta Cerrini, La révolution des Templiers, Editions Perrin, Paris, 2007.
- 7 Seguimos a tradução de Bruno Tadeu Salles, embora com algumas adaptações nossas, publicada no final do seu artigo «*Sed si non essent tecta, quid facerent laquearia picta?* Hugo Peccator, os Templários e a função da militia na Casa de Deus» publicado na *OSIS*, Catalão, v. 9, n. 13, p. 176-190, jul-dez, 2009.



Pormenor do castelo, Castelo Branco

D. Teresa, que tinha realizado uma aliança com o conde de Trava, galego. Estava feita a cisão política entre duas regiões da antiga Galécia romana que abarcava todo o território a norte do rio Douro.

A partir de então, o jovem Afonso Henriques toma as rédeas do condado e poucos meses depois reitera a doação do castelo de Soure aos Templários, afirmando-se irmão (*frater*) da Ordem:

«(...) esta doacção faço, não por mando, ou persuação de alguém, mas por amor de Deus, e por remédio da minha alma, e de meus Pais, e pelo cordial **amor** que vos tenho, e **porque em a vossa Irmandade e em todas as vossas obras sou Irmão** (...) Eu o Infante D. Afonso com minha própria mão roboro esta carta.»⁸

Afonso Henriques teria uns dezoito anos, e poucos meses depois da realização do Concílio de Troyes, já se afirmava *frater* Templário. Anos depois começa a validar documentos, não com o seu nome, mas com o nome «PORTUGAL», já estava clara a ideia de um reino independente no Ocidente peninsular. E a Ordem do Templo foi a organização militar e civilizadora mais importante que teve ao seu lado e que o apoiou incondicionalmente até à sua morte em 1185, quando deixou este mundo com cerca de setenta e quatro anos. Recordemos que as outras ordens militares, como a de Santiago e de Avis, só chegaram a Portugal mais de trinta anos depois dos Templários começarem a sua acção.

Começa o seu projecto expansivo de conquista a sul de territórios governados pelos muçulmanos, montando o seu quartel-general na cidade de Coimbra. Em 1139,

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *apud* Paulo Alexandre Loução, *Os Templários na Formação de Portugal*, Ésquilo, Lisboa, 2009, p. 160. Sublinhado nosso.



dá-se a batalha de Ourique, no Alentejo, onde, segundo a tradição, vence cinco reis mouros no dia de Santiago, 25 de Julho. Esta batalha, que veio a ser mitificada e sintetizada no brasão alusivo do reino português com os seus cinco escudetes, signo da vitória sobre os cinco reis mouros, foi marcante naqueles tempos míticos de fundação. O infante Afonso Henriques é aí aclamado rei à maneira germânica, alçado sobre os escudos, e arma cavaleiro um dos seus validos mais próximos, Gualdim Paes.

Este mesmo Gualdim Paes segue anos depois, como templário, para a Terra Santa, onde combate com valentia e é iniciado nos mistérios templários do Oriente. Regressa a Portugal na década de cinquenta do século XII, torna-se o mestre da Ordem, recebe a doação do território onde se edificará o castelo de Tomar e será durante cerca de quatro décadas o líder dos templários portugueses até 1195, deixando este mundo, curiosamente no dia 13 de Outubro. A sua síntese biográfica ficou gravada numa lápide que se encontra hoje no Convento de Cristo, em Tomar.

ERA. M.CC.VIII MAGISTER GUALDINUS NOBILIS: SIQUI

DEM GENERE: BRACARA ORIUNDUS: EXITIT TEMPO

RE: AUTEM ALFONSI: ILUSTRISSIMI: PORTUGALIS RE

GIS: HIC SAECULAREM ABNEGANS MILICIAM IN

BREVI: UT LUCIFER: EMIUT: NAM TEMPLI MILES GEROSO

LIMAM PETIT: IBIQUE PER QUINQUENIUM NON INHERMEM VITAM

DUXIT: CUM MAGISTRO ENIM SUO: CUM FRATIBUSQUE INPLERISQUE

PRAELIS CONTRA AEGIPTI: ET SURIAE INSURREXIT REGEM: CUNQUE

ASCALONA CARETUR: PRESTO FUIT IN ANTOCHIA: PERGENS SEPE

CONTRA: SULDAN DETIONE DIMICAVIT. POST QUINQUENIUM

AD PREFACTUM QUI EUM EDUCAVERAT ET MILITEM FECERAT REVERSUS EST PERGENS FACTUS

DOMUS TEMPLI PORTUGALIS PROCURATOR HOC CONSTRUXIT CASTRUM PALUMBAR THOMAR

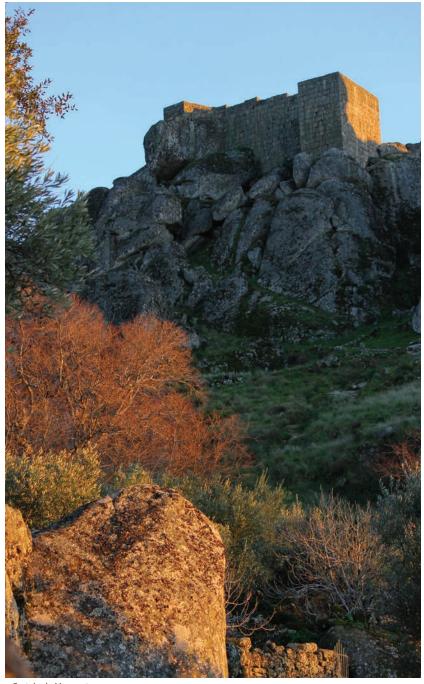
OZEZAR ET HOC QUOD DICITUR ALMOURIOL ET EIDANIAM ET MONTEM SANCTUM

Traduzido:

«Era de MCCVIII [1171 da era de Cristo]. O Mestre Gualdim, certamente de nobre geração, natural de Braga, existiu no tempo de Afonso, ilustríssimo Rei de Portugal. Abandonando a milícia secular, em breve se elevou como Lúcifer, porquanto soldado do Templo, dirigiu-se a Jerusalém onde durante cinco anos levou vida trabalhosa. Com seu Mestre e seus Irmãos, entrou em muitas batalhas, movendo-se contra os reis do Egipto e da Síria. Como fosse tomada Ascalona, partindo logo para Antioquia pelejou muitas vezes pela rendição de Sidon. Cinco anos passados, voltou então



para o Rei que o criara e fizera cavaleiro. Feito Procurador da Casa do Templo em Portugal, fundou, neste, os castelos de Pombal, Tomar, Zêzere e este que é chamado Almoroul, e Idanha e Monsanto.»



Castelo de Monsanto



Note-se a seguinte frase da lápide, «abandonando a milícia secular, em breve se elevou como Lúcifer, porquanto soldado do Templo». Lúcifer aparece no sentido de «estrela da manhã», provavelmente numa alusão à simbologia de Vénus, e não como o diabo. Recordemos que no Apocalipse de João (XXII, 16) Cristo afirma «Eu sou () a brilhante estrela da manhã», Ego sum lucifer.

Da «milícia secular» passou a iniciado da Ordem do Templo.

Durante os seus trinta e sete anos de chefia dos Templários portugueses, liderou um impressionante processo de acção militar e civilizadora, sobretudo na linha do Tejo (importante fronteira com o Sul de Portugal dominado na época pelos Almóadas islamitas) e na raia fronteiriça com os reinos de Castela e Leão. Note-se que a lápide refere Monsanto e Idanha da Beira Baixa.

Trouxe do Oriente conhecimentos no âmbito da arquitectura militar, introduzindo inovações como o alambor, o hurdício e a torre de menagem. Venceu, com heroísmo, o cerco que Yaqub Al-Mansur fez ao Castelo templário de Tomar em 1190 e teve um papel importante na formação do novo rei português, D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques.

Quando, em 1169, o rei português desiste do cerco de Badajoz e parte uma perna na retirada, tendo de se retirar para as termas de Lafões (hoje S. Pedro do Sul), reitera aos Templários portugueses o seu protagonismo no processo da reconquista cristã, confirmando em documento a doação de um terço dos territórios que a Ordem conquistasse ao domínio islamita. Porém, os Templários nunca usufruíram verdadeiramente dessa doação, mantendo-se focado em território de sua eleição, nomeadamente as regiões de Tomar, Pombal e de toda a Beira Baixa. Quer dizer, interessou-lhes muito esta paisagem raiana não somente por questões estratégicas militares da época, mas também por questões de afinidade com a paisagem milenar e sacral do território. Enfatizamos este ponto.

De início, a denominação dos Templários era Pauperes commilitones Christi, ou seja, os Pobres companheiros de Cristo. Mais tarde juntou-se *Templique Salomonici*, ficando Pauperes commilitones Christi *Templique Salomonici*. Aceitando-se, no geral, que a designação de Cavaleiros do Templo de Salomão aconteceu por a sede da Ordem em Jerusalém situar-se no espaço do antigo Templo de Salomão. Mas poderão haver outros motivos, mais ideológicos. Em 1162, Gualdim Paes, no foral que atribuiu aos habitantes de Tomar, afirma, «*Nós freires do Templo, permanecentes na fé de Salomão...*». E no novo foral, de 1174, «*Como se lê em Salomão, vós que julgais na terra, amai a justiça»*. O que quereria dizer exactamente a «*fé de Salomão*»?

Voltando a 1139 e à mítica batalha de Ourique, a partir dessa data Afonso Henriques começa a intitular-se de «rex» e, em 1143, no Tratado de Zamora com o seu primo Afonso VII, imperador das Espanhas, consegue que este reconheça Portugal não como um condado, mas sim, como um reino, embora continuando a lhe prestar vassalagem, uma vez que se assume como imperador. A verdade é que o sentido de independên-





cia em Afonso Henriques é muito forte e Afonso VII queixa-se disso ao papa em pleno Concílio de Reims, em 1148. Finalmente, em 1179, o papado reconhece definitivamente a independência de Portugal relativamente a Castela-Leão, ficando este novo reino como vassalo de Roma. Há vários dados que indicam a influência dos Templários e de Bernardo de Claraval no processo de Independência de Portugal no contexto da Península Ibérica, pelo que vários investigadores apontam para a possibilidade do reino português ter surgido no século XII como um projecto templário ou Bernardino, não esquecendo que Afonso Henriques, filho do borgonhês conde D. Henrique, manteve contacto epistolar com Bernardo de Claraval e ofereceu aos monges da Ordem de Cister extenso território na região de Alcobaça.

Em 1147, com o apoio dos Templários, Afonso Henriques conquista Santarém e Lisboa. Foram duas vitórias muito importantes num tempo de interregno no espaço do Alandalus. Depois do período de ouro da dinastia omíada, os Almorávidas criaram o seu império a partir de 1040, que entrou em decadência um século depois. Há assim, essa sincronicidade, quando os portugueses conquistam Lisboa, o Alandalus está em mutação, uma abertura histórica de vários anos pode dar lugar a um império de inspiração sufi, ou ao regresso do integrismo muçulmano. Ibn Qasî é o sábio guerreiro que melhor sintetiza essa ideia de um império sufi, cria uma confraria de monges-cavaleiros, os muridinos, e empreende um projecto de conquista do Alandalus a partir do Algarb. Muitas traições inviabilizam o seu projecto e ao fim de poucos anos os Almóadas tomam o domínio da Ibéria muçulmana seguindo uma via de maior intolerância religiosa. Mas esta tentativa de Ibn Qasî merece atenção, discípulo de mestres como Ibn al-Arif de Almeria tornou-se ele próprio um sábio sufi que criou escola, fundou um ribat⁹ em Aljezur (Arrifana), no extremo oeste de Portugal junto às águas atlânticas e escreveu a inspirada obra «Descalçar das Sandálias», livro que Ibn Arabi viria a comentar, considerando Ibn Qasî um mestre respeitável. Detentor de um forte carisma, era aceite como imam e mahdi (enviado de Deus).

É precisamente durante esses anos de mutação e transição entre o domínio Almorávida e Almóada que o rei templário português Afonso Henriques e Ibn Qasî, governador sufi de Silves, estabelecem uma aliança e um pacto de não-agressão. O soberano lusitano considerando-o seu par envia-lhe «um cavalo de sua cavalariça, um escudo e uma lança», como afirmam os cronistas Ibn al-Abbâr e Ibn al-Khatîb. Ao que parece, esta aliança, não foi bem vista e explorada politicamente pelos inimigos do filósofo islâmico, levando ao seu assassínio com fins políticos em 1151. Assim terminava aquela confraria espiritual sufi.

Ficou o registo desta aliança entre a cavalaria espiritual de tipo gnóstico, cristã e muçulmana, nos confins do ocidente peninsular, os grandes heróis do espírito reconhecem-se e dão exemplos de tolerância religiosa, que os sectores mais fundamentalistas não entendem. É curioso que esta aliança de Afonso Henriques não é referida em nenhuma crónica cristã de origem portuguesa.

⁹ Podem-se visitar os vestígios arqueológicos deste ribat localizado numa pequena península que entra pelo mar e provoca, naturalmente, meditações místicas à hora crepuscular quando o Atlântico entrega o Sol ao vasto céu.





A Beira Baixa liga-se à vanguarda da época, à ponte entre o Oriente e o Ocidente e redesperta as suas tradições

No seguimento do fenómeno das Cruzadas, os Templários estabelecem uma ponte entre as culturas, avançadas para a época, do Mediterrâneo oriental, seja o Império Romano do Oriente, seja os grandes centros de cultura do Islão, e a Europa ocidental que renascia depois de um sono de vários séculos. Trazem uma nova ética, relembremos Hugo Peccator, um novo sentido de guerra interior (recordemos Bernardo Claraval), e conhecimentos civilizatórios nas mais variadas áreas que aplicam nas suas comendas. Símbolo dessa ponte é o líder templário Gualdim Paes, cuja lembrança se mantém viva em certa memória popular da Beira Baixa.

Assim, podemos começar por responder que o domínio templário na Beira Baixa dos séculos XII e XIII - que depois continuou através da Ordem de Cristo - significou a ligação à ponte cultural e espiritual com o Oriente, o redespertar das raízes da sua paisagem imaginal, renovação de costumes e tradições, o início de uma nova era.

Quando os Templários, na velha Egitânia (Idanha-a-Velha), utilizam o *podium* de um templo romano (dedicado a Vénus?) como base da sua torre de menagem, não o fizeram somente com um sentido utilitário, mas também com motivos ideológicos de ligação à tradição anterior luso-romana. Esta vertente da ideologia templária confirma-se com a pedra de canto, também romana, que decidiram usar na construção da torre de menagem do Castelo de Tomar. Por isso, reactivaram antigos lugares sagrados como o de Nossa Senhora de Mércoles.

O regime de comendas e a tolerância templária

É importante reafirmarmos que a acção dos Templários ultrapassou em muito a vertente militar e constatarmos que na Europa, em geral, e no reino português, em particular, os domínios templários são sobretudo rurais, estabelecidos pelo regime de comendas.

Nestas comendas, apoiado pela sua equipa, o comendador templário regia, muitas vezes, um vasto território onde outorgava forais às populações, dirigia explorações agrícolas, geria uma espécie de posto bancário, recriava tradições e festividades, promovia leituras para os círculos mais internos. Para além dos cavaleiros professos que faziam votos de pobreza, castidade e obediência, davam provas de desapego ao seu ego e seguiam a regra instituída, integravam o ecossistema templário sargentos, escudeiros, e também muitos donatos e confrades da Ordem. Havia cavaleiros a nível temporário e muitos que integravam uma espécie de círculo de amigos da Ordem, tanto homens como mulheres, muitos deles, doando os seus bens e vivendo os últimos anos da vida num convento templário. Todos procuravam o «amor» templário.

São conhecidas histórias de tolerância templária, tal como a do cronista muçulmano Usamah Ibn Munqidh que se refere aos seus «amigos templários» em Jerusalém e



que o protegem no seu momento de oração face aos *franj* (cruzados cristãos). Recentemente, em 2005, Paula Stiles apresentou a sua tese de doutoramento sobre a convivência templária no reino de Aragão, na Universidade de St Andrews, Escócia. Trata-se de um estudo que divulga muita documentação sobre os vários níveis de associados da Ordem, confrades, consorores, arrendatários, vassalos, etc., e de como estavam ligados à fraternidade templária, não só cristãos como muçulmanos e judeus, assim como uma larga lista de mulheres. Afirma na sua conclusão:

«(...) nós podemos ver grupos improváveis como moçárabes (que eram vistos por grande parte da Igreja secular como heréticos), mulheres (cristãs e não-cristãs), judeus e muçulmanos como associados livres da Ordem. Muitos dos não-cristãos aparecem na categoria de *homines* arrendatários ou vassalos e, embora certo número de servos muçulmanos apareçam nas listas de *confratres*, alguns seriam, certamente, escravos. Judeus aparecem como homines, vassalos, arrendatários, oficiais do Rei, nunca como escravos. As mulheres aparecem como arrendatárias, *consorores*, *donatae*, sorores, e ainda, uma vez, como funcionária da Ordem. Os moçárabes aparecem como *confratres*, arrendatários, funcionários de baixo rango, assim como capelães em igrejas templárias.»¹⁰

Uma comenda era assim todo um universo e a rede de comendas dos Templários chegou a ser um estado dentro do estado em vários reinos europeus. No caso português essa rede teve um papel fundamental na construção de uma das mais antigas nações europeias: Portugal.

Tradição e inovação na espiritualidade templária

Incluindo muitos elementos pagãos das antigas tradições, o pendor cristão dos Templários expandia o culto a Santa Maria muito predicado por Bernardo de Claraval, dava especial atenção ao seu patrono João Baptista, e relevo à inspiração do Espírito Santo. Mais tarde, serão os seus sucedâneos da Ordem de Cristo protagonistas privilegiados na expansão do marcante culto português do Espírito Santo por toda a região da Beira Baixa. Note-se, no geral, onde tiveram os Templários, aí está, ou esteve, uma capela do Espírito Santo.

Mas, a nosso ver, onde melhor podemos aceder à ideologia espiritual dos Templários é nas histórias da Távola Rendonda e da Demanda do Graal, mormente no *Parzival* de Wolfram von Eschenbach, em que os *Templeisen* são directamente os guardiães de Munsalwäsche, os Cavaleiros do Graal.

Depois dos Templários, não mais a Beira Baixa foi a mesma, a sua paisagem tomou novas cores e mantém muitos segredos a descobrir. A porta templária dá-nos um acesso privilegiado a este território mágico.

10 Paula R. Stiles, Templar Convivencia, in «Conclusion», edição kindle da Amazon.















Com maior ou menor expressão visual e sonora, o sino marca presença um pouco por toda a parte, não apenas nos campanários e torres das igrejas mas em edificios de diversificadas tipologias e funcionalidades, desde há muito associado ao relógio e, sobretudo, em meio rural, sempre assumindo um papel de particular importância nos ritmos individuais e coletivos, quer na esfera do quotidiano quer em tempos de festa e ritual. (...) Nos planos simbólico e do seu uso ritual, os sinos apresentam evidentes afinidades com outros idiofones, como as campainhas, os chocalhos e os guizos, designadamente enquanto instrumentos de proteção contra entidades nefastas e como emblemas distintivos de agentes cerimoniais. (...)

No âmbito das sociedades rurais, o sino é expressão de diferentes modos de organização e planos de representação do tempo cronológico. Desde logo, e em harmonia com o tempo solar, regula o quotidiano das populações, anunciando o início e o fim do trabalho nos campos, convocando regularmente os fiéis à oração. Marcador por excelência do tempo cronológico, o sino está também associado ao tempo meteorológico, sendo utilizado quer como instrumento divinatório dos diferentes estados deste quer como instrumento para o seu controlo e, enquanto tal, como meio de reposição da ordem cósmica. (...)

No contexto do seu uso social, o sino reveste-se de um papel particularmente importante enquanto voz da comunidade e, à semelhança do santo padroeiro, como signo do seu ethos e da sua identidade. No plano da memória coletiva o sino é, em primeiro lugar, objeto de particular evocação enquanto sinalizador dos momentos marcantes da história de um grupo, sendo recordada a sua presença acústica na mobilização no socorro a um determinado naufrágio, no combate a um incêndio, numa batida aos lobos, na perseguição e quaisquer outras ameaças à comunidade, mas também na contestação dos poderes externos à comunidade — uma portaria camarária, uma decisão judicial, etc. — e na defesa dos vizinhos por aqueles ameaçados. (...)

No contexto da mudança das sociedades rurais e concomitante desaparecimento de muitos dos seus múltiplos saberes tradicionais, podemos incluir também, de uma forma geral, os relativos à função de sineiro. (...)

Sendo as capacidades performativas dos sineiros avaliadas pelo modo como tocam os sinos, também assim se distinguem as povoações umas das outras. (...) No plano sociológico o sino é, de facto, utilizado não apenas como instrumento de diferenciação interna de uma comunidade, distinguindo acusticamente a posição social dos seus elementos, mas também como instrumento discursivo da identidade do grupo, que se utiliza do sino e das particularidades sonoras que lhe atribuem para se distinguir das comunidades vizinhas.

Retirado de SEBASTIAN, Luís, "História da Fundação Sineira em Portugal, Museu Municipal de Coruche, 2008, pp. 79-108





Generalizado o uso dos sinos nas igrejas e capelas, os toques passaram a marcar o quotidiano das populações, ritmando os trabalhos agrícolas com os seus toques de pausa (caso do toque das Ave-Marias), ou anunciando acontecimentos importantes na vida das comunidades: batizados, casamentos, funerais, catástrofes naturais e guerra (o repique a rebate em caso de incêndio, o de aproximação de um exército invasor, ou de um levantamento popular).



O toque dos sinos — religião, mito e ciência

Maria Adelaide Neto Salvado

Geógrafa; Investigadora. Professora aposentada da Escola Superior de Educação de Castelo Branco

A introdução de sinos nos templos, substituindo as matracas usadas nos primórdios do cristianismo para a convocação dos ofícios divinos, teria ocorrido, segundo alguns autores, apenas no século V, devendo-se essa inovação a Paulino, Bispo de Nola, uma cidade da Campânia. Outros autores, como Gaetano Moroni, afirmam que o primeiro sino foi feito, no século VII, para a basílica do Vaticano, pelo imperador Heraclius, que morreu em 640.

Generalizado o uso dos sinos nas igrejas e capelas, os toques passaram a marcar o quotidiano das populações, ritmando os trabalhos agrícolas com os seus toques de pausa (caso do toque das Ave-Marias), ou anunciando acontecimentos importantes na vida das comunidades: baptizados, casamentos, funerais, catástrofes naturais e guerra (o repique a rebate em caso de incêndio¹, o de aproximação de um exército invasor, ou de um levantamento popular²).

Numa tentativa de uniformizar o ritual, o Concílio de Trento (1545-1563) impôs um conjunto de normas a serem seguidas por toda a cristandade. Essas directrizes, abarcando os diversos segmentos da vida religiosa, foram

- 1 A este propósito, de interesse se revestem as decisões tomadas na sessão da Câmara de Castelo Branco em 18 de Junho de 1864, onde se decidiu que «se oficiasse o Vigário Geral p.a providenciar o tanger dos sinos da torre da Sé, quando o sino público anunciasse incêndio, porque o som d'este não soa nas extremidades da cidade do que resulta a falta de maior número de concorrentes, e no mesmo sentido s' officiasse os Representantes da Ordem dos Terceiros e da Confraria de Nossa Senhora do Rosário para que sejam tocados os sinos que a estas representão».v. Arquivo Distrital de Castelo Branco, Actas da Câmara de Castelo Branco, Liv. 27 (1864-1866), fol. 37 f.
- Em Monforte da Beira foi o sino da antiga ermida do Espírito Santo (capela da Misericórdia) que tocou a rebate convocando o levantamento popular ocorrido nesta aldeia a 13 de Outubro de 1866. Contornos particulares teve este motim. Nele participaram inúmeras mulheres e rapazes de Monforte, que, batendo em ferros, latas e caldeirões, invadiram as terras do juiz da Comarca de Castelo Branco, Luís António de Figueiredo, e expulsaram de lá os animais deste proprietário. Pela noite lançaram fogo a um palheiro, que ardeu na totalidade. As causas deste motim prenderam-se com a reivindicação de um direito que o povo de Monforte possuía desde muito longinquamente. O povo de Monforte apenas reconheceu a abolição das pastagens comuns em terras particulares no respeitante às ervagens, reservando-se e insistindo no seu direito secular quanto aos frutos das árvores nascidas nessas terras. Não acatou esta determinação o juiz Luís António de Figueiredo, que manteve o gado nas terras que lhe petrenciam. Foi este facto a razão do motim 'no feminino' que abriu caminho a violentos confrontos entre o povo de Monforte e as forças policiais e militares chamadas por Luís de Figueiredo que, violentamente, carregaram sobre o povo, dando início à chamada *questão do Chaparral*.

Os sinos da minha aldeia

1. Os sinos da minha aldeia têm poesia, têm paixão: é do céu de Portugal que lhes vem a afinação. Dlim dlão!

Dlim dlim dlim dlão! Dlim dlão! Dlim dlão dlim dlim dlim dlão!

- 2. Não há sinos como os nossos p'ra tocar o dlim dlim dlão. O som que eles repenicam vem direito ao coração. Dlim dlão.
- 3. Quem nasce na nossa aldeia não tem mais do que uma ambição: Ouvir, ecoando na serra,

Os sinos: dlim badalão! Dlim dlão!

Canção tradicional portuguesa Retirado de Meloteca



Sino da Torre do Relógio, Monsanto

divulgadas através de *Constituições Sinodais* publicadas por cada Diocese. No caso concreto da Diocese da Guarda, as *Constituições* pós-tridentinas foram mandadas imprimir por ordem dos bispos D. Afonso Furtado de Mendonça (1.ª edição -1614), D. Francisco de Castro (2ª edição-1621) e D. António Bernardo de Mello Osório (3.ª edição - 1759).

Nestas Constituições, e em relação aos sinos e ao seu número, à sua localização em relação aos templos, aos toques diferenciadores de cada cerimónia religiosa, encontram-se minuciosas determinações. Assim, e no respeitante ao número de sinos, lê-se:

«Na nossa Sé Cathedral haverá **sete** sinos, ou ao menos **cinco**, e nas Igrejas Conventuaes do nosso Bispado haverá ao menos **trez**, differentes na grandeza, e no som, de que resulte boa consonancia, para com elles se fazerem sinaes diversos, segundo a diversidade dos Officios Divinos, e ministerio da Igreja».

No caso das Igrejas paroquiais, o número de sinos reduzia-se a **dois** (no caso de uma povoação de maior dimensão, ou, apenas a **um,** se a povoação fosse pobre, procurando-se, no entanto, que o som desses sinos pudesse ser ouvido em toda a povoação.



António Azinheiro da Costa, Monsanto

Quanto à localização, determinou-se o seguinte:

«38 - Nas Igrejas, em que houver possibilidade, se porão os sinos em torre quadrada, que se edificará junto, ou contígua à igreja, à mão direita dos que entrão pela porta principal, e terá escada de pedra firme, e segura, e portas bem fortes.

39 - E nas que não tiverem possibilidade para torre, se farão campanarios sobre a parede da Igreja, da parte que fica dito, e as cadeias, ou cordas, por que se tangerem os sinos, penderão para dentro da Igreja por buracos, que se farão no forro, ou abobada, ou em algumas pedras largas, que para isso se porão, de maneira que se não quebrem as telhas, nem se desconcerte o forro, quando se tangerem os sinos».³

Em relação aos toques ou *sinais*, como na época se dizia, eram eles diferenciados em número de badaladas, em ritmo, marcado por intervalos de tempo mais espaçados ou mais curtos entre cada badalada, e no tempo total de duração do toque.

Numa época de elevado grau de mortalidade decorrente da instabilidade política e das graves carências sociais e económicas, os toques anunciadores da morte encontram-se minuciosamente determinados. Essas determinações deixam transparecer mentalidades e sentires, onde o papel de subalternização da mulher ressalta de forma evidente e onde as sequências dos ofícios fúnebres se apreendem e se explicitam.

3 Bernardo António de Mello Osório, Constytuições Synodaes do Bispado da Guarda, Lisboa, Na Officina de Manoel Manescal da Costa, 1759, 3ª edição, pp. 400-401. "Têm uma voz única os sinos da minha terra. O toque das horas soa-me melancolias a haver. Lembranças de tempos sem viagens obrigatórias entretecem-se num quotidiano que voa tanto mais célere, quanto mais se aproxima o fim das férias. As saudades desembarcam connosco, revisitamos juntas espaço a espaço..."

Maria Antonieta Garcia in "Jornal do Fundão, 31 de Julho de 2014, pág. 19



Lê-se no Titulo XV, do Capítulo IV, intitulado «Dos sinaes, que se hão de fazer pelos defuntos»:

«(...) para que se evitem os excessos, que costuma haver no tanger dos sinos, ordenamos, e mandamos, que **falecendo homem**, logo se dobrem os sinos da Igreja de sua freguesia, fazendo-se **trez sinaes** distinctos, e **falecendo mulher**, se farão **dois sinaes**; e se forem de **menor idade**, **até catorze anos** se fará **hum só sinal**; e depois quando forem levados a enterrar, se farão outros tantos sinaes; e ao tempo de os sepultarem na Igreja, se farão outros tantos, de maneira, que **ao todo** se não fação mais sinaes que até **nove por homem**, **seis por mulher**, **e trez pelos de menor idade**.»⁴

Quanto à sequência do ritual determina-se que, na noite antes do dia das exéquias, se faria um sinal, anunciador da sua realização no dia seguinte. E no dia das exéquias poderiam ser feitos três sinais distintos: um quando se entrar ao Ofício, outro às Laudes, outro ao Responso, dito no fim da missa. O sino era tangido ou pelo tesoureiro ou pelo sacristão, sendo gratuitos os sinais do falecimento. No entanto, quanto aos sinais das exéquias determina-se: «se lhes dará esmola costumada, ou taixada por nossos Visitadores».

O toque da saída do Sagrado Viático e a saúde pública. O toque das Trindades

Outras cerimónias e rituais religiosos eram igualmente anunciados através do toque dos sinos. Assim, no Livro 1, Titulo.7, Capítulo.7, intitulado «Sinal para quando o Santíssimo sahir fóra, como se fará» lê-se: «(...) e quando houver de levar o Santíssimo Sacramento da Eucaristia a algum enfermo, mande primeiro fazer sinal com o sino maior da Igreja, dando cinco badaladas com intervalos distintos, e hum repique breve: e mande tanger a campainha pelas ruas onde por onde há-de ir o Senhor até à casa do enfermo».⁵

Tristes, lúgubres e nostálgicos deveriam ser os toques anunciando a doença e a morte. Ondas de tristeza e angústia envolviam as povoações levadas pela voz dos sinos, mergulhando as populações, em épocas de epidemias, numa marcada inquietação interior nada favorável a uma atitude positiva em relação à doença. Em Abril de 1849, uma violenta epidemia de febre tifóide abateu-se sobre a povoação da Lardosa, lançando a desolação e a morte entre os habitantes. Por esta época, ainda era costume o pároco levar o Sagrado Viático aos moribundos. Amigos e familiares acompanhavam o pároco, entoando cânticos e o sino da matriz repicava tristemente, como havia sido

- 4 Bernardo António de Mello Osório, ob. cit, p, 357.
- 5 Bernardo António de Mello Osório, ob. cit., p. 2.





Sino da Igreja Matriz, S. Miguel D'Acha

determinado nas Constituições do Bispado. Conhecedor dos efeitos negativos que os estados depressivos podem ter sobre a evolução das doenças, o médico do partido, Dr. Francisco António Rodrigues de Gusmão, diligenciou junto do pároco para que a prática do repique dos sinos acabasse, justificando deste modo o seu pedido: «(...) he de toda a importância que se mantenha a alegria e a serenidade no ânimo dos seus fregueses evitando tudo o que possa afectá-los melancolicamente». E acrescenta: «E he coisa provada por observação constante, que tais manifestações de culto (...) causam sempre terror no ânimo dos sãos e dos doentes, predispondo huns a contrair a moléstia, e dificultando a outros a sua cura.»⁶

Mas se o nostálgico e deprimente tanger dos sinos, anunciador da doença e da morte, mergulhava as populações na inquietação e na angústia, outros toques traziam às populações sentimentos de conforto e de paz. De entre eles o toque das Ave-Marias, ou toque das *Trindades*, exercia sobre o povo um marcado fascínio. Quando este toque ecoava pelos campos, suspendiam-se as tarefas que estivessem a ser executadas, os homens descobriam a cabeça, tirando o chapéu, todos se persignavam e rezavam três Ave-Marias. No entanto, cada uma das Ave-Marias era precedida por uma invocação, que recordava as palavras do Anjo Gabriel e as respostas da Virgem no momento da Anunciação. Assim, antes da primeira Ave-Maria, diziam: «O Anjo do Senhor anunciou a Maria concebida em graça do Espírito Santo; antes da segunda: «Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a vossa Santa palavra; e antes da terceira: «O verbo divino encarnou e habitou entre nós».

6 Francisco António Rodrigues de Gusmão, «Sucinta Notícia da Epidemia que grassou na Lardosa, nos meses de Abril e Maio do ano de 1849», *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 2º série, tomo VI, nº 6.

Sino da Igreja

Andavam dois homens a lavrar o cabeço da Pelada. Um era de Alcains e o outro da Lardosa. Encontraram um sino que a charrua trouxe à superficie. Cada um queria que o sino fosse para a sua terra porque o tal cabeço fica entre Alcains e a Lardosa. Resolveram então ir à sua terra, buscar um carro de bois e o primeiro a lá chegar ficaria com o sino. O homem de Alcains foi o primeiro com direito ao sino. Este sino encontrava-se numa das torres da igreja, mas devido a uma fenda teve que ser refundido.

Recolha efetuada em Alcains — Concelho de Castelo Branco Retirado do livro CONTOS MITOS E LENDAS DA BEIRA, José Carlos Duarte Moura, A Mar Arte, Coimbra/96



Nas aldeias da Beira ninguém ficava indiferente a este toque que, soando em três momentos do dia, ritmava a vida, marcando o início dos trabalhos agrícolas, a ansiada pausa do meio-dia, o descanso da noite... Este chamamento à oração trazido pela voz dos sinos ecoa na literatura portuguesa e brasileira em diversos poemas que traduzem uma multiplicidade de sentimentos. Vários são os poetas que não resistiram em cantar o poder encantatório do toque das *Trindades* do anoitecer, nesse momento mágico entre o dia e a noite.

«Trindades

Pôr-do-sol da minha terra! Que cenários de magia! E que mistérios encerra O fulgor do fim do dia!

Ouve-se uma badalada A vibrar na solidão, D'onde vem a voz alada A falar ao coração?

Ave-Maria! «Gratia plena Janua coeli…» Oh! bendita! Bendita e etérea Assucena Cheia de graça infinita!»⁷

Nas Constituições Sinodais do Bispado da Guarda o toque das Trindades foi determinado do seguinte modo:

«Desejando Nós, que em nosso bispado se guarde (...) o santo, e louvável costume da Igreja, em se rezar cada dia à honra da Virgem Maria Nossa Senhora, em memória, do Mysterio da Anunciação, e que juntamente se faça oração pelas almas, que estão no Purgatorio, e dos que estão em estado mortal, mandamos que na nossa Sé, e nas mais Igrejas do nosso Bispado, em todos os dias do anno depois do sol posto, pouco antes do anoitecer, se tanja às Ave Marias, dobrando-se, ou correndo-se primeiro o sino, que for costume, por pouco espaço, para que os fieis Christãos se disponhão para rezar; e acabado de correr o sino, se darão três badaladas no sino maior da Igreja, com espaços e intervallos convenientes, ou nove badaladas, três em cada vez, segundo for costume. E depois delas se tornará a correr o sino da igreja, para que a gente se disponha a rezar pelas almas do fogo do Purgatorio, e dos que estão em pecado mortal, e logo se darão duas badaladas juntas no sino maior da Igreja para este intento. (...) Outro sim mandamos,

⁷ Oliveira Tavares Júnior, «Trindades», in padre Henriques da Silva Louro, *Monografia de Cardigos*, Cucujães, 1939, p. 95.



que na nossa Sé se guarde o louvavel costume, que nella achamos, de se tanger trez vezes cada dia às Ave Marias: convem a saber, pela manhã antes de se tanger a matinas, ao meio dia, e à noite».»⁸.

Mas entre toda a diversidade de toques que, no passado, soavam nos sinos das igrejas encontrava-se um toque específico por ocasião das tempestades e trovoadas. Nestes toques entrelaçavam-se crenças herdadas de um passado longínquo, mas que a Igreja ratificou durante muitos séculos.

D. António Coelho refere na Liturgia romana (vol. I, p.104) várias inscrições encontradas em sinos antigos, que evidenciavam quer a multiplicidade de mensagens que os seus toques podiam transmitir, quer o poder dos seus sons:

«Louvo a Deus verdadeiro, chamo o povo, convoco o clero./ Choro os defuntos, afugento a peste, abrilhanto as festas./ Pranteio os funerais, reprimo as cheias, anuncio o descanso./ Excito os tardos, dissipo os ventos, aplaco os tiranos.»

«Jubilans festa cano;/ Suplex longe procellas pello;/ Plorans alumnis atratis bello/ Amicis, monachis, pacem rogo.

(-Alegre canto as festas sagradas;/ Súplice, arremesso para longe as tempestades,/ Chorando, rogo a paz para os amigos monges abatidos pela guerra)». 10

Como se verifica, o verso da segunda inscrição ("Súplice, arremesso para longe as tempestades") contém uma alusão clara à crença do poder do toque dos sinos no afugentar das tempestades. Outro exemplo de determinação eclesial com o mesmo fim, afugentador de tempestades, encontra-se numa das disposições do bispo Manrique de Lara, constante do sínodo realizado em Orense em 12 de Abril de 1543, na qual se recomenda o seguinte:

«Quando os sacerdotes virem o tempo revolto e se temer tempestade ou tormenta de água, ou pedra, ou ventos, façam tanger 'a nublado' em todas as igrejas todos os sinos, e vestidos com as suas sobrepelizes e estolas e estando na igreja rezem com muita devoção aquelas coisas que no manual mandamos, por estarem aprovadas, e as outras coisas que a santa madre Igreja tem para isto apropriadas»¹¹

- 8 Bernardo António de Mello Osório, *Constytuições Synodaes do Bispado da Guarda*, Lisboa, Na Officina de Manoel Manescal da Costa, 1759, 3ª edição, pp. 312-313.
- 9 Transcritas no jornal *Reconquista* de 27 de Julho de 1960 do livro de Alfredo Serra de Magalhães *O Lar*; edição do Autor, 1963, pp.29-32.
- 10 Segundo Alfredo Magalhães, este sino encontra-se no mosteiro beneditino de Maredesous e "foi benzido em 1923, tendo servido de madrinha na cerimónia, a rainha Isabel", (v. O Lar, pp.30-31).
- 11 Sinodicam Hispanum, Galicia, Orense, Madrid, BAC, 1981, Tomo I, p. 15. Citado por Jose Alonso Ponga Y Antonio Sanchez del barrio, in Campanas Patrimonio sonora e Lenguage Tradicional, Fundácion Joaquin Dfaz, 1977, p. 74, donde traduzimos.





De igual modo, Louis Dufour refere que, em algumas regiões de França, os sinos antigos de certas paróquias ostentam os seguintes versos:

«Laudo Deum verum, populum voco, congrego clerum, Defunctus ploro, fugo fulmina, festa decoro». (A minha função é louvar a Deus, chamar o povo, convocar o clero, chorar os mortos, afastar as tempestades, realçar as solenidades). 12

E, ainda segundo este mesmo autor, e durante o século XVIII, existiam, nalgumas regiões de França, normas escritas que impunham a obrigatoriedade desses toques, referindo que num documento da paróquia de Santo Quintino, em Tournai, datado de 1742, se lê: «O primeiro coveiro será preso e será obrigado, todos os domingos e dias de festa, a tocar os sinos na missa cantada e nas vésperas, segundo o costume, e nos dias solenes, as matinas, e durante as trovoadas logo que se ouça o seu ruído». 13

Em muitos sinos, a par da data e local da fundição, existia, por vezes, a especificação deste fim exorcizador das tormentas. Em várias povoações de Espanha são muitos os sinos de igrejas, dispersas por diferentes regiões, que ostentam inscrições que testemunham ter sido esta realidade prática generalizada. Sirva de exemplo o caso de duas inscrições existentes nos sinos da igreja de Santa Maria, em Villavicenso de los Caballeros. Diz a primeira: «VOX MEA CUNTERUM (CUNCTORUM) SITTERROR DE MONIORUM» (A minha voz seja o terror de todos os demónios). Na segunda lê-se: «VINCENT XPS (CHRISTUS) REGNAT XPS (CHRISTUS) IMPERAT ABOMNI MACO NOS DEFENDAT» (Cristo vence, Cristo reina, Cristo impera e nos defenda de todo o mal).

Igualmente os sinos da igreja de Santa Marina, no Prado, ostentam, entre duas cruzes gregas, a seguinte inscrição: «ECCE CRUCEM DOMINI/ FUGITI PARTES ADVERSAE./ VINCIT LEO DE TRIBU IUDA RADIX DAVIO ALLELUIA»¹⁴

(Está aqui a cruz do Senhor, fugi partes adversas./ Vence o Leão da tribo de Judá, raiz de David, Aleluia).

Procurando testemunhos dessa realidade em Portugal, encontrei, em monografia da Pocariça¹⁵, povoação do concelho de Cantanhede, a informação de que num dos sinos do campanário da igreja matriz, no do lado do nascente, existe em relevo a seguinte inscrição: «Ecce Crucem Domini Fugite partes adversae»; e mais abaixo: «Bendito e louvado seja o Santíssimo Sacramento»; e, finalmente, na base: «André De argos me fes anno de 1773».

- 12 Louis Dufour, Les dictons méteorologiques, Verviers, Marabout, 1973, p. 106, Tradução nossa.
- 13 Ibidem.
- 14 Jose Alonso Ponga, y Antonio Satmchez del Barrio, ob. cit., pp. 52-53
- 15 Viriato de Sá Fragoso, A freguesia de Pocariça do Concelho de Cantanhede Apontamentos para a sua História, Porto, Livraria Simões Lopes, 1939, pp. 56-57.





Pormenor do sino da Sé de Castelo Branco

O sino do lado do norte, embora de menores dimensões, possui igualmente duas inscrições. Uma diz: «In hoc signo vinces 1890»; na outra lê-se: «Antonio Dias Campos Sorrilhas me fez em Cantanhede».

Estas inscrições evidenciam que, na segunda metade do século XVIII e numa povoação do centro de Portugal, se exorcizavam as tempestades de trovões e relâmpagos com o toque dos sinos. Mas a prática deveria ser comum em várias regiões portuquesas durante o século XIX.

Conta Jorge Dias que, em Rio de Onor, um padre natural desta povoação, quando as tempestades se aproximavam, abria a janela e fazia um esconjuro. «Ao fim de um tempo a trovoada ia-se embora». Jorge Dias transcreve a seguinte parte do capítulo XIX do livro de frei Martin de Castanega, que refere uma prática idêntica no País Basco:

«Os esconjuradores e os esconjuros das nuvens e tempestades são tão usuais no reino que por maravilha não há povo de lavradores que não tenham salário assegurado e uma guarita posta no campanário ou em outro lugar público e alto porque aí o esconjurador está mais perto das nuvens e dos demónios. Anda este erro tão desavergonhado que se oferecem para pôr fim a pedra daquele ano e fazem desafios e apostam sobre isso com outros esconjuradores da comarca (e estes muitas vezes são os padres dos lugares), e no tempo dos esconjuros dizem e gabam-se que jogam com a nuvem como que com uma bola (...) e alguns que se consideram mais sabedores fazem cercos e dizem e gabam-se que se vêem em tanta pressa com os demónios que lhes deitam o sapato do pé para que com ele se soltem e saiam do cerco muito fatigados e gabam-se de serem muito esforçados e assinalam termos dentro dos quais querem que se estendam e valham os seus esconjuros procurando deitar a nuvem fora do seu termo e que caia no do seu vizinho ou em tal lugar ou parte assinalada». ¹⁶

16 Jorge Dias, Vilarinho da Furna – uma aldeia comunitária, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp. 191-192. Cit.



As raízes da crença do poder exorcizante do toque de sinos e campainhas

Entre as forças da Natureza que possuem um mais forte poder capaz de despertar no coração do Homem um profundo e universal temor contam-se as tempestades, acompanhadas por relâmpagos e trovões. As luzes violáceas ou de um vermelho intenso que riscam o céu em ziguezagues, saídas de nuvens alterosas como montanhas negras e acasteladas, e o som cavo ou ribombante dos trovões infundiram desde a aurora do mundo um universal temor. Talvez seja essa a razão que percorre como uma constante, todas as culturas da Terra, a causa da associação destes fenómenos naturais a manifestações das divindades possuidoras de poderes de vida ou de morte sobre os homens e as coisas.

Interpretadas nas civilizações pré-cristãs como materialização da cólera dos deuses, ora funcionavam (acreditava-se) como castigo para a maldade humana, ora como sinais do seu poder sobre o mundo e as criaturas. Daí, e desde uma antiguidade muito remota, serem vulgares os testemunhos de ritos no propósito de se aplacar a cólera dos deuses e de se afastarem para longe os perigos e os castigos que as tempestades atmosféricas transportavam.

Com o advento do Cristianismo, certas práticas vindas das antigas civilizações foram tingidas com rituais cristãos e aceites e ratificadas pela Igreja medieval, sobrevivendo até épocas muito próximas de nós. Enraízam, por certo, na crença desta génese sobrenatural e surgidas do fundo do tempo, as orações a Santa Bárbara ou a S. Bartolomeu, a utilização de amuletos e velas benzidas ou a realização de certas práticas (palavras e gestos) que se acreditava terem um poder exorcizante.

Durante séculos, o desconhecimento da origem das tempestades, aliado ao poder destruidor dos raios, fez despertar a crença de que elas eram obras de espíritos malignos que vagueavam pelo mundo espalhando o mal, a destruição e a morte.

Na Europa, uma crença muito antiga e largamente difundida colocava no som dos sinos o poder de afastamento dos espíritos malignos, e daí que, sendo as trovoadas (julgava-se) fruto da influência desses espíritos, se utilizassem os sinos no afastamento dos seus efeitos destruidores. Durando, um canonista do século XIII, afirma que o toque de campainhas e sinos durante as procissões era feito com o objectivo de assustar e fazer fugir os demónios. E justifica-se assim:

«(...) nas procissões tocam-se campainhas para se assustarem os demónios e pô-los em fuga. Pois, quando estes espíritos escutam as trombetas da igreja militante, isto é, as campainhas da procissão, sentem medo, do mesmo modo que um tirano qual-





quer se atemoriza se ouvir soar num território as trombetas de um rei poderoso seu inimigo. E essa é a razão de que, quando se observa que se está armando uma tormenta, as igrejas façam soar os sinos afim de que os demónios, ao escutarem as trombetas do rei eterno, isto é, os sinos, se sintam atemorizados e fujam e se abstenham de atiçar as tempestades».¹⁷

Deste modo, quando a colocação de sinos nas igrejas¹⁸ como meio de convocar os fiéis para os ofícios religiosos se generalizou no mundo cristão, o seu som foi encarado como meio eficaz para pôr em fuga demónios e espíritos malignos.

Tanto no Oriente como no Ocidente, esta crença entronca na concepção de que as almas são sopros exalados pelos moribundos que se espalham pelo ar e por aqui vagueiam.

Na China, chama-se 'espanta-espíritos' a objetos constituídos por pedaços de vidro ou de metal muito leve que, suspensos por fios, são agitados pelo menor sopro de vento, produzindo sons cristalinos agradáveis ao ouvido. Colocam-se à entrada das

¹⁷ Cit. por James George Frazer, el Folclore em el antiguo testamento, «Las campanillas de oro», Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1981, pp. 559-560.

¹⁸ Os sinos não conheceram uma pronta difusão, pois conta-se que o levantamento do cerco da cidade de Sens aconteceu devido ao facto de o Bispo de Orleães ter mandado tocar os sinos da igreja de Santo Estevão, circunstância que amedrontou de tal modo os soldados do exército sitiador que, ao escutá-los e desconhecendo a origem de tão fortes sons, fugiram amedrontados.



casas com o fim de impedirem, com o seu som, a entrada, repelindo-a para longe, da desgraça trazida por espíritos maléficos que vagueiam pelo ar.

Na Europa, nas antigas filosofias da Antiguidade Clássica, se afirma que para o ar, na proximidade da Terra, se dirigiam as almas quando se separavam dos corpos. Aí permaneciam um tempo mais ou menos longo consoante na sua vida terrena terem, ou não, percorrido um caminho pautado pela bondade e pela rectidão de princípios. O seu destino último era a ascensão até às esferas onde reinava a harmonia eterna. Esta concepção foi, no mundo clássico, divulgada por poetas, fixada em epitáfios, difundida pelos sacerdotes e propagada em textos sagrados. A ascensão das almas através da atmosfera até ao céu das estrelas constituiu, no mundo antigo, um dado incontroverso, adoptado tanto pelos pensadores materialistas, como por aqueles que perfilhavam uma crença religiosa. O processo de ascensão até às esferas onde reinava a harmonia adquiria porém contornos diversos. Para os primeiros, a ascensão das almas explicava-se por princípios alicerçados nas características físicas do sopro vital. A sua natural leveza permitia-lhes a subida das camadas mais densas da atmosfera, próximas da Terra, para as camadas mais rarefeitas, situadas na parte superior da atmosfera. No entanto, e para os que filiavam uma crença religiosa, a viagem de ascensão das almas poderia ser ou rápida e pacífica, ou marcada por perigos sem fim. Nesta última alternativa, os ventos tornavam-se divindades vingadoras castigando as almas que, durante a vida terrena, haviam seguido as pisadas do mal, conservando-as próximo da Terra e infligindo-lhes duras penas: os vendavais prendiam-nas nos seus turbilhões, as tempestades arrastavam-nas de um lado para o outro. Pelo contrário, as que haviam trilhado um caminho recto eram rapidamente elevadas pelos ventos benéficos para as regiões da harmonia eterna, passando pelas nuvens e pela chuva existentes nas regiões próximas da Terra, até à região do fogo que se estendia até ao céu estrelado, onde reinava a harmonia eterna.

Diz Franz Cumont¹⁹ que às entidades aéreas compassivas opunham os pagãos os demónios, entes vingadores ou purificadores que castigavam as almas na sua travessia da atmosfera, retardando a sua ascensão. O Cristianismo conservou por longo tempo igual crença, aceitando a existência de demónios que povoavam o ar denso e espesso da vizinhança da Terra.²⁰

Ora, a escatologia cristã dos primeiros séculos, enraizando fortemente no paganismo (embora com outros contornos), manteve viva a crença duma atmosfera povoada pelos espíritos dos mortos. Assim, nos primeiros séculos do cristianismo, acreditava-se

¹⁹ Franz Cumont, *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romais*, Librairie orientaliste Paul Geunther, 1942, pp. 137-130.

²⁰ Na Cidade de Deus, Santo Agostinho afirma ser nessa parte da atmosfera que se situava a prisão à qual o diabo havia sido condenado.





que as almas dos mortos, vagueando pelo ar, se iam purificando de etapa a etapa desde a Terra até às esferas celestes onde reinava a harmonia divina e adquirindo, deste modo, um conhecimento mais profundo de Deus. Mas os condutores das almas, os ventos das crenças pagãs, foram, na concepção cristã da purificação aérea das almas, substituídos pelos anjos, os enviados de Deus.

Entre os ecos e as ressonâncias das crenças pagãs, são as celtas e as greco-romanas, que marcam ainda fortemente o mundo rural europeu dos nossos dias. Nos celtas, os violentos ventos que acompanhavam as grandes tempestades eram turbilhões de almas danadas, que lançavam a sua raiva sobre o mundo dos homens.

Ecos das crenças pagãs nas aldeias do interior da Beira e o poder do toque dos sinos

Do meu ponto de vista, em várias aldeias do interior da Beira, este arcaísmo cultural mantém-se vivo. A crença de que as fortes e súbitas ventanias, acompanhadas de trovões e relâmpagos, transportam almas danadas e demónios continua ainda bem forte. Conhecidos esses súbitos ventos sob designações variadas (borborinhos, esponjinhos, torvelinhos, bezebrinos, ...), para se apaziguarem os seus efeitos destruidores e se repelirem e se afastarem os espíritos malignos, são vários os esconjuros que, transmitidos de geração em geração, ainda se ouvem pelas aldeias da Beira.

Sirva de exemplo este esconjuro recolhido no Vale da Senhora da Póvoa, em 1995: «Cruz de Cristo esta aqui,/ *Espritos* malignos, fugi daqui! /Entre o sol e a lua/ arrebenta diabo infernal /qu' esta alma não é tua,/ é de Nosso Senhor e de Nossa Senhora./ Um Pai Nosso e uma Ave Maria».²¹

Refletindo sobre o conteúdo deste esconjuro, parece-me constituir ele exemplo admirável de sincretismo entre a doutrina cristã e velhas crenças, que remontam umas ao nosso distante passado celta, outras às nossas raízes greco-romanas. Se a ideia de que os remoinhos súbitos de vento transportam almas danadas se insere nas primeiras, o repto lançado ao demónio para que largue a alma e «rebente entre o Sol e a Lua», parece-me entroncar nas velhas crenças perfilhadas por alguns filósofos da antiguidade greco-romana que localizavam o local de purificação das almas dos mortos, o Hades, justamente entre o Sol e a Lua. Purificados, primeiro pelas águas da Lua e depois pelo fogo do Sol, os espíritos dos mortos, libertos de qualquer mancha, poderiam ascender por fim às esferas superiores das estrelas fixas onde, por influência da cosmologia ba-

²¹ V. Maria Adelaide Neto Salvado, *Ventos e Tempos da Beira*, Castelo Branco, 2000, pp. 60-61. A crença de que a atmosfera próxima da Terra é local de expiação encontra-se ainda igualmente viva. Num relato recolhido em 1994 na aldeia da Orca-Fundão lê-se: «Os borborinhos. São pessoas que morrem e Nosso Senhor não quis as suas almas no céu. Então vêm para a Terra atormentar as pessoas.», in ob. cit., p. 35.





Capela Mártir S. Sebastião, Partida

bilónica, se passou a localizar a morada dos bem-aventurados, substituindo a primitiva crença de que a purificação das almas se realizava na atmosfera próxima da Terra e que seria a Lua a morada dos bem-aventurados.²²

Acontece que a crença numa causa sobrenatural das grandes tempestades e na sua relação com o poder de almas enlaçadas por força demoníaca encontrava-se bem viva entre as gentes da região da Beira no século XVII. Frei Luís de Sousa (1555-1632), na *História de S. Domingos*, descreve uma violenta tempestade que se abateu na região de Pedrógão Grande (onde os dominicanos habitavam o Convento de Nossa Senhora da Luz) no último dia de Agosto de 1590, a qual subiu o Zêzere e se fez sentir com igual violência na Covilhã. Assim começa Frei Luís de Sousa o relato desta tempestade:

«Último dia de Agosto sobre a tarde, correndo tempo claro e sereno, se toldou subitamente o céu, escureceu o ar, começaram a cair raios, soar trovões, com força e continuação tão desusada que faziam representação querer-se desatar a máquina do mundo: porque o afusilar dos relâmpagos parecia rasgar o Céu até ao Firmamento; o estrondo e bombardas dos trovões asseguravam abrir-se a terra até ao centro. Com isto via-se arder o ar todo com brasas vivas: e assopravam ventos tão furiosos, e nunca

22 V. Franz Cumont, ob. cit., pp. 138-141.



vistos, que arrebatavam a terra, e levavam pelos ares homens e animais; arrancavam de raiz árvores de fruto, e silvestres, e tudo o que encontravam. Seguiam a miúde chuveiros com pedra de grandeza extraordinária, e soavam entre eles vozes medonhas, como de gente que se animava a destruir e assolar (...)»²³

E mais adiante refere: «(...) afirmou um Sacerdote, ou fosse força do medo ou verdadeira visão, que vira no ar um esquadrão de gente armada, disforme, e horrenda, em corpos, visagens, armas; e fez o dito certo, com que sem poder pronunciar mais palavras, de atónito e confuso, expirou, na manhã do dia seguinte».²⁴

E em outra passagem do seu relato (na qual ressalta uma marcada superstição e onde se entrelaçam o castigo de Deus sobre a terra dos homens e as forças do mal como motoras das tempestades do céu) conta Frei Luís de Sousa que, junto ao Pedrógão, foram ouvidas, vindas do céu, vozes que gritavam o nome de um homem conhecido na terra como pessoa pouco recomendável. E diziam: «fazei lá por vossa parte, que cá faremos pela nossa». Acerca do carácter deste homem escreveu Frei Luís de Sousa: «era pessoa conhecida, e de quem corria fama pública ter tão pouca conta com sua alma (...).»²⁵

O significado das vozes esclareceu-se no dia seguinte: todas as vinhas ficaram completamente destruídas, «sem fruto e sem vara», a tal ponto que, refere Frei Luís de Sousa, durante dois anos, não produziram coisa alguma. No entanto, as do homem, cujo nome tinha sido gritado pelo céu, escaparam à força destruidora dos elementos e «ficaram tão floridos e carregados de uvas como estavam antes da tormenta».

A inclusão pormenorizada do relato desta tempestade na *História da Ordem de S. Domingos* justifica-a Frei Luís de Sousa nestes termos: «(...) Não é indigna desta História, para que nos ensinemos a temer a Deus, que é princípio da verdadeira sabedoria e o fim principal de tudo o que escrevem as penas religiosas». ²⁶ Obedeceu, pois, este relato de Frei Luís de Sousa a nítidos propósitos pedagógicos, orientados pela ideia de se extrair da violência e dos efeitos destruidores de uma tempestade atmosférica pouco comum a lição de que, se os homens o merecem, poder-se-á, para seu castigo, «desatar a máquina do mundo».

Com o passar dos séculos, a crença do poder das almas perdidas e das forças demoníacas na origem das tempestades foi enfraquecendo, mas a fé no poder do som do toque dos sinos manteve-se pelos séculos.



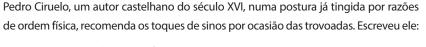
²³ Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, vol. I, p.1107. Nas transcrições actualizámos a ortografia.

²⁴ Frei Luís de Sousa, ob. cit. p. 1108.

²⁵ ibidem.

²⁶ Frei Luís de Sousa, ob. cit., p. 1107





«...o remédio natural é que se façam os maiores estrondos e movimentos que se puderem no ar; convém saber: que devem tanger, rodando as cordas dos maiores sinos que haja nas torres das igrejas, e os que maior ressonância façam no ar».²⁷

E, na tentativa de justificação da necessidade da provocação de uma forte ressonância do ar em céu carregado de espessas nuvens de tempestade, desenvolve convincentes explicações de carácter físico: «A razão disto é porque ela (a tempestade) é uma espessura ou congelação feita pelo frio e, fazendo aquele grande movimento no ar com os sinos e bombardas, dispersa-se e aquece-se um pouco o ar; e, assim, a nuvem dissolve-se ou derrete-se em água límpida, sem granizo ou pedra (...)».²⁸

Envolve, pois, esta afirmação um carácter de racionalidade, tingida já por laivos de cientificidade incipiente.

Em 1637, Descartes continua a defender a prática do toque dos sinos e a dar para ela uma explicação racional. Lê-se em *Meteoros*: «Não é sem razão que se diz que o grande ruído, como o dos sinos ou o dos canhões, pode diminuir o efeito dos raios; pois ele ajuda a dissipar e a fazer cair a parte inferior da nuvem, diluindo a neve de que ela é composta. Assim o sabem bastante aqueles que têm costume de viajar nos vales onde as avalanches são de temer; por isso eles evitam falar ou tossir quando aí passam, com medo que o barulho da sua voz faça desprender a neve.»²⁹

Admitindo que a parte inferior das nuvens de tempestade era constituída por neve, Descartes defende que sons muito fortes podem levar ao desmoronamento da neve contida nas nuvens, tal como qualquer som produzido num vale pode conduzir à formação de uma avalanche, desprendendo a neve que cobre as encostas das montanhas circundantes e arrastando-a para as regiões de sopé.

Em artigo publicado no Panorama³⁰, em 1837, esclarece-se que a agitação do ar pelo toque dos sinos só poderá influenciar uma nuvem muito próxima, acentuando o autor do artigo que as vibrações ocasionadas pelo som são significativamente fracas para que possam ter algum efeito sobre nuvens de tempestade pesadas e densas.



²⁸ ibidem

³⁰ *Panorama*, vol. 1- (Maio a Dezembro de 1837), p. 91.



²⁹ Descartes, Meteoros, citado por Louis Dufour, in ob. cit., p. 107, donde traduzimos.



O ritual da bênção dos sinos - do passado ao presente

Embora nas *Constituições Synodais do Bispado da Guarda*, impressas segundo as orientações do Concílio de Trento, sejam vários os capítulos que contêm disposições relativas ao toque dos sinos, não se vêem, em nenhuma delas, referências a toques para se afugentarem as tempestades.

No entanto, no capítulo V do Livro IV parágrafo 37, que trata do número de sinos que as igrejas paroquiais deveriam possuir, lê-se: " (...) e procurar-se-ha, quanto for possível, que os sinos sejão bentos, segundo a forma do Pontifical".³¹

Ora, nas orações do *Pontifical Romano* de 1895, que acompanhavam o ritual da bênção dos sinos, existem passagens que concretamente se referem ao poder exorcizador do seu toque.

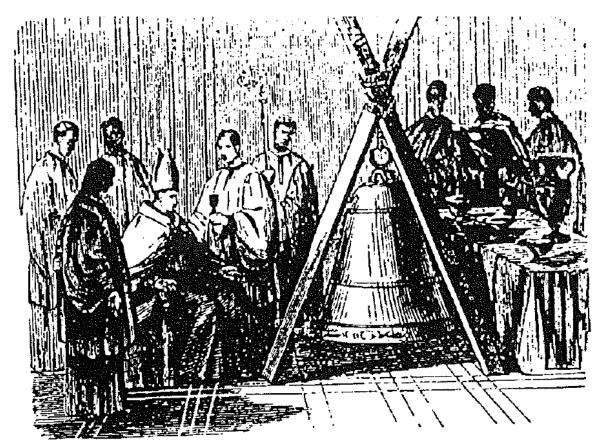
Assim, a oração da bênção da primeira parte do ritual, proferida quando o sino era lavado com água benta, contém a seguinte passagem: «(...) in ea fuerit tinctum, ubicumque sonuerit hoc tintinnabulum, procul receda virtus insidiantium, umbra phantasmatum, incursio turbinum, percussi fulminum, laesio tonitrorum, calamitas tempestatum, omnisque spfritu procellarum; (...)»³² - «(..) para que quando este sino (...) com ela tiver sido aspergido, onde quer que o seu som seja ouvido, para longe seja afastado o poder dos que armam ciladas, a sombra dos fantasmas, o levantar dos ventos, a queda dos raios, o ribombar dos trovões, as calamidades das tempestades e todos os espíritos das tempestades» ³³.

Como se constata, a oração do ritual da bênção encerra uma clara alusão aos fantasmas e espíritos maléficos que adejavam no ar com as tempestades de trovões e relâmpagos, bem como ao poder exorcizante do toque dos sinos.

Depois da oração, o oficiante ungia o sino com o óleo dos enfermos. Cantava-se em seguida o salmo 28 e, durante o canto, o celebrante fazia com a mão direita sete cruzes³⁴ na parte exterior do sino com o óleo dos enfermos, e quatro cruzes, na parte interior, com o óleo do crisma, consagrando-o em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. A oração que acompanhava este rito apresenta uma passagem que do mesmo modo alude ao poder apaziguador do toque dos sinos durante as tempestades: «(...) procul pellantur omnes insfdiae inimfci, fragor grandinum, pro-

- 31 Constituições Synodais do Bispado da Guarda, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1759. Terceira impressão, p.400.
- 32 Pontificale Romanum, 1895, p. 291.
- 33 Tradução do Dr. Virgílio Catarina Dias, a quem reconhecidamente agradecemos.
- 34 As sete unções significam os sete dons do Espírito Santo, que se devem comunicar aos fiéis convocados pelo toque dos sinos; as quatro unções feitas no interior tinham por fim despertar a caridade nos corações e afastar deles os males espirituais, tal como o seu toque tinha força para afastar as trovoadas... Agradecemos ao Sr. Padre Manuel Bernardo alguns esclarecimentos.





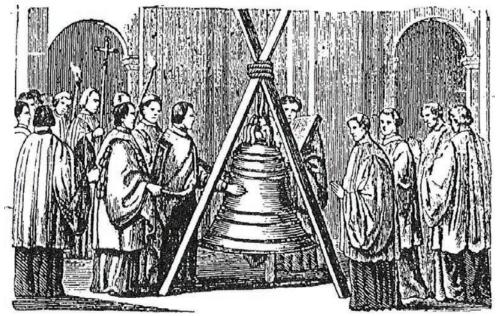
Bênção dos sinos - Pontificale Romanum (1895).

cela turbinum, Impetus tempestatum; temperentur infesta tonftrua; ventorum flabra fiant salubriter, ac moderate suspensa; prosternat aereas potestates dextera tuae virtutis; ut hoc audientis tintinnabulum contremfscant, et fugiant ante sanctae crucis Fílii tui in eo depfctum vexillum, cui flectitur omne genu (...)» ³⁵- «E quando o som dele tiver soado aos ouvidos dos povos, cresça neles a devoção da fé; afastem-se para longe todas as ciladas do inimigo, o fragor do granizo, a tempestade dos ventos, e o ímpeto das tempestades; moderem-se os trovões nefastos, o fragor dos poderes aéreos; para que os que ouvem este sino tremam e fujam perante a bandeira do teu Filho dos ventos torne-se agradavelmente sereno; a direita do teu poder prosterne, subjugue os; (...)» ³⁶

³⁵ Ob. cit., p. 296.

³⁶ Tradução do Dr. Virgílio Catarino Dias.





Benção dos sinos - Imposição dos santos óleos. Pontificale Romanum (1895).

As inscrições dos sinos de Castelo Branco e de algumas povoações da Beira raiana

Procurando informações relativas a inscrições em sinos de Castelo Branco, verifiquei que em nenhuma dessas inscrições existe qualquer referência explícita ao poder exorcizador do seu toque.

Oito sinos apresentam actualmente a Sé de Castelo Branco, quatro e cada uma das suas torres sineiras. Os quatro sinos da torre sul possuem inscrições. Assim, o sino de maiores dimensões, virado a oeste, ostenta no lado exterior uma cruz do Calvário desenhada com flores-de-lis, e, no lado oposto, em alto relevo, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Este sino tem duas inscrições: uma, no bordo superior, prende-se com a data de fabrico e diz: «ANNO DOMINI MDCLXXXIX»; na outra inscrição, em baixo, no bordo inferior, lê-se por entre flores-de-lis: «SOI DE NRª SENORA DE LA CONCEPCION - SIN PECADO ORIGINAL»³⁷.

No sino virado a leste existem, actualmente, três legendas: uma, a do bordo superior, refere: «IHS35 SO DA FREGUESIA DE SANTA MARIA DO CASTELO; a outra, no bordo

³⁷ Segundo Porfírio da Silva, este sino teria sido feito em 1687 "de um morteiro que Sua Magestade déra para esse fim". V. Memorial Chronologico e Descriptivo da Cidade de Castello Branco, Lisboa, Typographia Universal, 1853, p.67. Agradecemos ao P.e Martinho Mendonça a sua colaboração na leitura das inscrições dos sinos da Sé.



inferior, diz: «REFUNDIDO EM 1956 NA FUNDIÇÃO DE SINOS DE RIO TINTO DEL. M. DACOSTA PORTO»; ao centro, dentro de um quadrado, numa outra inscrição lê-se: «MANOEL ANTONIO DE LINARES ME FVNDIO EM ALDEA NOVA ANNO DE 1843».

Possui este sino uma curiosa cruz do Calvário: formada por pequenos quadrados e rematada por triângulos, esta cruz ergue-se de um pedestal desenhado por pequenos quadrados que ostentam no centro, igualmente, o desenho de uma pequena cruz do Calvário.

O sino virado a sul possui a seguinte legenda: «IHS» e, no seu bordo, lê-se: «SANCTE MICHAEL ANNO MDCLXXXIX». Uma cruz do Calvário, alta e esguia, e desenhada por flores-de-lis, e



Imagem de Nossa Senhora da Conceição. Pormenor do sino da torre Sul da Sé de Castelo Branco (abertura Poente).

assenta num pedestal de forma triangular, igualmente desenhado por flores-de-lis.

O sino do lado norte é o mais moderno. Tem uma cruz do Calvário, desenhada em relevo, e a inscrição que possui refere-se apenas ao local, data e nome do construtor: «MANOEL ANTONIO DA SILVA FOLHO- LISBOA-ANNO 1888».

Quanto aos quatro sinos da torre norte, são iguais em formato, desenhos e inscrições. Em todos se encontra, na parte que vira para o exterior, uma cruz do Calvário com resplendor, em relevo, e no lado oposto uma custódia. Nos bordos superiores, lê-se: «SÉ DE CASTELO BRANCO», e no bordo inferior: «OBRAS DE RESTAURAÇÃO - FUNDIÇÃO DE SINOS DE RIO TINTO DE M. L. DA COSTA PORTO 1957».

Os sinos que actualmente se encontram na chamada Torre do Relógio, em Castelo Branco, são recentes. Datam de Setembro de 1946, e possuem iguais inscrições e decorações (uma cercadura de folhas de acanto estilizadas, no seu bordo superior). Em todos se lê, encimando a data: «CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO»; e, em baixo, junto ao bordo inferior dentro de uma cercadura ovalada: «FUNDIÇÃO DE SINOS NOVA LUSITANIA H. S. JERONIMO ERMEZINDE»; neles uma Cruz do Calvário foi



Sé Catedral, Castelo Branco

desenhada em relevo. Apenas diferem no número da série de fabrico e no som musical das suas badaladas: o sino maior, localizado na abertura sul, tem inscrito (SOL) e o nº 11 02; o da de sudeste (SI) e n.º 1101; o de este (RE) e o n.º 11 00; e o de nordeste, o mais pequeno, (SI) e o nº 1099.

Os dois primeiros sinos estão ligados ao relógio (mecanismo de alta relojoaria segundo opinião do nosso informador Senhor Manuel Fidalgo), e são eles que dão as horas que ritmam desde 1946 o quotidiano dos albicastrenses.

No entanto, talvez que uma das três inscrições do sino que em 1930, e de acordo com artigo publicado no jornal *Terra da Beira*³⁸, existia na Torre do Relógio: encerrava o seguinte voto: «EL ESPÍRÍTO SANTO CONSOLADOR SEIA EM MI FAVOR». Envolveria este voto um pedido de protecção contra os perigos das trovoadas? Quanto às outras duas inscrições do mesmo sino, e segundo este mesmo artigo, lia-se naquela que se encontrava no seu maior diâmetro: «Este sino mandou fazer a custa desta camera desta villa, anno de 1596»; e na que existia na sua parte média lia-se de um lado, precedido por uma cruz, «JESUS, MARIA», e do outro: «REGINA CELI LETARE ALELUIA».

Os sinos da Torre do Relógio desempenharam uma importante função social: em caso de incêndio era o seu repique que alertava e convocava a população para ocorrer ao local do sinistro. O número de badaladas determinava o local específico do incêndio,

³⁸ *Terra da Beira*, n.º 24 (1 de Dezembro de 1930), «Sinos de Castelo Branco».



permitindo uma maior rapidez no auxílio. A tabela a seguir transcrita, retirada da acta da sessão da Câmara de 13 de Março de 1866, é elucidativa:

na cidade	
Praça	1 badalada
Misericórdia	5 ditas
Graça e S. João	6 ditas
Arrabaldes	7 ditas
Largo da Sé	8 ditas
Senhora de Mércules e Fábrica	9 ditas
S. Marcos	10 ditas
Devesa	11 ditas
Nossa Senhora da Piedade	12 ditas
Espírito Santo	13 ditas
Castello	14 ditas
no campo	
Estrada de Abrantes	15 ditas
Dita do Crato	16 ditas
Dita de Malpica	17 ditas
Dita de Penamacor	18 ditas
Dita da Covilhã	19 ditas
Dita de Coimbra	20 ditas»

Além de convocar o povo para acudir aos incêndios, o sino da Torre do Relógio de Castelo Branco era apenas tocado em cerimónias públicas: morte do Rei, membro da família real ou do Bispo da Diocese. Mas, no início dos anos 20 do século XIX, o "abuso" instalou-se e o sino do Relógio passou a tocar «tão generosamente que mais parecia sino de freguesia», lê-se na acta da sessão de Câmara, de 13 de Maio de 1826. Para pôr fim a esta situação e restaurar o antigo costume, foi deliberado que o sino só tocaria por morte do Rei, Bispo ou membro da família real, e apenas nas procissões da Câmara ou nas procissões realizadas por voto do povo, ficando excluídos todos os toques por morte de pessoa particular, mesmo que pertencesse a nobreza ou que tivesse desempenhado qualquer cargo público. Igualmente ficou acordado que o sino só seria tocado por pessoa encarregada para o fazer, aplicando-se uma coima de 500 réis a quem não cumprisse esta determinação. Ora, um ano depois, na acta da sessão de 31 de Outubro de 1827, encontra-se o registo da aplicação da coima de 500 réis a António Nunes de Sequeira por não cumprir as obrigações do toque do sino do relógio, que lhe competiam, e tê-lo mandado fazer por rapazes.

No entanto, este velho sino foi quebrado, com a intensidade dos toques festivos quando anunciavam o fim da Il Guerra Mundial.

Na capela do Espírito Santo existem dois sinos, dos quatro que outrora se encontravam no seu campanário. Um, mais pequeno, não possui qualquer inscrição, mas tem gravada, no bordo inferior, uma cruz do Calvário; o outro, de maior dimensão, tem na parte superior a data de «1960» e, no bordo inferior, uma inscrição que diz «CAPELA DO ESPIRITO SANTO».



Na igreja de Santo António, antiga igreja de Santa Isabel ou Misericórdia Velha, existem actualmente dois sinos. São iguais. Ambos possuem na parte superior um friso com uma grinalda de rosas, quebrada por quatro cruzes latinas, dispostas a intervalos regulares. Na parte inferior ostentam uma cruz do Calvário, rodeada por um resplendor. As inscrições que neles existem referem-se ao restauro que sofreram em 1969³⁹.

Na torre sineira da igreja de Santa Maria do Castelo, construída à custa da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, existe actualmente um único sino. Encontra-se na abertura virada a este, e possui uma cruz do Calvário com resplendor, desenhada em relevo. O bordo superior apresenta uma decoração de folhas de acanto estilizadas; no bordo inferior lê-se: «MANOEL ANTONIO DA SILVA E FILHOS ANNO DE 1888».

Quanto aos dois sinos que actualmente se encontram nos dois campanários da capela de Nossa Senhora da Piedade, nenhum possui qualquer inscrição, nem data. Ambos têm, desenhada em relevo, uma cruz do Calvário, emergindo a do sino da torre norte de um montículo de pedras.

O sino do campanário da ermida de Nossa Senhora de Mércoles não revela qualquer inscrição, nem qualquer data. Tem desenhada, em relevo, uma pequena Cruz do Calvário envolta por um resplendor.

Relativamente aos sinos da Beira raiana, dois dos três sinos da igreja matriz de Segura possuem inscrições. Refere Mário Marques de Andrade⁴⁰ que o mais antigo, fundido em 1862, mostra duas inscrições. Uma diz:

«SANTA ----- BARBARA
ORA PRO NOBIS».

A outra refere: «Fundido em 1862/Compondo a Parochia vigari Caio/Padre Torres e Fontes».

O outro sino, mais recente, tem igualmente duas inscrições. Numa lê-se «Dedicado a nossa/ Senhora da Conceição/ da freguesia de Segura»; a outra diz: «A Junta de Parochia/ em 1885 +/ J. A. Linhares o fez».

Sendo Santa Bárbara a advogada das trovoadas, não será de excluir que o sino da matriz de Segura, «sino de Santa Bárbara» como era conhecido entre o povo, tivesse, no passado, tocado para afugentar o perigo dos raios.

Em Monsanto da Beira, a igreja matriz não possui actualmente campanário, mas o mesmo não sucede com duas das suas capelas, a capela do Espírito Santo e a da Misericórdia.

³⁹ Os sinos foram restaurados na Metalúrgica de Castelo Branco por iniciativa do industrial Elísio José de Sousa. Por isso, o nome deste industrial albicastrense encontra-se em ambos os sinos, por baixo da cruz do Calvário, e, no lado oposto, a data do restauro, 1969, e a marca da Metalúrgica de Castelo Branco.

⁴⁰ Mário Marques de Andrade, Subsídios para a Monografia de Segura, Lisboa, edição do Autor, 1949, p. 152.





Capela de Nossa Senhora da Piedade, Castelo Branco

O sino da capela do Espírito Santo, de Monsanto, possui uma cruz do Calvário desenhada por estrelas. Numa base composta por três degraus (sendo o primeiro formado por seis estrelas, o segundo por quatro e depois um outro por duas) ergue-se a cruz desenhada por doze estrelas e rematada por um resplendor de quatro estrelas dispostas simetricamente. A cruz é encimada pela seguinte inscrição: «I H S MARIA».

O sino da capela da Misericórdia tem a data de 1783 e ostenta também uma inscrição rodeada por estrelas: «*MARIA * IOZE *».

Quanto à Torre de Lucano, nela existem três sinos. O maior, virado a ocidente, possui uma cruz do Calvário, de grandes dimensões, a que se opõe uma custódia sob a qual foi gravada a data da fundição, 1938. Dentro de um quadrado, uma outra inscrição diz: «Fundição de sinos Braga Serafim da Silva Gerónimo - Braga». Do lado virado a norte, está o sino mais recente: ostenta a data de 1987 e na parte que vira para o interior, dentro de uma moldura ovalada, encontra-se uma inscrição igual à do sino virado para ocidente. O sino de menor dimensão encontra-se virado a nascente. É o mais antigo sino de Monsanto e no bordo superior lê-se: «IHS * MARIA* JOSEPHE* ANNO DE 1700, com as palavras separadas por uma flor de quatro pétalas.



As inscrições dos sinos do Espírito Santo e da igreja da Misericórdia, de Monsanto, respectivamente «IHS MARIA» e «MARIA JOSE», bem como o da torre de Lucano "MARIA * JOSEPHE", patenteiam na sua singeleza as usuais invocações que o povo costuma proferir em momentos de aflição, ao pronunciar o nome de Jesus, de Maria, Sua Mãe, e de S. José. Ter-se-ia usado o seu toque para afugentar o perigo dos raios?

O toque dos sinos durante as tempestades - perigo de morte. O pára-raios, a religião e a ciência

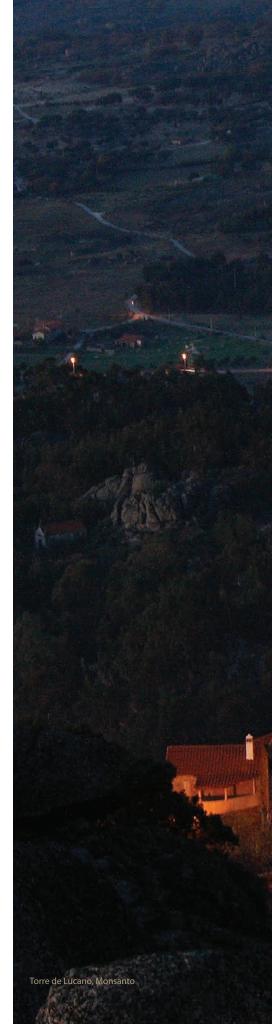
Por vezes, a acção do toque dos sinos no afastamento das tempestades revelou-se contrária à esperada, pois, em vez de afastar para longe o perigo dos raios, a oscilação do ar provocada pelo som gerava uma corrente que os atraía, propagando-os, depois, às cordas (boas condutoras da corrente eléctrica), ocasionando, com frequência, a morte dos sineiros.

A constatação desta realidade levou a que dúvidas sobre a eficácia e pertinência da prática do toque dos sinos começassem a fervilhar nalguns espíritos. O problema surge, pela primeira vez, exposto em *Espectáculo de La Natureleza*, ou *Conversaciones A cerca de las particularidades de la Historia Naturale...* da autoria do abade francês M. Pluche, publicado em 1755.⁴¹

Refere o abade que em trinta anos havia sido testemunha ocular da queda de raios durante a ocorrência de cinco tempestades, em diversos campanários, estando em todos eles os sinos em movimento, e dá a notícia de que cerca de vinte factos semelhantes lhe haviam sido relatados por testemunhas idóneas. Comparando estas ocorrências com aquilo que acontecia nas igrejas onde não era costume tocaremse os sinos quando as nuvens de tempestade se aproximavam, e que ficavam livres de perigo, questiona o abade M. Pluche se estes exemplos não seriam suficientes para pôr em dúvida a eficácia do poder do toque dos sinos no afastamento dos raios. Escreveu ele:

«(...) e se não nos autoriza o suficientemente, para que nos atrevamos a assegurar que o impulso dos sinos e a agitação do ar abrem caminho ao fogo do céu, todavia indeterminado, podemos pensar muito racionalmente, depois de tantos exemplos, que o som dos sinos é um meio ineficaz contra os fogos do ar ...».⁴²

- 41 Um exemplar desta obra (que se compõe de 18 volumes) existia na Biblioteca do Paço Episcopal de Castelo Branco, fazendo hoje parte do espólio da Biblioteca Municipal de Castelo Branco.
- 42 M. Noell de Pluche, El Espectaculo de La Naturaleza, o conversaciones A cerca de las particularidades de la Historia Naturale..., Traduzido al castellano por el P. Estevan de Terreros Y Pando, Madrid, Officina de D. Gabriel Ramirez, (1753-1755), tomo XIV, p. 73. Tradução nossa. Acerca da origem dos raios e do processo da sua formação, o abade Pluche apresenta uma curiosa explicação bastante racional. Diz ele que eles provêm de partículas de fogo, que se encontram no centro dos "globitos" que compõem o ar. Se as partículas de fogo saídas dos "globitos" forem em grande número, forma-se uma espécie de "cinta de fogo", a qual, se se estender por uma grande extensão e se se precipitar, se chama raio. V. Espectaculo de La Naturaleza, (...)Tomo VI, Madrid, Officina de D. Gabriel Ramirez, 1753., pp.22-23.







Já no *Ritual Romano* de 1752, impresso por ordem do Papa Benedito XIV, se revelam justificadas as razões da parte do ritual da Bênção relativo à imposição dos Santos óleos. Nos comentários às orações do capítulo VIII, intitulado «Preces ad repellendam tempestatem», são apresentadas opiniões de vários autores acerca do perigo provocado pelo toque dos sinos durante as tempestades. Mas o *Ritual* releva e justifica o valor da imposição dos Santos óleos, transcrevendo uma parte da oração que acompanhava esse rito: «(...) ab extra supra Campanam de Óleo Sancto insirmorum signum Crucis, quaeque haec sunt: procul pellantur omnes inimici, fragor grandinum, procella turbinum, impetus tempestatum (...)»⁴³

E, talvez como forma de rebater as objecções e o temor de que o toque atraísse os raios, o *Ritual Romano* oferece-nos vários testemunhos da crença e da prática do poder exorcizador do toque dos sinos. Sirva de exemplo o relato daquilo que sucedia numa aldeia de Itália, localizada próximo do mosteiro beneditino de S. Nicolau, na diocese Trevirense, próximo da cidade de Andernaco, conhecida pela "constante protecção de Santa Genoveva contra as tempestades do céu». Lê-se no *Ritual* que, quando o fragor dos trovões se começava a ouvir, os habitantes da aldeia acorriam ao templo de Santa Genoveva, sua padroeira, para tocarem os sinos a fim de desviarem dos campos as nuvens de tempestade, o granizo e os raios.

Esses toques mantiveram-se pelo tempo...

Seria necessário esperar-se por mais de dois séculos para que Benjamin Franklin (1706-1790) contabilizasse estatisticamente os mortíferos efeitos desta prática, mostrando, através da frieza dos números, que muitos eram os que caíam fulminados pagando com a vida a tentativa vã de repelir as tempestades a toque de sinos.

Buscando uma explicação natural para o «fogo do céu», e partindo de pesquisas laboratoriais sobre a electricidade, surgiu a Benjamin Franklin a ideia de que as nuvens deveriam possuir cargas electrizadas e que os relâmpagos mais não eram do que descargas eléctricas, provocadas por um excesso de cargas existente nas nuvens. Provou-o experimentalmente, em 1752, lançando nas nuvens de tempestade um papagaio munido de uma ponta metálica e conseguindo assim captar o «fogo eléctrico».

Estava feita a comprovação científica de que os relâmpagos eram o resultado de fenómenos naturais e não fruto de castigos de Deus pelos pecados dos homens, ou obra de espíritos malignos.

Daí à invenção do pára-raios foi um passo.

Um longo combate se iniciou, então, entre a razão e as ancestrais ideias sobre fenómenos sobrenaturais ligados ao fogo do céu. Nalgumas regiões europeias, o pára-raios foi considerado como uma «mancha herética» e lenta foi a sua aceitação.

43 *Rituale Romanum*, Roma, Typographia Josephi & Philippi de Rubeis apud Pantheon, 1757, p. 235.





Em 1777, o Senado de Veneza ordenou a instalação de pára-raios em catedrais e edifícios públicos que durante séculos haviam sido fustigados pelas tempestades. Mas seria em 1791, quando o Papa Pio VI ordenou a instalação de um pára-raios na Basílica de S. Francisco, perto de Assis, reconstruída após ter sofrido os efeitos destruidores de uma faísca, que os preconceitos em relação ao pára-raios por parte dos meios mais conservadores da Igreja se foram desvanecendo.

Mas com lentidão...

Curioso se revela o modo como a Igreja de França encarou o pára-raios e os esforços que desenvolveu no sentido de conciliar os novos dados da ciência com a tradicional visão eclesial. Lê-se em *Manuel D'Archeologie Pratique*:

«É costume, agora, colocar no telhado um pára-raios. A ponta está geralmente colocada por cima da cruz, de modo que é a própria cruz que atrai o raio e preserva deste modo o templo. Foi já assim no Calvário: é a cruz de Jesus que atraiu sobre si os raios do Pai Celeste, a fim de assegurar a todos os homens os golpes da sua justiça».⁴⁴

⁴⁴ Abbé Th. Pierret, *Manuel D'Archeologie Pratique*, Paris, P. Lethielleux, libraire-Éditeur, 1870, p. 87. Tradução nossa.



Embora o seu autor, o Abade Th. Pierret, expresse incondicionalmente a primazia que lhe merece a protecção de Jesus Cristo sobre todas as invenções dos homens, numa nítida acção de divulgação pedagógica e de abertura à inovação aconselha: «Colocai pois um pára-raios: a experiência prova que esta descoberta do génio moderno é muito útil e que ela protege com certeza os edifícios que ele domina».

Mas a resistência à introdução desta descoberta científica nos templos percorre os escritos de finais do século XIX, e o toque específico dos sinos por ocasião das tempestades manteve-se nalgumas regiões da Europa. O livro *Explicação Histórica*, *dogmática*, *moral*, *litúrgica e canónica do Catecismo*, *com a resposta às objecções extrahídas das Sciencias contra a Religião* patenteia, no seu título e no seu conteúdo, as tensões entre religião e ciência que marcaram os finais do século XIX. Escrito à maneira de diálogo, com perguntas que envolviam dúvidas acerca de práticas ancestrais da Igreja levantadas pelo desenvolvimento da ciência, o seu autor, o abade francês Ambrósio Guillois, procura articular ensinamentos e práticas longamente aceites pela nova luz trazida pelos conhecimentos científicos. O livro, traduzido para português por Francisco Luiz de Seabra (pároco de Cacia), foi dedicado ao bispo de Coimbra, D. Manuel Correa de Bastos Pina, e editado no Rio de Janeiro em 1875. Ora, na «Lição V», intitulada «Dos Sinos», lê-se: «Não é pois um erro e uma superstição atribuir aos sinos a virtude de afastar as trovoadas e as tempestades? - Não, se entendermos essa virtude como a entendem os concílios, os rituaes e os theologos».⁴⁵

E, na explicação com que tenta justificar a sua resposta, escreveu o Abade:

«Tangem-se os sinos para afastar as trovoadas, os raios e as tempestades; a tradição da Igreja é constante a este respeito. Não é (...) porque os sinos tenham naturalmente esta virtude, mas porque, chamando os fiéis à oração, contribuem para aplacar a ira divina. (...)»

Querendo avançar uma explicação racional, utiliza os velhos argumentos, já usados por Durando no seculo XVI, ao referir:

«É incontestável que no mar se dissipam as tormentas com tiros de peça. D'onde se poderia talvez concluir, que também os sinos as dissipam, visto que o seu som, ferindo o ar, o agita, afasta, rarefaz, e faz por este meio, que as nuvens se fendam e entreabram, e que o ar se descarregue das más impressões que recebeu... Como quer que seja, conforma-se mais com o espírito do cristianismo dizer, que o som dos sinos afasta as trovoadas e tempestades pela força divina, que lhes imprime, em consequência das orações que se recitam quando os homens se benzem ou tocam contra esses meteoros...».

⁴⁵ Abade Ambrósio Guillois, Explicação Histórica, dogmática, moral, litúrgica e canónica do Catecismo com a resposta às objecções extrahidas das Sciencias contra a Religião, Rio de Janeiro, Livraria Internacional, 1875, pp. 40-50.





Igreja Matriz de Idanha-a-Velha

E, para completar as suas palavras, transcreve as opiniões do livro *Disquisitiones magicae* (liv. 8, cap. 2), de um autor de nome Delrio:

«Não julguem que os catholicos sejam tão desprovidos de intelligencia, nem que o sol da verdade se privasse tanto dos seus raios. Nós não affirmamos, que o som do sino faz dispersar as tempestades. As explosões de uma machina de guerra seriam muito mais próprias para isso do que o sino; mas reconhecemos toda a efficacia da bênção, esperando assim por ordem expressa de Deus».

Sob um outro olhar os sinos continuaram, pois, a tocar por ocasião das trovoadas pelas terras da Europa... E por longo tempo...



Nalgumas povoações da província de Salamanca foram registados, em 1985, os seguintes esconjuros, ditos ao ouvir-se o «toque de nublao», nome que se dava ao repicar dos sinos na tentativa de se repelirem as tempestades. Assim, nas povoações de San Pedro del Valle e de Valdelosa tocam os sinos e diz-se:"Detente, detente nublao/ no mates a la gente/ ni tampoco el ganao»; e em Las Veguillas e Tarazona de Guareña: «Detente, detente,/ no mates a la gente, detente nublao, /que vienes muy cargao».⁴⁶

Mas a crença relativamente ao poder do toque como exorcismo manteve-se em Castelo Branco até tempos próximos. No jornal *Reconquista* de 27 de Julho de 1960, e em artigo referente a bênção dos sinos⁴⁷, lê-se:

«A bênção dos sinos é dos ritos mais cheios de poesia, beleza e arte. Entram nele os óleos dos enfermos e do crisma. Trata-se, portanto, dum exorcismo que tem a particularidade de afastar as tempestades e de afugentar os demónios... do ar ... O óleo é uma medicina celeste (veja-se a bênção dos santos óleos em Quinta-Feira Santa) que santifica a alma e purifica o ar».⁴⁸

Embora despojado, depois do Concílio Vaticano II, de qualquer referência ao seu poder exorcizador das tempestades, o ritual de bênção dos sinos mantém-se na Igreja Católica.

Consta, tal como no passado, de várias partes: 1 - ritos iniciais (cânticos com explicação do significado do acto); 2- leitura de um texto da Sagrada Escritura alusivo a

⁴⁶ Francese Llopi Bayo, Maricarmen Alvaro, *Campanas y Campaneros*, Ediciones de la Diputación de Salamanca, 1986, p. 46.

⁴⁷ Presume-se que o rito da bênção dos sinos fosse instituído apenas no século VIII. Outros autores, como, por exemplo, Alcuino, discípulo de Beda e preceptor de Carlos Magno, afirmam ser este rito anterior a 770. V. Dictionaire de Theologie, Abbé Bergier, tomo II, Besançon, Chalandre Fils, Editeur, 1826.

⁴⁸ Reconquista, (27 de Julho de 1960).



toques, podendo completar-se com o cântico ou leitura do salmo 28 ou 150, em alternativa, seguida de uma oração comum pedindo o auxílio de Deus; 3 - Oração de bênção, seguindo-se depois a aspersão dos sinos com água benta e incenso, e a leitura, ou cântico, do salmo 149. O ritual termina com uma bênção aos fiéis.

Mas a cerimónia encurtou-se significativamente. Dos doze salmos⁴⁹constantes do antigo *Ritual*, o atual *Pontifical* restringe a leitura ou cântico a apenas três. De igual modo existe somente uma oração de bênção de sinos. De acordo com o actual *Pontifical*, o celebrante escolhe uma das seguintes orações de bênção, que deverá ser dita de braços abertos:

«Deus todo-poderoso e eterno,/ que desde as origens do mundo fizestes ouvir a vossa voz,/ convidando o homem a participar na vida divina,/ ensinando-lhe realidades inefáveis e apontando-lhe o caminho da salvação; Senhor, que ao vosso servo Moisés mandastes tocar as trombetas de prata para reunir o povo; Senhor, que permitis na vossa Igreja o uso de sinos de bronze para convidar o povo à oração: abençoai este novo sino e fazei que todos os fiéis, ao ouvirem o som da sua voz, elevem para Vós os seus corações e, participando nas alegrias e tristezas dos seus irmãos, acorram prontamente à igreja, para que aí possam sentir a presença de Cristo, escutar a sua palavra e apresentar-Vos as suas súplicas. Por Nosso Senhor».⁵⁰

Ou:

«Nós Vos bendizemos, Senhor, Pai Santo, que enviastes o vosso Filho ao mundo, para que os homens, dispersos pelo pecado, fossem reunidos pelo seu sangue derramado e, formando um só rebanho sob um só pastor, por Ele fossem conduzidos e alimentados. Escutai, Senhor, as nossas súplicas e fazei que, ao ouvirem o chamamento dos sinos, os vossos fiéis acorram à igreja com prontidão e alegria e, perseverando no ensino dos Apóstolos, na comunhão fraterna, na fracção do pão e nas orações, sejam um só coração e uma só alma, para louvor da vossa glória. Por Nosso Senhor».

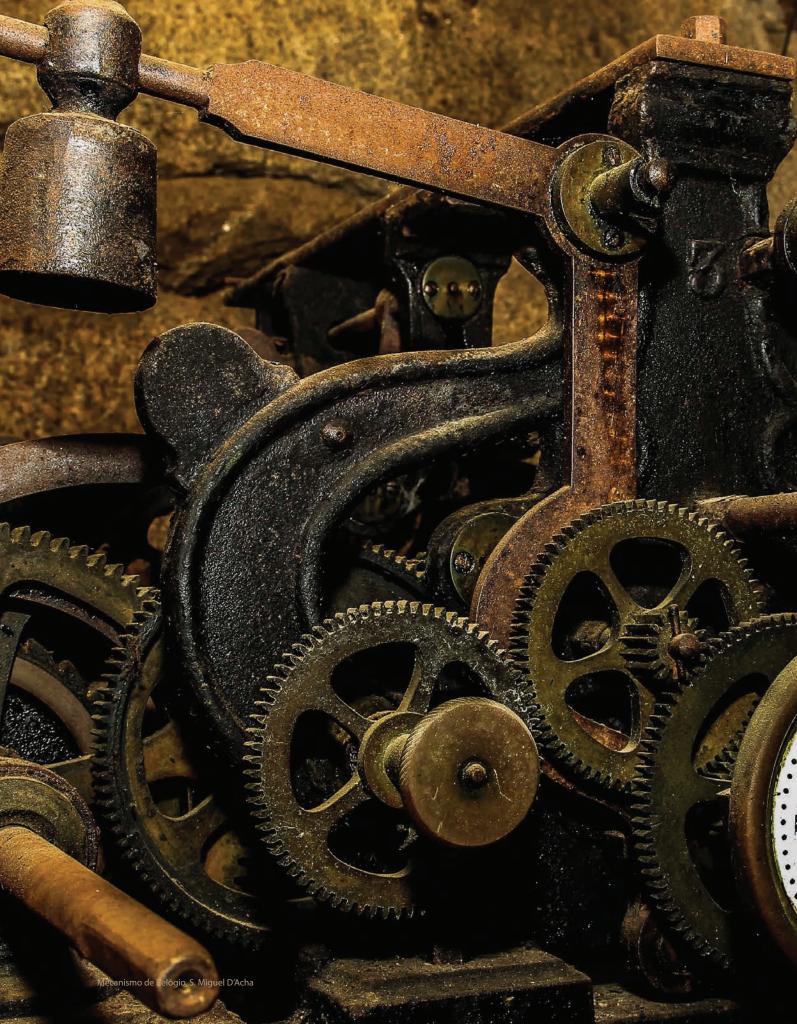
A cerimónia de imposição dos Santos óleos desapareceu do atual *Ritual* e não existe alusão à acção ou poder apaziguador do toque dos sinos sobre as tempestades do céu.

Em consonância com as preocupações do nosso tempo, e como se verifica, qualquer uma das orações de bênção encerra um apelo à unidade, à partilha e à comunhão fraterna. É esta, actualmente, a mensagem profunda da voz dos sinos, no seu chamamento à reunião dos cristãos.

O caminho científico da explicação das trovoadas voltou a ser trilhado pela Igreja, tal como o havia sido nos primórdios do cristianismo peninsular.

⁴⁹ De acordo com o Ritual antigo, cantavam-se ou rezavam-se os seguintes salmos: 53, 56, 66, 69 e 85, na parte inicial; 145, 147, 148, 149 e 150, na aspersão com água benta; salmo 28 depois da imposição dos Santos Óleos, e salmo 76 na parte final da cerimónia.

⁵⁰ Ritual Romano, «Celebração das bênçãos», Coimbra, Conferência Episcopal Portuguesa, 1991, p. 402.







"Passar pelas aldeias e vilas desta região tem sido uma experiência emocionante. Inicialmente, esperava encontrar pouca coisa para recolher em termos de música. Mas, de facto, tem sido o contrário. De tal forma, que vou ter de, com mais tempo e paciência, ir a cada terra, munido de microfone, para falar com as pessoas. Por outro lado, nunca esperei que esta experiência de ir falar com as pessoas me fosse ajudar na descoberta de mim mesmo. Mas assim foi."



Os sinos da Beira Baixa — a tradição e os seus toques

Tom Hamilton

Músico e investigador das raízes sonoras da Beira Baixa

A razão dos sinos

Sou Britânico com uma costela escocesa. Quando aqui encontrei árvores diversas, imensos pinheiros bravos, montanhas e rios de águas cristalinas, senti-me em casa. Esperava encontrar alguma tristeza nas aldeias, fruto dos tempos em que vivemos; nunca pensei que esse encontro com as pessoas me facultasse tantas alegrias. Alegria, porque as pessoas quando vivem de simplicidade e de natureza têm muito amor para dar. Recebi muito amor de pessoas que não me conheciam de lado nenhum.

Sou músico e, nas minhas investigações das raízes musicais desta região, encontrei três coisas que marcaram a vida do campo e que explicam o fenómeno da música existente – de uma riqueza extraordinária, que atraiu outros a fazer recolhas aqui, como foi o caso de Michel Giacometti. São elas:

- 1) Uma vida de sol a sol as pessoas levantam-se com o sol e trabalham até que o mesmo se ponha.
- 2) Uma vida natural e uma ligação e conhecimento extraordinários com a natureza.
- 3) Trabalhar com as mãos havia artesãos de todo o tipo de ofício e as pessoas sabiam e gostavam de trabalhar com as suas mãos.

Estas três razões contribuíram para uma vida musical. E que, dizem, não se esgotou no tempo. A música durava todo o dia, surgia espontânea e sem paragens. As pessoas cantavam todo o dia. Quando me apresentaram canções, com pautas de duas páginas de A4, eu fiquei surpreendido pelo tamanho das músicas. Depois percebi que os locais, durante a jorna, passavam o dia a inventar novos versos. O resultado foi dezenas de versos para cada música.

Na música tradicional desta região, os sinos fazem parte integrante e inestimável desse imenso repertório. No entanto, as pessoas não vêem os sinos como instrumento musical nem os sineiros como músicos.



A música de hoje

Hoje, uma música raramente ultrapassa os três minutos. E já é muito. Não temos paciência de ouvi-la. Tudo é demasiado fácil. Ouvimos a música a olhar o ecrã de um computador e, facilmente, clicamos na seta para avançar na música, quando nos enfadamos de ouvi-la. Saltamos como gafanhotos, mas não percebemos porque saltamos tanto. Somos viciados em estimular a nossa própria impaciência. Uma impaciência que parece incurável.

Se antes havia uma vida musical, em que as músicas e o canto nunca terminavam, hoje temos uma vida ruidosa, pejada de fragmentos de 'música' em formato MP3, e em que os 'craques' da indústria de música 'pop' dizem que a receita para o 'sucesso' deve ter 3 minutos, com refrão no primeiro minuto. Estas mesmas palavras foram usadas por um locutor de uma estação de rádio nacional. Sentamos em qualquer café e somos bombardeados com música. Os ecrãs bombeiam-nos com som também. Se encontramos silêncio não sabemos o que fazer e com que objetivo. Dizemos que não temos tempo para nada, mas temos exatamente o mesmo tempo que os nossos antepassados. A medição do tempo não mudou. Antigamente, ouvir música era outra coisa. Simplesmente, a música e o cantar faziam com que uma vida difícil se tornasse mais tolerável. As próprias dificuldades tornavam a vida mais musical.



Sino dos Mouros, Rochas de Baixo



Os sinos da Beira Baixa no ambiente sonoro

Os sinos da Beira Baixa são património de valor inestimável. Este valor não consta apenas no metal precioso dos sinos. O valor dos sinos é muito maior. Primeiro, o sino é um instrumento musical único. Tem funções únicas e que nenhum outro instrumento musical possui - nomeadamente, a capacidade de alertar, avisar e comunicar. Segundo, os sons dos sinos são extremamente importantes ainda hoje. Fazem grande parte da banda sonora do ambiente natural da Beira Baixa e, de facto, são o único som capaz de distinguir e identificar uma terra de outra. Sem os sons dos sinos, perderemos grande parte do som ambiental. As pessoas estão tão habituadas a ter os sinos e os seus sons, que nem se dão conta desta riqueza como deviam, de tal forma estão imiscuídos na paisagem sonora deste território. Pensem bem: que instrumento musical terá a capacidade de ser ouvido a distâncias de dezenas de quilómetros? ... Dizem que os sinos velhos de Salvaterra do Extremo podiam ser ouvidos em Toulões. E os de Penha Garcia em Monsanto.

Atualmente, pensamos que somos mais conscientes do nosso ambiente. Pensamos que somos ótimos cidadãos, se não deitarmos lixo para o chão. O problema é que raramente pensamos em ambiente 'sonoro'. Escalos de Cima é um bom exemplo. Parei várias vezes na localidade para gravar o som do toque de horas da torre da igreja. Foi quase impossível gravar o som, porque o ruído de um carro a passar na direção de Castelo Branco sempre encontrou e foi 'ultrapassado' pelo som de um outro carro em direção a Idanha-a-Nova. Nunca há silêncio para contemplar e escutar verdadeiramente o som dos sinos. Há sempre ruído. Coitado do passarinho que tem uma melodia de amor para atrair a fêmea e não consegue ser ouvido por causa dos ruídos! Existem ambientalistas que estão seriamente preocupados com os pássaros nas cidades, uma vez que os pequenos animais nem podem ser ouvidos uns pelos outros. Somos já viciados em pensar que é 'normal' viver com ruído, condicionados que somos pelos ruídos que pairam à nossa volta.

Toques dos sinos e ambiente sonoro

O meu objetivo passava por gravar os toques dos sinos desta zona raiana. Os toques dos sinos são dos sons que mais contribuem para o ambiente sonoro de uma região. Existem três fontes do som que ouvimos todos os dias: o ruído (o trânsito, as máquinas, os tratores, as televisões e outros ecrãs na rua, as sirenes dos bombeiros...); a natureza (pássaros, vacas, pombos, cães, gatos, cavalos e todos os animais. Também o vento, a água, o mar, a chuva, as trovoadas, etc.). A terceira fonte de som é **dos sinos**. Todos os outros sons 'humanos' (menos talvez as festas e festivais) ficam dentro das vilas e aldeias, mas o sino faz parte de um ambiente sonoro de maior dimensão, devido ao seu grande alcance sonoro. O seu som chega longe.



Paulo Tomás, sineiro, Aldeia de João Pires

Toques humanos e automáticos

Houve, como todas as pessoas sabem, uma mudança dramática e radical nos últimos anos: a tecnologia que condiciona a nossa vida. Podemos chamá-la de modernização. Como aconteceu em muitas áreas da vida, o homem e o seu trabalho manual foram substituídos pela máquina. Neste caso dos sinos, a máquina chama-se MAESTRO. Uma caixa eletrónica que liga um sistema de eletromecânica aos sinos e os 'toca'. Como músico, estou habituado a trabalhar com recurso a ficheiros 'MIDI' ficheiros informáticos que guardam informação das notas de música, intensidade, duração e frequência (a nota em si). Foram comumente usados a partir dos anos 80. Na altura, constituíram uma inovação de excelência cheia de vantagens: controlo informático, afinação perfeita, ritmo perfeito. No entanto, o 'perfeito' que criámos traduziu-se rapidamente em monotonia, uma irritação sem dinâmica e toque humano. Tal como aconteceu com os sinos, os ficheiros MIDI possibilitaram que um teclista pudesse fazer um concerto sozinho. Com os ficheiros MIDI, tal teclista pode 'tocar' bateria, baixo, guitarra, tudo! Tudo, a partir do seu teclado. Com os sinos aconteceu a mesma coisa. Uma pessoa pode simplesmente clicar num botão e os sinos tocam!

Reparo que, depois de todos estes anos, as pessoas estão fartas de ouvir ficheiros MIDI. O 'perfeito' acaba por ser aborrecido. Não gostamos. Preferimos ouvir quem toque as músicas. E um sino, como instrumento musical, pode (e devia) ser tocado com as mãos. A máquina MAESTRO toca o sino com um badalo do lado de fora do sino. O som é metálico e não musical. O sineiro toca o sino com um badalo do lado de dentro. O resultado é um som musical e agradável. O mal tocar dos toques 'eletromecânicos' é evidente no timbre e na tonalidade - ambos inferiores. Peguemos no belo exemplo do toque de procissão. Em muitos casos, tem grandes variações



de intervalos entre as notas musicais. Começa devagar e acaba rápido. Neste toque, nota-se com grande evidência que o MAESTRO não consegue tocar as notas individuais como deve de ser. Nas mãos de um homem que sabe tocar o sino, este toque de procissão é musical e bonito.

Músico — o sineiro

O sino, como instrumento musical, é capaz de transmitir e comunicar as mais diversas emoções: alegria, tristeza e amor. Ouvi dizer que, em séculos passados, os médicos estavam preocupados com o efeito dos sinos nas pessoas e queriam bani-los.

A verdade é que na música e no ser-se músico tudo tem que ver com essa transmissão e comunicação de emoções. A presença dos sinos tocados manual e musicalmente faz com que a emoção de uma festa, casamento, batizado, alerta de aproximação de um exército inimigo (em tempos passados), fogo ou ladrão, ou de um funeral, seja partilhada, estimulada e exteriorizada. Nesta capacidade de estimular e exteriorizar emoções, o sino é único. Que outro instrumento musical toca quando morre uma pessoa amada?

O sino representa o que há de positivo numa aldeia: o sino é estável, permanente, fiel, de beleza única, e musical. Quantas vezes as pessoas me disseram: "Ah, sabes, o Zé Nunes toca de arrepiar, não há ninguém que saiba dobrar como ele!". (Zé Nunes toca o sino em Partida). Quando tive oportunidade de presenciar o Zé Nunes a tocar o toque de Ave-Maria como antigamente, soube que tinham razão. E quando o Zé Gaita tocou em Malpica do Tejo, as pessoas acorreram à rua.

Tantas vezes, ao ouvir os sinos serem tocados como antigamente, à mão e com musicalidade, as pessoas saíram à rua com alegria e curiosidade. Estamos fartos das máquinas que inventamos!

Os toques dos sinos na Beira Baixa

Basicamente, os toques dos sinos que ainda existem, e que encontrei e gravei aqui na zona raiana, são os seguintes:

- 1. O toque "Ave-Maria" tocado no início do dia, antes de nascer o sol. O sineiro, em tempos passados, levantava-se todos os dias durante a madrugada, dirigia-se para a torre do sino e tocava as Ave-Marias, enquanto assistia ao nascer dos primeiros raios de sol. O toque de Ave-Maria acaba com três badaladas finais.
- 2. O toque da missa normalmente existem três chamadas para a missa. Uma faltando meia hora (com três badaladas no fim), uma faltando um quarto hora (com duas



badaladas no fim) e na hora da missa (com uma badalada no fim). Em muitas terras existem duas versões do toque da missa. Um para a missa da semana e outro para a missa dominical. O toque da missa é alegre.

- 3. O toque da procissão varia muito de terra para terra. É sempre alegre e, normalmente, com ambos os sinos (quando existem dois ou mais sinos). Pode ser tocado durante uma hora ou mais, dependendo da festa e da terra. Muitas vezes, é usado para batizados e casamentos.
- 4. O toque de rebate normalmente tocado num sino com muita força. O toque de rebate é usado para alertar o povo e comunicar uma aflição (fogo, invasão, roubo ou outra). Por isso, é também conhecido por 'toque da aflição'. É o único toque que, em algumas terras, pode ser tocado por qualquer pessoa. O toque de rebate é tocado com força, nem é alegre nem triste.
- 5. O toque de chamada para funeral usado quando morre alguém. É um toque triste, pesaroso.
- 6. Toque de dobrar ou toque de funeral antigamente, em algumas terras, o 'dobrar' era feito com um sino que rodava 360 graus sobre si mesmo. Era um toque perigoso, porque havia perigo para o sineiro em fazer 'dobrar' o sino. Pode ser tocado com um ou dois sinos. O toque de funeral, ou toque de dobrar, de facto, é bastante musical.
- 7. Toque das 'Trindades' este toque é igual ao do Ave-Maria, mas era tocado ao fim do dia, como chamada para o regresso a casa. No caso de uma criança não estar em casa depois de tocarem as Trindades, era considerada perdida e as pessoas iam procurá-la.



João Pires Reis, Gavião de Ródão



Outros toques dos sinos

- 8. Toque dos 'Anjinhos' um toque alegre, tocado quando morria uma criança. Como se dizia que a criança ia diretamente para o céu, tinha de ser um toque alegre.
- 9. Toque do médico um toque único em Oledo, avisava quando o médico vinha à aldeia.
- 10. Toque de extrema unção este toque, único em Penamacor, era tocado quando uma pessoa estava à beira da morte.
- 11. Toque de Aleluia toque de Idanha-a-Nova do sábado de Aleluia que antecede a Páscoa. Em algumas terras, neste dia, era permitido qualquer pessoa ir tocar o sino.
- 12. Toque de terço este toque em Louriçal do Campo chamava as pessoas para rezar.

Há 400 anos foi estipulada a quantidade de badaladas tocadas numa festa. No entanto, a verdade é que há toques, na Beira Baixa, em que cada terra toca à sua maneira. Não há qualquer uniformidade. E isso é bom, muito bom. Que riqueza musical existe nos sinos!

Riquezas do som

Na verdade, nenhum sino soa igual a outro. As diferenças devem-se aos seguintes motivos: à construção da torre, à matéria da torre, à sua altura e nível do mar, à data do sino, ao tamanho, à matéria e onde foi construído, à maneira de ser ligado à torre (metal ou madeira), ao badalo e como este se encontra ligado ao sino. Mas o aspeto mais notável em relação ao som é quem toca o sino. Futuramente, os resultados das minhas recolhas dos sinos serão publicados e estarão disponíveis para serem consultados. Nesta recolha poderá ser consultado o nome da igreja, as datas e origens dos sinos, o tocador do sino, os nomes dos toques de cada terra, a gravação dos toques e fotos dos sinos, inscrições e tocadores.

Alguns sinos notáveis

Em mais de 60 vilas e aldeias, encontrei muitos sinos, e de vários tamanhos e qualidades. Os sinos mais antigos soam, em minha opinião, melhor. Geralmente, os que tocam sinos concordam comigo. Os sinos dos séculos XVIII e XIX têm um som forte e musical, não 'metálico'. Produzem sons redondos, com graves bonitos, sem, no entanto, serem estridentes.

Em algumas localidades, as populações estão já arrependidas por terem substituído sinos antigos por outros mais modernos. Em Salvaterra do Extremo, o campanário



José Pina, Proença-a-Velha

O Relógio

As andorinhas bordam sons em pautas de improviso nos fios da electricidade - são as horas de música

O gigante emergido do casario é como um velho farol de largas sobrancelhas - são as horas de fogo

Às vezes são as horas necessárias que procuro outras já não valia a pena - são as horas repetidas

Afinal não passou de um susto hoje é sábado e exactamente treze horas - são as horas de sobressalto

In "(En)Cantos de Castelo Branco", 70ão Sousa Teixeira é distinto e bonito. Situado na fronteira com Espanha, foram dos primeiros sinos a serem tocados quando houve invasões.

As igrejas de Alcafozes, Proença-a-Velha, S. Miguel D'Acha, Fratel, S. Vicente da Beira e Penamacor têm sinos antigos, com inscrições interessantes. O sino mais antigo que descobri na região é de S. Vicente da Beira. Encontra-se na igreja, rachado, e tem a data de 1619. Existem também sinos deste século na Sé de Castelo Branco e em S. Miguel D'Acha.

A Torre da Relógio de Castelo Branco é histórica e mais antiga do que a torre do Big Ben em Londres. As obras pictóricas de Duarte de Armas comprovam que a torre tem mais de 500 anos. No entanto, os sinos originais já não existem. Provavelmente, foram refundidos. Os atuais datam de 1946. Pena que sejam tão desconhecidos do mundo em geral!.

O som dos sinos

Como é óbvio, a forma e método de fabrico de sinos mudou ao longo dos anos. Hoje, o custo de fabricar sinos como antigamente seria proibitivo. Muitos sinos antigos têm a inscrição do nome de quem fez o sino, além de um abençoamento e uma dedicatória, talvez com o nome da terra. Também é verdade que muitos sinos foram refundidos ao longo dos anos. Por isso, um sino que tenha atualmente uma data do século XX pode ter sido feito originalmente há 300 anos.





Alguns exemplos de escritos nos sinos das terras da Beira Baixa:

- Em Penamacor: "1837, Francisco de Oliveira me fes"
- Em S. Miguel D'Acha: "Anno 1670, Ora Pronobis Sancta Maria"
- Em Almaceda: "A Junta de Parochia Almaceda J A Linhares o fez"
- "Sancto Antonio Ora Pronobis" "Camino me fes" "Cristus Rex Anno de 1755"
- Castelo Branco, Torre de Relógio: "Câmara Municipal de Castelo Branco Setembro 1946 No 1191" depois a nota musical "Si" e o fabricante "Fundição dos sinos Nova Lusitania H. S. Jeronimo Ermesinde"
- Alcafozes: "Ano de 1755 Alcafozes" "M M Leitam sendo provedor" "IHS Sou de Alcafozes Anno de 1778" "IOAM Bap"
- Proença-a-Velha "Tozé Francisco de Oliveira Me Fes AM 1890 IHS"

Os sinos de Louriçal do Campo soam diferentes de todos os sinos da região por serem ainda tocados manualmente, e com longas cordas, a partir da igreja. Também na Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco os sinos são tocados com cordas.

Curiosidades

Algumas curiosidades que encontrei:

- Dizem que uma pessoa nunca esquece o som do sino da sua terra.
- Antigamente, os sinos eram batizados e abençoados. O toque antes da missa não servia apenas para chamar as pessoas, mas igualmente para afastar os espíritos malignos.
- Um dos sinos de Aldeia de Santa Margarida foi encontrado num campo.
- Numa aldeia, dizem que os ladrões nunca consumavam um roubo, porque eram sempre interrompidos pelo toque 'a rebate'. A solução encontrada pelos gatunos foi a de roubar o sino.
- Numa rivalidade entre terras, os habitantes de uma localidade foram buscar o sino da outra e puseram-no num sítio público. Era uma forma de humilhação para a aldeia que viu o seu sino exposto.
- Antigamente, muitas lutas foram resolvidas pelo toque do sino de rebate. Este toque foi, e ainda é usado, para chamar a atenção da população para a existência de um ladrão ou de outra ameaça.



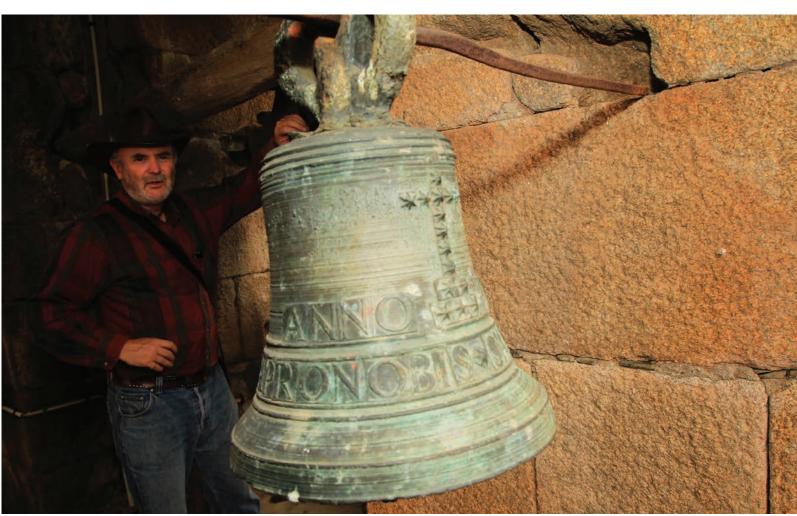
- Em Rochas de Baixo existe uma lenda que diz que, numas rochas em cima do monte que repousa em frente da aldeia, havia um sino que pertencia aos mouros. Foi encontrado e levado para a aldeia. Na verdade, o sino 'dos mouros' tem a data de 1824. No entanto, o mistério pode ter explicação na refundição, uma vez que muitos sinos antigos ficaram rachados e foram depois refundidos. O sino tem um som lindo. O sítio nas rochas ainda existe e pode ser visto por quem o visita.
- O mundo adora sinos. Os russos dizem que têm os melhores, os franceses também o dizem, os ingleses têm muito orgulho dos sinos de York, Cambridge e Westminster Abbey. O Big Ben tem o toque de horas mais famoso do mundo, mas a Torre do Relógio de Castelo Branco é mais antiga.
- Existem quatro relógios analógicos ligados aos sinos na Beira Interior Sul, em funcionamento: Castelo Branco, Proença-a-Velha, Benquerença e Taberna Seca.
 Cada um destes relógios não usa eletricidade, é preciso que alguém lhes vá dar corda.
- Encontrei três homens, sineiros, que começaram com sete anos de idade. Toda a sua vida tocaram sinos. Em tempos passados, subiram às torres três vezes por dia: no nascer do sol para tocar as Ave-Marias, ao meio-dia e ao final da tarde para tocar as Trindades. O Sr. Joaquim Aparicio tem 93 anos e vive no Lar de Fratel. Quando o entrevistei, de imediato se disponibilizou para ir comigo para a torre dos sinos da igreja de Fratel. E lá fui acompanhar o Sr. Joaquim para ele novamente tocar os sinos que tocou toda a sua vida.
- Os russos consideram o sino como instrumento percussivo. Todavia, na Europa, na generalidade, é considerado como instrumento melódico, pelo que, na maior parte das vezes, é afinado ainda no seu processo de fabrico.
- Existem carrilhões, ou seja, grupos de sinos afinados para serem tocados melodicamente. Talvez o maior e mais belo exemplo, em termos mundiais, seja os carrilhões de Mafra. Há toques melódicos em várias localidades da região. S. Vicente da Beira, Alcains e Termas de Monfortinho são alguns exemplos.
- É ainda digno de nota as dificuldades de fotografar alguns sinos, como foi o caso dos da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco. Como a torre não tinha escadas, foi necessário (e graças aos construtores civis das obras lá decorrentes), levar a grua até ao campanário.
- Os pássaros gostam dos sinos e das torres das igrejas para fazer os seus ninhos. Em Idanha-a-Nova os sinos, que são bastantes grandes, têm uma sonoridade profunda, e estão encaixados numa torre de granito. As cegonhas que lá vivem cantam quando os sinos são tocados.



Tradição de antiguidade

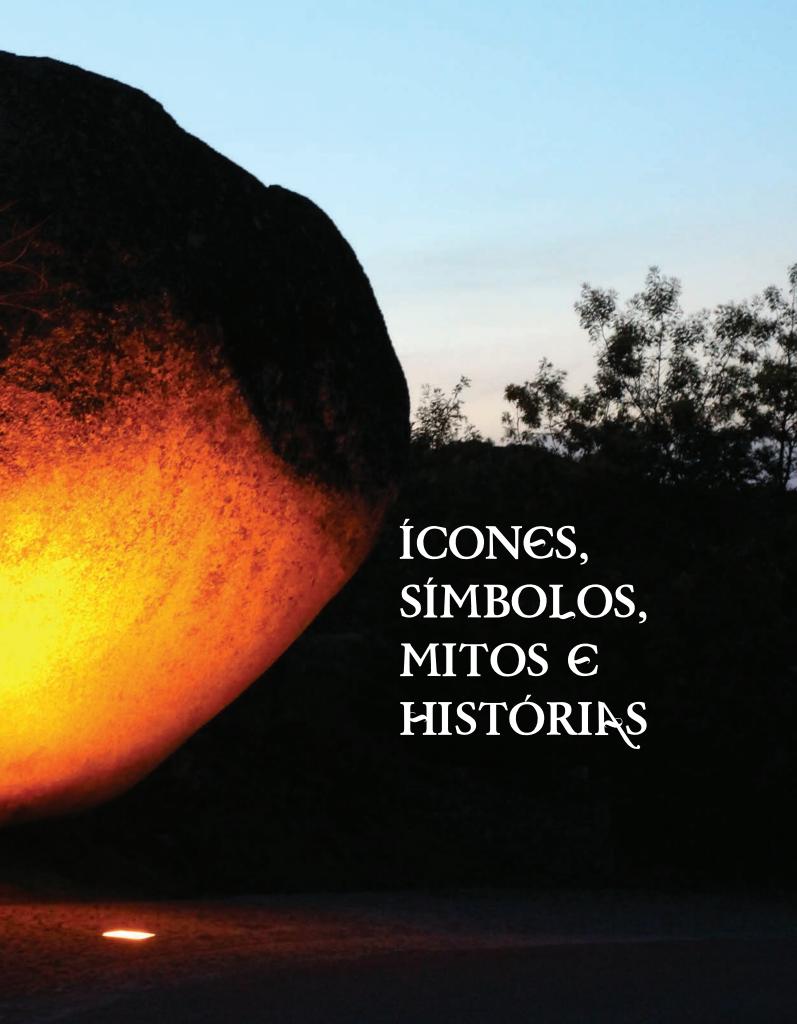
Os toques dos sinos são antigos. Eles representam uma tradição de várias centenas de anos. Nas pinturas de Duarte de Armas, do princípio do século XVI, vêem-se sinos nas torres. Ou seja, temos sinos e toques de sinos desde há, pelo menos, 500 anos. Esta é, portanto, uma grande tradição.

Se é verdade que os atuais sineiros aprenderam com outros 'mestres' tocadores, então esta tradição tem sido passada de geração em geração, sobrevivendo até aos dias de hoje. A perda dos toques dos sinos representaria a perda de um dos sons mais importantes, históricos e contribuidores para o ambiente sonoro da nossa região. Os sinos integram o nosso património, são valiosos. Os seus toques representam o som que mais distingue uma terra de outra.



Tom Hamilton, S. Miguel D'Acha





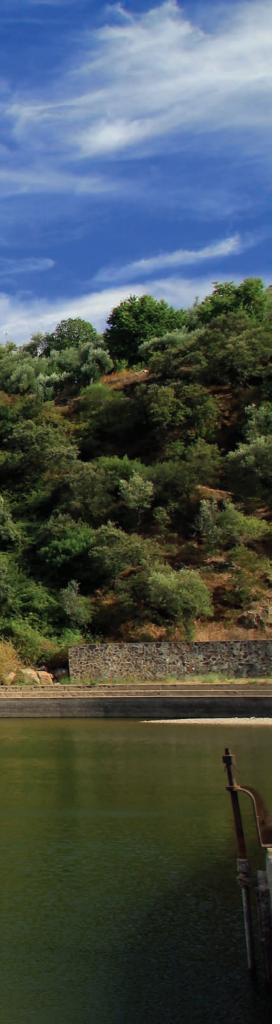






O imaginário engrandece a esperança. Dá colorido ao sonho dos homens. A já ténue fronteira entre realidade e ficção esbate-se quanto maior a vontade de acreditar em quimeras e utopias. Em dar-lhes força, alma e corpo, até que se tornem concretizáveis, possíveis, reais. Vivas. Como o coração que bate dentro de cada um de nós. E o inverso também amiudadamente acontece. Quantas vidas conhecemos que, de tão extraordinárias que são, parecem saídas das páginas de livros de heróis, de aura quase sobre-humana, sem qualquer verosimilhança com a dogmática verdade que nos limita o céu? Admiramo-las, tomamo-las como exemplo. Mas quantos de nós têm coragem para, tal como elas, arriscar subir mais um degrau rumo ao infinito da realização?







O ouro do Vale Mourão

Conta-se entre o povo que, em tempos imemoriais, fruto quiçá das conjeturas imaginativas dos homens, habitava o mato das redondezas uma cobra gigante, que só desapareceu quando botaram fogo ao denso matagal. A aparição do bicho concedeu, pois, os nomes àquelas terras – Foz e Vale do Cobrão.

Mas a magia deste pedaço do território não termina por aqui. No fundo do Ocreza, repousa um sonho doirado, guardado pelas Portas de Almourão (Vale Mourão), à espera de ser desperto. Diz-se que o rio serviu por séculos de esconderijo e depósito das vastas riquezas do império árabe. Um dia, ainda não longínquo, dois aldeões descobriram no leito do Ocreza uma carroça feita em ouro e, sem delongas, tentaram resgatá-la encosta acima com o destino de a venderem no mercado da vila. Cobiçosos do dinheiro que lhes podia render o carro, desafiaram a vontade de Deus. E a entidade divina suprema castigou-os: de supetão, o carro resvalou pela encosta e só parou na mansidão profunda das águas do rio. Mas, desde então, nasceu uma febre de ouro entre os fozenses. Viam o metal precioso como saída para a crise que se instalara na aldeia com o fim da atividade industrial, pelo que acorreram em massa às margens do Ocreza para garimpar. Centenas de quilos de terra foram crivadas na ânsia da descoberta do seu quinhão dourado. E acharam o ouro. Embrulharam-no em mortalhas e venderam-no aos ourives.

Ainda hoje se realizam, esporadicamente, atividades de garimpagem no Ocreza. Por piada da tarefa, que o ouro, esse, quase todo ficou retido no crivo sedento dos homens.

Mina de Ouro

Dizem os antigos que certa vez andavam sete cavalos numa noite a carregar ouro para uma mina, mas não se sabia a sua localização - Diz-se que seja na área dos Casalinhos e Raposeiro (terras destinadas à agricultura e à oliveira). A lenda diz também que deverá encontrar-se perto de uma nascente para que os donos desse ouro quando voltassem o soubessem encontrar. Para o encontrar é preciso sonhar três vezes com a localização da mina sem dizer nada a ninguém. Há quem diga também que os cabritos pretos adivinham onde está o ouro.

Mas o pior é que se encontra uma serpente de guarda ao tesouro e a lenda avisa de que se a serpente não vir a gente devemos matá-la, mas se ela nos vir primeiro devemos fugir.

Recolha efetuada em Foz do Cobrão, Concelho de Vila Velha de Rodão Retirado do livro "Contos, Mitos e Lendas da Beira", José Carlos Duarte Moura, A Mar Arte Coimbra/96





"Estamos na margem direita do rio Ocresa. O ti Manel ordena: "Aqui há terra boa, toca a montar a calha sobre os calhaus polidos da ribeira, de forma inclinada para que a lavagem seja correcta. No transporte da terra e areia, com baldes, toda a gente pode e deve ajudar. (...) Lavada que foi esta dose de boa terra na calha de fundo liso interrompido com ripas paralelas e transversais, à mesma distância, para segurar o que interessa segurar: a borra. Segue-se a 3ª fase. Uma vez liberta do supérfluo, a borra (minério) passa para as couchas que nas mãos dos mestres ondulam com água que entra, água que sai, água que entra, água que sai, repetidamente, assim como que ao som do Bolero de Ravel, fazendo subir, subir a curiosidade dos circundantes... até ao grito final: - É ouro!"

Octávio Catarino, "A Festa do Ouro", in Boletim Cultura e Desporto do Grupo Desportivo do Banco de Portugal

O Carrinho de Ouro

Uns homens encontraram um carrinho de ouro num poço muito fundo do Rio Ocreza chamado Vale Mourão. Esse lugar é conhecido pelos seus penhascos e pela beleza das suas paisagens.

Então, os homens felizes da vida, subindo a barreira quase a pique lá iam no seu caminho quando um exclamou: "Queira Deus quer não, este carrinho de ouro já é nosso."

Então Deus por castigo, fez com que o carrinho rebolasse e fosse cair no fundo do poço com mais de cinco metros de profundidade. E há quem diga que ainda hoje se encontra lá.

Recolha efetuada em Foz do Cobrão, Concelho de Vila Velha de Ródão



Vale Mourão com Foz do Cobrão ao fundo







Em nome do Amor...

Maribela e José Pina – Um caso de Amor e Morte em Sarnadas de Ródão no início do século XX

Maria Adelaide Neto Salvado

Duros e difíceis eram outrora os «trabalhos e os dias» nos campos da Beira. Trabalhava-se de sol a sol nas mondas, nas ceifas, nas malhas, na apanha da azeitona.

Cantar era meio e processo de esquecer as canseiras. Cantava-se ao despique do nascer ao pôr-do-sol. No tempo das ceifas, quando o sol abrasador do estio incendiava as searas, as cantigas tornavam mais leve o calor dos longos dias e, no tempo da azeitona, se o Outono chegava nevoento e frio, as madrugadas eram menos sofridas se o canto ressoasse no ar. A dimensão suavizadora e quase mágica do canto tornava mais leve a dureza dos trabalhos que preenchiam, na roda do ano, os dias de qualquer aldeia portuguesa.

Todos os temas serviam para dar forma a uma quadra. Cantava-se o amor e o desamor, o ciúme e a paixão, as dores pela perda de alguém que se amava.

Os acontecimentos inesperados que quebravam o pacato quotidiano dos viveres, esses tomavam a forma de longas composições em verso, de verdadeiros romances. E, tal como os jograis de outrora, os ranchos que se deslocavam de aldeia em aldeia levavam esses cantos. O relato dos acontecimentos, que impressionavam as gentes de uma aldeia, chegava por este processo de difusão a lugares distantes do seu local de origem.

O mesmo acontecimento, ouvido, decorado e transformado, adquiria, através deste processo, interessantes variantes. Assim aconteceu com a trágica história de amor de José Pina e Maribela.

O povo da região do Ródão cantou esse amor e o seu triste fim e, pelo fio do tempo, o seu eco chegou até nós, numa multiplicidade de versões que demonstra a imensa sabedoria, contida na expressão dita pelo povo de Monsanto da Beira, no final das suas recitações orais: 'Quem quiser que a diga/ Quem a ouvir que a aprenda'. E o dizer-se, o ouvir-se, o aprender-se, são expressões que transportam em si toda a dinâmica de um processo de recriação.

Foi, pelo mês de Setembro de 1914, em dia de romaria da Senhora da Guia, que a aldeia de Sarnadas de Ródão se viu abalada por um trágico acontecimento: dois jovens daí naturais, e que com loucura se amavam, buscaram voluntariamente a



morte. Chamava-se ela Maria Belo, tinha 21 anos, era pobre e órfã de pai; ele José Dias Pina, de 18 anos, estudante do Liceu de Castelo Branco, filho de um abastado proprietário. Apesar da profunda diferença social que os separava, um amor profundo e forte enchera o coração dos dois jovens. E como defesa desse amor, ambos buscaram na morte a união que a vida e a sociedade lhes haviam negado.

No início do século XX, uma profunda clivagem social marcava o quotidiano das aldeias da Beira. Por um lado, camponeses sem terra, assalariados agrícolas que só sazonalmente podiam ter trabalho nos campos; por outro, grandes proprietários, donos de terras e de gentes.

Órfã, Maria Belo vivia com a mãe. Era doméstica, como reza o seu assento de óbito, mas, como as outras jovens pobres das aldeias da Beira do xisto, trabalhava no campo, integrando com muitas outras raparigas os ranchos de trabalhadores que se deslocavam, de povoação em povoação, na época das mondas, na sacha do milho, das ceifas e da apanha da azeitona. Loira, de olhos azuis e de pele muito branca, Maria Belo encarnava o ideal de beleza feminina do início do século XX. Mas a vida de uma jovem, bela e pobre, nas aldeias da Beira não era fácil. Um apertado controlo social vigiava as jovens no início do século, orientando a sua vida e exigindo que a mesma se pautasse por uma postura isenta de qualquer suspeição que pusesse em causa a sua honra. A mãe de Maria Belo, viúva e pobre, ciente da diferença social entre a filha e José Pina, deveria muito possivelmente temer, dada a pouca idade do jovem, que o amor deste não passasse de uma loucura da juventude. Daí a sua oposição, fundada no temor de uma possível rejeição da filha por parte do estudante rico e culto, ou pelos murmúrios do povo, que poderiam pôr em causa o seu futuro.

Radicaria, por certo, noutras razões a oposição por parte dos pais do jovem José Pina. Seu pai, José de Pina Dias Fatela, era feitor do Conde de Tondela, o maior proprietário da região do Ródão. Ser feitor de uma grande casa agrícola constituía na época, e até à década de 50 do século XX, situação de prestígio nas aldeias da Beira. Os feitores administravam as propriedades, contratavam trabalhadores, velavam pelo andamento do ano agrícola. Numa região onde o trabalho era escasso e sazonal, o feitor olhava-se como figura importante, pois dele dependia em larga parte a possibilidade de um homem ganhar o pão de cada dia. À morte do patrão, José Pina Dias Fatela tornou-se, ele próprio, rendeiro das terras das quais fora feitor. O seu poder e prestígio aumentaram. Possivelmente, ansiava para o seu filho uma vida diferente. Matriculou-o no Liceu de Castelo Branco.







Fonte de homenagem a Maribela e José Pina, Sarnadas de Ródão



Mas, indiferente à oposição familiar e à barreira social que os separava, um profundo e forte amor brotou no coração dos dois jovens.

O palco e o cenário desse amor foi a Tapada da Tojeira.

Aqui brotou esse amor, e foi a beleza destes céus que os dois jovens levaram para a eternidade como últimas imagens do mundo que voluntariamente abandonaram.

Uma beleza suave envolve os campos da Tojeira.

As colinas onduladas, fechando o horizonte, servem de moldura a uma terra plana e contrastada. Nuns locais, em cada Primavera, os campos cobrem-se de manto de malmequeres de um amarelo tão vivo e vibrante que parece gritar um hino à vida. Noutros, são olivais tecidos de pequeninas árvores dispostas num alinhamento simétrico e harmonioso. Mais além, é o verde negro dos arbustos rasteiros a contrastarem com o verde suave e tenro das folhas recémnascidas dos carvalhos e dos álamos, que prende o olhar.

Um pouco mais longe é a terra dos homens. As casas térreas e alinhadas caiadas de branco, contrastando com o cinzento dos velhos balcões de xisto. Neste local, se abrigavam os ranchos de trabalhadores. Aqui descansou Maria Belo e as outras raparigas das canseiras das ceifas e das mondas. O forno de cozer pão, os celeiros, o lagar. Os olivais rodeados de muros, feitos de calhaus rolados, com belos e harmoniosos remates de calhaus maiores de quartzite meio rolada, meio afeiçoada pelas águas e pelo tempo - tudo permanece intocado.

Percorrendo estes campos, pela Primavera, deixando-nos envolver pela beleza da terra a renascer, podemos captar no fundo de nós a dimensão profunda do maravilhoso encanto que possuem estes campos que viram nascer e que serviram de palco ao amor eterno que uniu na vida e na morte José Pina e Maribela.

Um amor tão maravilhosamente profundo que o esquecimento da morte jamais apagará. Cantou o povo:

Na tapada da Tojeira Está uma rosa amarela Onde eles deixaram escrito José Pina e Maribela.

Materialmente, a rosa amarela não se encontra lá, mas ela é o símbolo do amor eterno que uniu os dois jovens e esse permanece intocado e vivo, ressoando ainda por estes céus e por estes campos no manto de flores que cobre a terra em cada Primavera.



E talvez porque nestes nossos desencantados tempos, como afirmou uma camponesa de Sarnadas, 'ninguém põe amor a ninguém', o trágico drama de amor de Maribela e José Pina, que fala de um amor mais forte que o temor da morte, continua a surpreender, brilhando com uma encantatória luz por entre o cinzentismo dos inquietantes dias que vivemos.



As várias versões

Os livros que abordem temas que se insiram profundamente na vida ou que toquem, mesmo de forma leve, factos ou acontecimentos que mergulhem no âmago da alma humana, sejam próximos de nós ou já esbatidos pela distância dos anos, deixam em quem os escreve, sempre, um sabor a algo de inacabado. Aquilo que se começa a escrever é como o desenrolar de um fio que parece não ter fim, sobretudo se as fontes brotam de um apelo à memória dos que viveram os acontecimentos, ou mais próximos no tempo, os ouviram relatar.

Versão recolhida em Sarnadas de Ródão por Francisco Henriques em 6 de Setembro de 1994. Cantada por Ana da Conceição Crespo, acompanhada a acordeão por seu marido João Ribeiro Calcinha.





Pormenor da fonte, Sarnadas de Ródão

No dia 13 de setembro Houve um caso de pouca sorte Maribela e José Pina Ambos se deram à morte.

Ambos se deram à morte Linda rosa na roseira E aonde foram combinar? À Tapada da Tojeira.

À Tapada da Tojeira Linda rosa vermelhinha. Ele lá deixou escrito Maribela e José Pina. Na Tapada da Tojeira Está uma rosa amarela Onde eles deixaram escrito José Pina e Maribela.

Quando ele se vinha embora Três vezes olhou para trás E adeus Tapada da Tojeira E adeus para nunca mais.

Quando ele chegou a casa Seu pai ordens estava a dar - Cale-se lá ó meu pai Que eu não o estou a escutar. Olha lá, ó José Pina,
 É caso de brincadeira
 Queres que fale em Maribela
 Ela é a tua cegueira.

Ela é a minha cegueira, Meu pai eu assim lho digo: Ou a terra me há-de comer Ou ela há-de casar comigo.

E a cegueira era tanta Que o seu pai não o sabia Quando andava no trabalho Até sombra lhe fazia.



Minha mãe deite-me o jantar
 Com todo o seu coração
 Tirou o relógio do bolso
 Para ver as horas que são

Para ver as horas que são Para ver as horas que tinha - Isto já vai sendo horas De ver aquela menina.

Onde vais, ó Maribela, À hora do baile começar? - Cale-se lá minha mãe Não vê que eu vou lavar

Vejo que vais a lavar Não quero que vás sozinha. - Cale-se lá minha mãe Eu vou ver a minha prima. Quando ela chegou à fonte Bebeu uma pinga d'água Encostou-se p'rá parede Disfarçar a sua mágoa.

Disfarçar aquela mágoa Aquela mágoa que tinha Mas ela já via à frente O seu amor José Pina.

Quando ela chegou ao alto Três vezes olhou para trás: - E adeus Sarnadas de Ródão E adeus para nunca mais.

Quando ela chegou à frente Que lá o viu a passear Logo o seu coração disse: - É além que vou ficar. Toma lá este lencinho Que já te não dou mais nada. Já ia para três anos Que tu eras minha amada.

Toma lá este avental Faz dele uma travesseira Já ia para três anos Que andamos nesta cegueira.

Toma lá este revólver Faz dele o que tu quiseres Atira-me um tiro a mim, Outro a ti para ti, se queres.

Eu um tiro não te dou, Que eu a ti não sou capaz. Atira-me um tiro a mim Outro para ti, atrás.

Torradas, novas torradas E a faca corta o limão. Já um pai proibiu um filho De ir dar a sua mão.

"Maribela e José Pina"

Tradição oral popular (versão de Sarnadas)







Esta versão do romance de José Pina e Maribela encontrei-a no Livro Etnografia do Concelho de Proença-a-Nova, editado em Évora em finais de 2001 e que, ocasionalmente, me chegou às mãos. Esta versão foi recolhida na aldeia de Sobrainhos dos Gaios pela Senhora D. Isaura Ribeiro Antunes Soares, em data não indicada.

Na Tapada da Tojeira, Deu-se um caso à pouca sorte, José Pina e Maria Belo, Os dois se deram à morte.

Sua mãe lhe perguntou Adonde é que ela ia. Ela lhe respondeu Que ia à Senhora da Guia.

Juntou os lenços da mão Dizendo que ia lavar; Ela levava o sentido De a casa não mais voltar.

Sua mãe lhe respondeu:
- "Vê lá o que vais fazer,
Anda o mundo a murmurar,
Não sei o que oiço dizer!"

Cale-se lá minha mãe,
 Não se esteja a apoquentar.
 Que de mim e do Zé Pina
 O mundo se há-de calar.

Ele pediu ao seu pai P'ra casar com Maria Bela O seu pai lhe respondeu: - Filho não cases com ela.

No Domingo de manhã Seu pai lhe estava a ralhar, Ele nada qu'ria saber, Sua vida era cantar!

Já ia p'la rua acima Inda ia a assobiar; Mas quem diria ao seu pai Que ele ia p'ra se matar?

Quando chegou lá no alto Viu-a andar a passear, Inclinou os olhos ao chão Para ela o não olhar.

- Toma lá este lencinho, Põe-no no teu travesseiro, Que há três anos que te amo E é este o derradeiro". E lá no Domingo à tarde Inda olhava para trás, Adeus Tapada da Tojeira Adeus para nunca mais!

Atira-me um tiro a mim, Já que eu não sou capaz: Atira outro p'ra ti, Adeus, adeus, meu rapaz.

Era um enterro tão lindo Que a todos causou paixão: Ele à direita e ela à esquerda, Cada um em seu caixão.

Na Tapada da Tojeira Estão duas rosas amarelas Onde deixaram escrito: "José Pina e Maria Bela".

A versão de Sobrainho dos Gaios apresenta fortes semelhanças com outras recolhidas também no concelho de Proença-a-Nova e com a de Vila Velha de Ródão, registada por Francisco Henriques, em 1975. Tal como acontece com todas as outras versões, também nesta se verificam algumas marcas de originalidade. A mais saliente encontra-se na última quadra e reporta-se à referência não a uma mas a duas rosas amarelas nascidas na Tapada da Tojeira, símbolos da eternidade do amor que uniu os dois jovens, um amor tão profundo e límpido que nem o poder da morte o conseguiu apagar...



Como largamente já se referiu, o poder encantatório do drama dos desditados amores de José Pina e Maribela rompeu as estreitas fronteiras da aldeia de Sarnadas de Ródão e voou para distantes paragens.

Na Soalheira, aldeia do concelho do Fundão, José Alves Monteiro recolheu uma música do romance José Pina e Maribela. Consta de um conjunto de pautas musicais escritas por este investigador e deixadas inéditas durante vários anos. Por iniciativa de seus filhos e netos, foi este rico e importante espólio publicado no livro Etnografia do Fundão – Costumes, Cantares e Tradições, Lisboa, 1999. No entanto, da pauta com a música do romance não consta qualquer letra. É este testemunho musical que a seguir se apresenta:





Pormenor da fonte, Sarnadas de Ródão







As marafonas sem rosto

Etimologicamente, estima-se que o vocábulo *marafona* derive do Árabe *mara haina*, que significa mulher enganadora. No entanto, teorias defendem que a sua origem poderá ser muito mais antiga. No que toca a fonética, é inegável a sua relação com a palavra mãe do Latim *matre* ou Celtibero *matrubos* e com fona (faúlha) do Gótico *fon*, fogo, ou com o Gaélico foun, fon, que significa terra, região. Outros significados para a palavra incluem boneca de trapos, prostituta ou mulher desleixada.

A marafona é uma boneca de trapos, sem olhos, nem boca, nariz ou ouvidos, vestida com um colorido traje regional. A sua armação é uma cruz de madeira revestida a tecido. As bonecas de Monsanto são utilizadas para celebrar a fertilidade e a felicidade conjugal.

Durante a Festa da Divina Santa Cruz (ver mais pormenores no capítulo "Tradições, Instrumentos e Festividades Únicas da Beira Interior Sul"), as raparigas casadoiras bailam com as marafonas. Depois da festa, as bonecas são deixadas em cima da cama, onde têm o poder de livrar a casa das tempestades de trovoada, e de maus-olhados. No dia do casamento, guardam-se debaixo da cama (como não têm olhos nem orelhas nem boca, nada vêem, nada ouvem, nem nada podem contar) para trazer fertilidade e felicidade ao casal.

Alguns (poucos) quilómetros ao lado, no concelho vizinho de Penamacor, há igualmente tradição e ritualismos de devoção às bonecas sem rosto. Mas aqui chamam-se maias. As maias são em tudo semelhantes às marafonas, incluindo a sua função de amuleto protetor contra as trovoadas e símbolo de fertilidade. Também aqui, na noite de núpcias, se coloca a boneca debaixo da cama como forma de anunciar o primeiro filho. No entanto, a maia tem ainda uma força suplementar. Quando deitada nos campos agrícolas avalia a fertilidade das sementeiras. Se a maia fica intacta quando acaba o ano significa que foi fraco de sementeiras, uma vez que não choveu o suficiente. Se, pelo contrário, a boneca fica estragada e desfeita é sinal de um ano agrícola fértil.















Bendito «das trovoadas»

F. Lopes-Graça

A Canção Popular Portuguesa

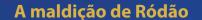
(1953) S. Miguel de Acha / Castelo Branco

(Beira Baixa)









Nas eras em que o território se encontrava dominado por povos bárbaros e muçulmanos, existia um rei visigodo – Wamba – responsável pela fundação do Castelo de Ródão, que dominava o lado norte e era um guarda avançado da Egitânea (Idanha-a-Velha). Wamba habitava o castelo com a sua mulher e os filhos.

Do outro lado, liderava um rei mouro. A mulher de Wamba perdeu-se de amores pelo rei inimigo e fugiu para seus braços. Wamba, quando descobriu, disfarçou-se de mendigo, para conseguir passar incógnito na casa forasteira e resgatá-la. No entanto, a rainha imediatamente o reconheceu, fingiu ser prisioneira do mouro e escondeu o marido no próprio quarto, para o entregar depois ao amante.

Wamba apelou à generosidade do inimigo e implorou para tocar pela última vez a sua corna. O pedido foi aceite. Assim que ouviram a corna, os companheiros de armas do rei visigodo vieram em seu auxílio, mataram o rei mouro e trouxeram de volta a rainha para o Castelo de Ródão. O castigo para a traição, por sugestão do filho mais novo, foi lançar a rainha pelo íngreme precipício que separa o castelo do rio Tejo. Diz-se que, por onde o corpo rolou, nunca mais cresceu vegetação. Ao conhecer a sua sorte, a rainha lançou então a sua tripla maldição sobre esta terra:

"Adeus Ródão, adeus Ródão, Cercada de muita murta E terra de muita puta! Não terás mulheres honradas, Nem cavalos regalados, Nem padres coroados!"





Catarina Chitas

Era um espírito livre. Palmilhava os montes raianos, solta no vento qual pólen em fecundação dos campos. A guardiã de rebanhos entretinha os dias com a sua indomável voz em canções lançadas aos ouvidos do cosmos. E o universo compreendia-a em união de essências. Ela sabia que era ali a sua casa, o seu abrigo, o seu abraço entardecido.

Catarina Chitas, ou Ti Chitas entre amigos, nasceu em Penha Garcia em 1913. Dedicou uma vida inteira ao cuidado da terra. "Daqui de Penha Garcia, fala Catarina Chitas. É uma pessoa que não tem estudos nenhuns. Fui criada no campo, a guardar gado, a guardar tudo, a guardar cabras, e porcos, e vacas. E a trabalhar, a ceifar, a sachar o trigo, a arrancar o mato, a fazer tudo. A minha sabedoria é essa. Agora, de então para cá, já fui cozinheira, já fui padeira, já fui tecedeira, já passou tudo pelas minhas mãos. Só estudos da Escola é que nunca tive", descreve-se a própria num CD de Jacques Erwain, intitulado "Voyage Musical Portugal – Le Portugal et les Iles".

Desde muito cedo, a sua voz singular, que continha a paisagem raiana dentro, foi descoberta pelos maiores músicos e etnógrafos nacionais e internacionais. Era igualmente exímia tocadora de adufe. Não tardou uma chuva de convites para que Ti Chitas abandonasse a sua terra e as suas gentes e abraçasse a cidade para fazer carreira





musical. A todos, declinou as ofertas. Participou em vários projetos de recolhas musicais tradicionais, de onde se destaca a colaboração com Giacometti, e representou o território em diversos eventos culturais e turísticos. No entanto, Catarina Chitas nunca renunciou a Penha Garcia. Ao seu lar. Às suas raízes. Ao seu apego umbilical ao ventre natural e ao qual dedicou consagrado desvelo. Nunca se sentiu cantora. Era a sua alma de pastora que lhe transbordava pela voz. Morreu a 8 de Março de 2003 em Penha Garcia. A terra que lhe deu vida. E que se afigura agora eterna no repouso e na memória das suas gentes.

Principais participações de Catarina Chitas na música etnográfica portuguesa

As primeiras gravações terão sido feitas por Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira, em 1963.

Em 1964, por ocasião do l Congresso Nacional de Turismo, a Fundação Gulbenkian levou a efeito uma exposição sobre Instrumentos Musicais. A região da Beira Baixa esteve representada pela tocadora de adufe, Catarina Chitas.

Com Michel Giacometti gravou, em 1970, para a série produzida pela RTP "Povo que canta", publicado em 1970/1996, a Antologia da Música Regional Portuguesa. Beira Alta. Beira Baixa. Beira Litoral.

Em 1982, por José Alberto Sardinha, participou em "Recolhas da Tradição Oral Portuguesa – Beira Baixa e Minho" e, em 1997, em "Portugal Raízes Musicais – nº 4 Beira Baixa e Beira Transmontana". Em 1984, a Banda do Casaco editou o disco "Com Ti Chitas".

A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova editou, em 1991, um LP com 17 faixas, inteiramente dedicado a Catarina Chitas. Em 1992, é editado na Collection Dominique Buscall o CD "Music du Monde – Portugal: Chants et tambours de Beira Baixa", em que Catarina Chitas canta em nove faixas.

Em 1994, um CD concebido e realizado por Jacques Erwain, "Voyage Musical Portugal – Le Portugal et les lles", inclui duas gravações de Catarina Chitas e um depoimento biográfico feito pela mesma.

Um dos destaques da edição de 2002 do Festival Cantigas de Maio foi a exposição "Colectores de Música Popular Portuguesa" com a orientação de Domingos Morais. Daí resultou a edição do primeiro CD da Associação José Afonso com gravações de Catarina Chitas (Ti Chitas).

Catarina Sargento "Ti Chitas"

Nasceu no campo, numa cabana. Na sua infância foi pastora e criada de servir.

De casada foi tecedeira e padeira. Nas horas vagas, guardava cabras nos rochedos de Penha Garcia e, simultaneamente, costurava.

Tocava adufe, fazendo várias atuações em público.

Foi fundadora do Rancho de Penha Garcia, tendo atuado em Portugal e no estrangeiro.

Como pessoa:

Foi boa mãe, tendo criado três filhos com todo o amor e carinho, e sempre disponível para ajudar os outros.

Nasceu no dia 30 de janeiro de 1913. Faleceu no dia 8 de março de 2003.

Testemunho e fotografia de José Lopes, filho de Catarina Chitas











O fascínio é talvez o mais sólido sentimento que teima em assegurar a prova inequívoca que Deus existe. A máquina do corpo humano é fascinante, o universo é fascinante, os milagres operados por santos e divindades religiosas católicas são mais fascinantes ainda. Tudo o que a mente humana não consegue explicar pertence ao domínio do fascínio e é resumido a um produto da criação divina. Não é por acaso que a aparição de Nossa Senhora de Fátima aos pastorinhos constitui ainda hoje uma inigualável manifestação de fé e crença de pessoas de todo o mundo pelo fenómeno milagreiro que envolve a Virgem.

A religião, nomeadamente o catolicismo, atrai multidões, muito mais do que as artes ou a cultura contemporâneas. O ideal seria juntar então as duas áreas humanas. Resultado? Cultura popular religiosa. E não é precisamente a essa vertente que assistimos na nossa despovoada Beira Interior Sul? Não existem anualmente festas e romarias nas diversas freguesias da região em honra de Santos milagreiros, que são verdadeiras manifestações da cultura e sabedoria populares? Apenas se pretende fazer sentir e perdurar as raízes e as tradições de um povo que receia vir a ser esquecido ou, no pior dos cenários, que pode vir a ser extinto. As gentes destas terras têm lutado a uma só voz para que a sua vida sábia continue a correr na alma de cada pássaro, de cada árvore, de cada pedra...

Nas asas da memória persiste uma história inigualável a nenhuma outra, com marcas e traços culturais específicos de uma comunidade que urge ser mantida e respeitada. E as festas em honra de santos populares são talvez a maior das formas para que todo o património intrínseco e extrínseco desta zona raiana seja conhecido e perpetuado no tempo. Mostra uma fé de "ferro" das nossas gentes que, contra todas as vicissitudes e calamidades com que a vida as confrontou, sempre souberam sobreviver digna e honestamente.

Só os filhos da terra e alguns – menos do que seria desejável – forasteiros parecem continuar a acreditar e a lutar pela continuidade das romarias. Nota-se, cada vez mais, um cansaço, um "não vale a pena", espelhado nos rostos dos mais velhos, aqueles que aos poucos começam a perder a esperança no valor do trabalho feito por gerações.

Que fazer então? Deixar morrer simplesmente tudo o que nos identifica e caracteriza enquanto seres pertencentes a um território e detentores de uma cultura própria? Estará a nossa região destinada à perda de identidade cultural e de valores ligados inexoravelmente à sua essência? É que a fé, seja ela religiosa ou de qualquer outra natureza, impele as montanhas para os homens, funciona como o íman que atrai tudo aquilo em que eles acreditam, fazendo-o perdurar na eternidade. Haja fé.



Festas em honra da Nossa Senhora dos Altos Céus na Lousa

Danças dos homens, das virgens e das tesouras

Mais ou menos fidedignos, há registos de que a festa da Lousa, aldeia no concelho de Castelo Branco, se realiza desde 1640. Já as danças originais que a acompanham não têm ainda os contornos da sua origem bem definidos. Há quem diga que surgiram por alturas da romaria, outros, mais radicais, remetem-nas para a Roma Antiga.

De acordo com a referência escrita mais antiga, o livro "Santuário Mariano", de 1711, de Frei Agostinho de Santa Maria, uma praga de gafanhotos terá assolado a região, em 1638. A população desesperava e via as suas colheitas serem devastadas pela passagem de grandes quantidades destes insectos. Já com a fome à porta, o povo rogou e implorou à Senhora dos Altos Céus que os livrasse de tamanha desgraça. Passados alguns dias, a praga de gafanhotos desapareceu tão misteriosamente como se tinha instalado. As gentes da Lousa compreenderam então que a Virgem tinha obrado um verdadeiro milagre ao salvar as suas terras de uma destruição completa. Como agradecimento à Santa, os lousenses prometeram uma festa em Sua honra, promessa que têm cumprido desde então todos os anos no terceiro domingo de maio.

Mas a originalidade do povo da Lousa vai muito mais além do que a realização de uma festa em honra da Nossa Senhora dos Altos Céus. Se, de facto, é costume fazer romarias em honra dos vários santos milagreiros que livraram as diversas localidades da região da praga dos gafanhotos do século XVII, menos vulgar é, com certeza, a oferenda de danças a uma Santa, recorrendo a instrumentos musicais originais, um deles único em todo o mundo. Falamos da Dança das Virgens e da Dança dos Homens.

Há ainda uma terceira dança, designada por Dança das Tesouras, que surgiu posteriormente e que está ligada ao trabalho e ao dinheiro que se fazia com a lã conseguida com a tosquia dos borregos. É feita geralmente num dia de semana, muito distinta das outras duas, mais religiosas.

As danças já estiveram cerca de 25 anos sem se realizar, mas a persistência e luta de alguns dos rostos mais marcantes da aldeia permitiram, desde 1958, que a tradição renascesse da sombra do esquecimento. Desde então, têm vindo a realizar-se de forma regular.

As Danças Tradicionais da Lousa foram inscritas recentemente no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.





Danças das gentes e para as gentes da Lousa

O facto de as danças decorrerem sempre no final da procissão do domingo da festa, à tarde, e na segunda-feira seguinte à romaria, também à tarde, não é muito favorável para que esta tradição se dê muito a conhecer. Estes trabalhos coreográficos são normalmente apresentados às pessoas da terra ou ligadas por qualquer motivo à Lousa que, apesar de conhecerem já de cor as voltas e as reviravoltas das danças, nunca perdem a oportunidade de ver novamente a atuação de tão peculiar espectáculo.

No entanto, ainda que a divulgação para o exterior não seja muito fomentada, a Lousa tem tido, ao longo da história, grandes promotores das danças. Eurico Sales Viana, etnógrafo nacional conceituado, fez no seu livro "Traje da Beira Baixa", em 1967, uma boa integração das danças e dos trajes utilizados. A par deste, também José Gardete e a sua esposa, dois filhos da terra, foram os impulsionadores principais da tradição fora das fronteiras da povoação, chegando mesmo a serem ensaiadores das danças enquanto a saúde o permitiu. Além disso, quase todos os anos, a Lousa, por altura da festa, recebe visitas de historiadores, etnógrafos e etnólogos conceituados, que aqui vêm para melhor aprofundarem o seu conhecimento sobre o fenómeno das danças lousenses.



Dança das Virgens, Lousa

Tradições católicas ou rituais da Roma Antiga?

A versão popular sobre a origem da Dança das Virgens remete igualmente, como já atrás descrito, para a praga dos gafanhotos de 1638. Um casal da aldeia, o Timóteo e a Micaela, prometeu uma dança à Senhora dos Altos Céus com as suas oito filhas, caso a divindade os libertasse da praga. Os dois camponeses comprometeram-se ainda a que todo o ouro conseguido com a venda da colheita que se salvou da praga fosse usado pelas meninas durante essa manifestação de homenagem à Santa.

Embora não haja nenhum documento escrito com esta versão da história, Frei Agostinho de Santa Maria, em 1711, descreveu no livro "Santuário Mariano" um relato semelhante, no que se refere aos motivos de adoração da Virgem: a praga de gafanhotos existiu, em 1638, mas apenas deu origem ao nascimento da romaria, que se começou a realizar todos os anos em maio, a partir de 1640. Já o registo mais antigo da dança dos homens, por exemplo, revela que essa manifestação religiosa só teve início em 1680, onde participou numa procissão do Corpo de Cristo, em Castelo Branco.

Contudo, depois de estudos científicos aprofundados sobre as danças, muitos dos aspetos que têm sido transmitidos oralmente de geração em geração, e que já estão muito enraizados na mentalidade das pessoas, estão a ser postos em causa. Novas teorias estão a ganhar corpo e a consolidar-se no mundo da Etnografia. É o caso das que defende Eurico Salles Viana, remetendo a origem das danças para o Romanismo, para os tempos dos romanos que tanto influenciaram a Península Ibérica, antes da era de Cristo. E atesta que isso é visível em muitos aspetos coreográficos da dança, mais próprios de rituais pagãos do que propriamente de cerimónias religiosas.



Para o etnógrafo, a Dança das Virgens seria um ritual vestal, ou seja, em honra da Deusa Vesta, protetora dos lares e famílias, à qual todos os anos eram oferecidas virgens em sua honra, mas apenas uma seria a eleita para se tornar sacerdote vestal.

No que respeita à Dança dos Homens, esta seria uma manifestação guerreira em homenagem ao Deus da Guerra romano – Marte – e, daí, o facto de a faixa em volta da cintura dos homens ser vermelha, uma cor facilmente associada a esta divindade, e não azul, como acontece na atualidade.

Quanto à Dança das Tesouras, era feita em honra do Deus Pan, protetor dos pastores.

Estas danças seriam rituais dedicados aos deuses romanos. No entanto, na altura em que se deu a praga de gafanhotos, começou a existir uma grande devoção à Nossa Senhora dos Altos Céus, pelo que as danças romanas foram sendo adaptadas e transformadas numa manifestação católica em honra da Virgem.

A Dança das Virgens

A procissão em honra da Senhora dos Altos Céus chega ao adro. Após um breve sermão proferido pelo padre da paróquia, chega finalmente a hora do adeus à Virgem. Brotam lágrimas dos olhos mais pios que se encontram no meio da pequena multidão que assiste ao momento.

É precisamente o adeus à Santa que marca o início das danças tradicionais e originais da aldeia. Quando o andor se prepara para entrar no templo religioso, um conjunto de oito meninas acena com um lencinho branco, numa despedida fervorosa e sentida à Senhora. São as oito virgens que compõem a dança com o mesmo nome.

As crianças apresentam-se usando vestidos e sapatos brancos, sinónimo de pureza e virgindade. Na cabeça, um carrapito serve de suporte a uma coroa de albas flores. A completar o conjunto, todas as virgens usam uma cinta de um azul claro, numa homenagem à Senhora dos Altos Céus, cujas vestes são desse mesmo tom de azul. As meninas estão ainda cobertas por grandes quantidades de ouro, sob a forma de colares, cordões, alfinetes de peito ou brincos, emprestados pela própria população. Todo aquele ouro usado pelas virgens tem de estar guardado por alguém, representado, neste caso, pela figura do guardião, que empunha uma grande espada e que mantém afastados os mais curiosos que teimam em se aproximar em demasia das jovens.

No adro da Igreja reina o silêncio, apenas quebrado pelo som metálico de uma guitarra portuguesa percutida monocordicamente pelo tocador. Depois, em compenetração total, as oito meninas começam a recitar, cada uma por sua vez, um conjunto de quadras em honra da Senhora e dos Seus feitos milagreiros:



Ó Virgem dos Altos Céus Mãe do meu amparo, bem: Conservai na vossa graça Quem aqui visitar-vos vem

Quem aqui visitar-vos vier Com silêncio há-de vir Nós estamos a vossos pés Prontas para vos servir

Prontas para Vos servir Do íntimo do coração Se não estamos purificadas Ó Virgem, dai-nos perdão

Ó Virgem dai-nos perdão Ao nosso povo primeiro Sois mãe de misericórdia Perdoai ao mundo inteiro Perdoai ao mundo inteiro Toda a família em geral Fazei que em todo o mundo Tenham o vosso sinal

Tenham o vosso sinal Mãe da Glória, Imperatriz Conservai na vossa graça Este nosso juiz (juiz da festa)

Este nosso juiz E todo o mundo inteiro: Conservai na vossa graça Este nosso tesoureiro

Este nosso tesoureiro E todo o fiel cristão: Conservai na vossa graça Este nosso escrivão Este nosso escrivão E quem for do nosso partido: Nós queremos continuar Com o nosso uso antigo

Com o nosso uso antigo Pela graça do Senhor: Vivam as oito donzelas Mais o nosso tocador.

Terminada a declamação das pequenas quadras, tingidas por um tom popular, mas marcadamente religioso e de grande fé das gentes da Lousa, a dança propriamente dita começa a ser representada então no adro da Igreja. As oito raparigas iniciam as voltas e reviravoltas, ensaiadas por semanas a fio, para que nada falhe no dia da atuação.





A Dança dos Homens ou das Genéves

Terminada a Dança das Virgens, o adro da Igreja serve ainda de palco para mais uma atuação de cariz tradicionalista original. Desta feita, todas as atenções recaem sobre a Dança dos Homens, uma manifestação popular e artística que faz uso de dois incomuns instrumentos musicais.

O primeiro é a viola beiroa ou bandurra que, como o próprio nome indica, tem as suas raízes bem vincadas na Beira Baixa, mais precisamente na zona raiana, onde a utilizavam para cantar os parabéns aos noivos.

A genéves, ou genébres, de características únicas em Portugal e no Mundo, é o segundo instrumento que entra na composição melódica da dança. Ninguém sabe precisar a origem de tão invulgar instrumento musical. Certo é que a genéves não existe em qualquer outra parte do País ou do estrangeiro e, por isso, as gentes da Lousa não hesitam em reclamá-la como sua pertença.

Já a dança, *per se*, é composta por seis homens e por três rapazinhos, disfarçados de meninas (hoje os rapazes já foram substituídos por elementos do sexo feminino, uma vez que sentem vergonha de se vestir de meninas). Os homens usam calça e casaca brancas, com uns cordões azuis-claros a enfeitar a cinta e o pescoço, em mais uma homenagem à Senhora dos Altos Céus. Mais uma vez, também aqui surgem dúvidas quanto à origem e significado desta dança, uma vez que, antigamente, a faixa da cintura era vermelha e não azul, segundo consta no livro "Etnografia da Beira" de Jaime Lopes Dias.

Na cabeça, os homens levam ainda uma capela enfeitada com ramos de flores artificiais e uma calda de fitas.

O homem que leva a genébres comanda as marcações da dança e representa o elemento libertino que nela figura. Trá-la pendurada ao pescoço (os paus mais curtos para cima)





pela correia de couro que liga os paus e que aí faz aselha; afasta-a do corpo com a mão esquerda, que segura a correia em baixo, e bate a baqueta (chuço) com a direita não em cada pau individualmente, mas correndo todos os paus ao mesmo tempo, de baixo para cima e vice-versa, produzindo sons mais ou menos arrastados, mais ou menos vivos, consoante a vontade do tangedor e o compasso que a dança requer. Os restantes homens acompanham o ritmo, cada um com uma viola beiroa.

O som invulgar das genéves transporta o público para outras épocas históricas, que, no entanto, não se conseguem precisar no tempo. Já as meninas estão vestidas de igual forma como na dança das virgens. Sempre de sorriso nos lábios, acompanham sem enganos os mais crescidos nas reviravoltas, na sua graciosidade infantil.

A Dança das Tesouras

Dizem os mais antigos e entendidos sobre o assunto, que a Dança das Tesouras bebe a sua origem num costume longínquo das gentes da Lousa, que tinham por hábito oferecer borregos e carneiros à Nossa Senhora dos Altos Céus, por alturas de maio, como agradecimento pelo dinheiro que tinham conseguido fazer com a tosquia dos rebanhos. O seu carácter pouco delicado e pagão, e a introdução de alguns versos mais atrevidos, fazem com que este costume popular não seja, por vezes, o mais apreciado. Todavia, gostos à parte, é inegável que esta dança constitui um valor inestimável na cultura e no folclore tradicionais da freguesia.

O grupo é composto por oito, 10 ou 12 homens, vestidos de calça preta e camisa branca, cada um com a sua tenaz fingindo de tesoura, e por um outro indivíduo, geralmente um dos homens mais folgazões da vila, trajando de igual maneira, mas trazendo na mão o pau onde serão afiadas as tesouras.

Todos usam, atado à cabeça, um lenço branco dobrado com se fosse uma cinta, que impede que o suor escorra pela face abaixo.

O conjunto é completado pela presença de alguns rapazinhos, entre os 10 e os 15 anos, que fazem o papel de carneiros. Para o efeito, os miúdos vestem casacos, forrados de pêlo de ovelha, do avesso, com o objetivo de imitarem a lã dos ovinos.

E assim se inicia a dança, à porta da Igreja Matriz, sempre num dia de semana (pois está intimamente ligada à representação do trabalho pastoril), geralmente na segunda-feira da festa da Nossa Senhora dos Altos Céus, à tarde.

O peculiar grupo segue depois pelas ruas principais da povoação, em duas alas, uma em frente à outra, com uma curta distância entre si, ficando no meio os rapazes, os supostos carneiros. Numa simulação à tosquia das ovelhas, os homens batem as tenazes, cantando:







Ó Virgem dos Altos Céus Que estais lá nessas alturas Voltai para aqui o rosto Não nos deixeis às escuras Ó Virgem dos Altos Céus Minha rosa encarnada Lá em baixo ao Alentejo Chega a vossa nomeada Ó Virgem dos Altos Céus Estais virada ao poente Com a luz dos vossos olhos Alumiais toda a gente.

E os meninos, imitando ovelhas, respondem no final de cada quadra: Mé, Mé, Mé

De acordo com as gentes da aldeia, os versos acima descritos são os originais dedicados à padroeira da Lousa. Todavia, com o passar dos tempos, houve algumas quadras que foram sendo introduzidas, que parecem não ter qualquer relação com o significado singular da Dança das Tesouras. São elas:

Mulatinhas da Baía Foram-se lavar ao mar Deixaram as águas turvas Sendo elas um cristal Quando eu vim da Baía Quando da Baía vim Mulatas carinhosas Todas choraram por mim Quando eu vim da Baía Lá me ficaram dez réis Comprei duas mulatinhas Cada uma por cinco réis.

O homem que faz de dono do rebanho vai lançando frases engraçadas, arrancando algumas gargalhadas da assistência, devido ao tom burlesco com que são proferidas:

- Não estou satisfeito com a tosquia.
- Já estou farto de fornecer pó moreno (pó com que os tosquiadores tratam as tesouradas que atingem o couro cabeludo dos animais).
- Vamos lá ver se essas ferramentas estão bem afiadas.

O dono do rebanho passa então com o pau pelas duas alas de tosquiadores, para que estes possam afiar as suas tesouras. Mas, como resposta, os tosquiadores aplicam tenazadas nas pernas, nos braços e nas orelhas do pobre homem, que os vai repreendendo:

- Assim não me convém.
- Vamos lá aguçar essas tesouras.

Finalmente, quando os tosquiadores simulam afiar as suas tesouras no pau comprido que o velho lhes estende, este cansa-se de esperar e, sem mais demoras, deita o pau às costas e diz:

 Ora vão para o diabo que os carregue. Não estou para os aturar.

E assim termina esta dança, que tem tanto de rude como de original.



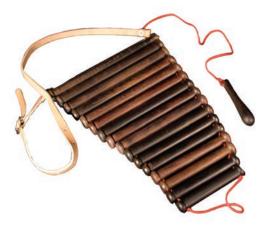


Genéves ou Genebres

A Genéves é uma espécie de xilofone com uma série de 14 paus redondos maciços, de tamanhos crescentes de cima para baixo, enfiados numa tira de couro formando um colar. Crescendo em extensão, do primeiro ao último, por forma regular e progressiva, o maior deve ter de comprimento, pouco mais ou menos, o dobro do primeiro.

Em Portugal, este instrumento aparece apenas na freguesia de Lousa, como atributo peculiar da Dança dos Homens, que é conhecida também por Dança da Genébres. Ela tem, nessa dança, um carácter cerimonial, sendo usada apenas nessa ocasião.

Pensa-se que a genéves pode ter sido introduzida na Lousa pelos emigrantes que estiveram em África ou no Brasil. No entanto, não há um único documento escrito sobre este instrumento, de modo que a origem da genéves não pode ser comprovada.



Viola Beiroa ou Bandurra

A viola beiroa ou bandurra é um tipo de viola portuguesa da gente raiana. De todas as violas portuguesas, a viola beiroa é, simultaneamente, a mais rústica e a que apresenta maior profusão de motivos ornamentais, com entalhes de tipo fitomórfico, cobrindo praticamente toda a metade inferior do tampo. São instrumentos de boca arredondada e pequena com cordas, finas e curtas, destinadas a serem tocadas soltas e não pisadas.

A Bandurra possui um traço peculiar que a distingue de todas as demais violas portuguesas. Para além do cravelhal normal, situado na cabeça do instrumento, no ângulo que o braço faz com a caixa, é possível encontrar ainda duas cravelhas, também dorsais, a que correspondem duas cordas, igualmente de arame, simples, agudas e curtas – as requintas – que não são trilhadas e se tocam sempre soltas, como na harpa. A viola beiroa possui cinco cordas, tocadas em conjunto, e duas requintas que apenas servem para efeitos de afinação.

A função deste instrumento musical de cordas era a de acompanhar descantes festivos, aos domingos nas tabernas e, sobretudo nos parabéns aos noivos, na véspera e na noite da boda. Pela sua raridade, hoje em dia, já só quase é possível encontrá-lo apenas em ocasiões cerimoniais.

Até bem recentemente, apenas se ouvia tocar viola beiroa nas tradicionais danças da Lousa. É um instrumento difícil de tocar e há mais de 150 anos que não se construíam novas violas. Quase caiu em desuso. No entanto, e graças sobretudo à dedicação e esforço de Alísio Saraiva, um dos últimos tocadores da bandurra no território, o instrumento musical encontra-se em processo de renascimento. Depois de sete anos de formação de novos tocadores de viola beiroa, nasceu, em Castelo Branco, uma fábrica de construção desta guitarra. Reabilitou-se o instrumento com uma nova afinação mais apropriada a tocar a música tradicional da Beira Baixa, como forma de atrair mais jovens e pessoas para esta cultura musical. As violas estão a ser construídas em madeira de abeto, ideal para propagar o som. E são precisos seis meses para maturação dos materiais, no sentido de adequar a construção da viola ao som.



Alísio Saraiva tocando viola beiroa.



Ah! Que se Cha! de Tinalhas



Ah! que se chá de Tinalhas Alegrai-vos, alegrai-vos Oh! que aqui 'stão os três Reis Magos Os três Reis Magos são chegados Oh! seguida vem a guia Vamos cantar ao Rei Messias Oh! pela estrela guiados Há muitos anos havia Oh! que andavam aguardando O que a Virgem pariria Oh! porém não sabiam quando Pariria um menino Oh! que se chamaria Rei Ele Rei se chamaria Oh! filho da Virgem Maria Tinalhas, 5 de Novembro de 1950 1000 ex. - Tip. felile - C. Branco - 1-11-950

Fotos gentilmente cedidas por Mário Apolinário

Nada como recorrer a um dos mais completos compêndios dos usos e costumes das populações locais do nosso território rural - "Etnografia da Beira", de Jaime Lopes Dias, para descrever esta original e única festividade, numa altura em que a tradição era vivida de forma mais intensa:

"Na véspera do dia de Reis, a sineta da capela do Espírito Santo lembra aos moradores da aldeia - se algum o havia esquecido - que têm de repetir a tradição do Ah! Que se Cha! É por isso que velhos e novos, todos fiéis mantenedores de antigas usanças, terminados os trabalhos do campo, vão convergindo para o largo da Capela do Espírito Santo. Surge o tambor da confraria e vêm igualmente o bombo e os pratos da banda local. Junto do primeiro forma-se um grupo [o dos solteiros], em redor do último junta-se outro [o dos casados]. E, todos, descobertos e com a maior religiosidade e unção, através das ruas da povoação, começa o primeiro grupo a cantar com o acompanhamento do tambor, despicando o segundo grupo, acompanhado pelo bombo e pelos pratos:

Alegrai-vos, alegrai-vos / Oh! Que aqui estão, que aqui estão os três Reis Magos! // Os três Reis Magos são chegados / Oh! Em seguida, em seguida vêem a guia! // Vamos cantar ao Rei Messias / Oh! Pela estrela, pela estrela guiados! // Há muitos anos havia / Oh! Que andavam, que andavam aguardando! // O que a Virgem pariria, / Oh! Porém não, porém não sabiam quando! // Pariria um menino / Ah! Que se cha, que se chamaria Rei! // Ele Rei se chamaria / Oh! Filho da Virgem Maria!

Apareciam pelas varandas e janelas, candeias e candeeiros para alumiarem o cortejo. Enquanto se realiza a função e são percorridas as ruas, os mordomos e as pessoas mais gradas ou de maior devoção, mandam para a sacristia da capela, filhós, vinho e tremoços. A festa, bem religiosa na intenção e unção, bem pagã na forma, termina sempre na distribuição do vinho, das filhós e dos tremoços à porta da capela, a todos os devotos" (Dias, J. Lopes. 1955, III Vol. pp. 123).

É esta, em essência, a tradição que se mantém até à atualidade.

Também Mário Apolinário, da Banda Filarmónica de Tinalhas, descreve sumariamente a realização da festividade nos tempos atuais:

O Ah! Que Se Cha! é uma tradição secular única, com origem em Tinalhas, que é realizada todos os anos em véspera do dia de Reis (5 de Janeiro pelas 21 horas). Consta que teve as suas origens com a finalidade de reunir o povo nos tempos da pobreza, a fim de, em cortejo pagão, dar volta à povoação, passando pela porta das pessoas mais abastadas, cantando o Hino do Ah! Que Se Cha! ao som dos instrumentos da Filarmónica de



Tinalhas. As pessoas por sua vez retribuíam com vinho e filhós. O cortejo termina onde começou, ou seja, no Largo da Capela do Espírito Santo, onde os participantes e forasteiros no final se deliciam com as dádivas recolhidas no cortejo (filhós e vinho).

Esta tradição ainda hoje se mantém bem viva e cada vez mais participada, tanto por tinalhenses como por forasteiros.

De há uns anos a esta parte tem sido organizada pela Junta de Freguesia de Tinalhas, com a participação da SUMAGRE (Associação de Salvaguarda Patrimonial) e pela Sociedade Filarmónica de Tinalhas.

Tal como as fotos o indicam, na tarde do dia 5 de janeiro é colocada uma corda no sino da capela, onde os meninos à saída da escola o vão tocando para assim anunciar os festejos.

Pelas 21 horas, reúne-se o povo e começa o cortejo, com os solteiros à frente e os casados atrás, cantando o hino do Ah! Que Se Cha! ao desafio (começam os solteiros com um verso, respondem os casados com outro), e será assim até ao regresso ao Largo do Espírito Santo.

Também nas fotos se vê a divisão do grupo musical dos solteiros e dos casados, assim como o povo participante no evento. No final, todos confraternizam em ameno convívio.



Fotos gentilmente cedidas por Mário Apolinário





Bombos

O bombo é um tambor cilíndrico de grande dimensão, de som grave e seco. Em desfiles ou em fanfarras, o bombo é transportado à frente do peito, pendurado nos ombros por cintas de couro (talabarte) e, normalmente, é percutido em ambas as membranas, por duas macetas ou baquetas, uma em cada mão

Pode-se executar malabarismos com as macetas com cordas, que inclui bater a maceta do braço esquerdo na membrana direita do instrumento, passando o braço por cima do bombo. Também pode-se executar esse malabarismo com ambas as mãos.

O bombo é um instrumento musical muito característico da zona noroeste da Beira Interior Sul. Todas as manifestações religiosas ou de cariz popular o incluem na animação dos festejos.

Pela sua inegável importância na cultura tradicional das comunidades rurais destes territórios, resistem ainda alguns artesãos que o continuam a produzir em pequena escala, sempre em produção artesanal, apenas para encomendas de bandas filarmónicas locais, grupos de bombos, ou para particulares interessados em instrumentos musicais tradicionais.

Pai e filho — Augusto e David Mendes, construtores de bombos

















Sábado de Aleluia de Idanha-a-Nova

As comemorações pascais não são um exclusivo deste território. Um pouco por todo o país de católicos, a paixão e ressurreição de Cristo são assinaladas com rituais religiosos diversos de manifestação de fé e crença cristãs.

No entanto, importa assinalar aqui a comemoração do Sábado de Aleluia em Idanha -a-Nova pela peculiaridade e originalidade do cerimonial e pela franca adesão de participantes, que inundam a vila de habitantes e forasteiros neste dia.

O auge da festa assinala-se já de noite, finda a Missa da Aleluia, que se realiza pelas 21 horas. A multidão segue depois em ruidoso e alegre cortejo pela vila ao som da Filarmónica Idanhense. À banda juntam-se estridentes apitos e chocalhos, em jubilante alegria pela Ressurreição de Cristo. A procissão termina no adro da Igreja, que se enche de gente para ouvir cantar as Alvíssaras pela voz das adufeiras, ao compasso ritmado dos adufes. Segue-se o momento mais esperado por miúdos e igualmente apreciado por graúdos. Do alto da Torre Sineira, o pároco e os seus familiares lançam, à rebatina, inúmeros saquinhos de amêndoas que a todo o custo a assistência tenta alcançar.

Também a Junta de Freguesia dá o seu contributo para esta festa, com a organização de um convívio em que são ofertados pão e chouriço, regados com vinho tinto.

Ainda dentro da Igreja, e até à meia-noite, os Irmãos do Santíssimo encontram-se recolhidos em oração, apesar da festa ruidosa no exterior. Às 12 badaladas do relógio da Torre, os Irmãos do Santíssimo, silenciosamente, conduzem a imagem do Senhor jacente, acompanhados por um número reduzido de fiéis, até à Igreja da Misericórdia e colocam a imagem no camarim envidraçado do Altar-mor. A grande curiosidade deste ritual assenta no facto de a imagem sair da Igreja Matriz pela porta lateral e entrar na Igreja da Misericórdia também pela porta lateral, evitando, desta forma, a confusão da multidão em festa e conseguindo o resguardo e recato necessários para o rogo a Deus.







O S. João de Monforte da Beira

A festa conhecida como a Cavalgada Segundo São João decorre anualmente e durante dois dias – 23 e 24 de junho – em Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco, e tem um carácter especial único, diferenciado das restantes comemorações joaninas do país. É uma festa marcadamente pagã cujas raízes remontam aos finais do século XV. Por iniciativa de Jorge de Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, 60 colonos vindos de Herrera de Alcántara, em Espanha, fixaram-se numa granja da referida ordem, que mais tarde viria a ser Monforte da Beira, com foral concedido em 1533 por D. João III.

Assiste-se aqui, para além do cerimonial religioso, a uma pausa ritual da árdua labuta quotidiana, conduzindo a excessos e à transgressão de limites socialmente impostos. Representa igualmente o valor que os equídeos possuíam na economia local e que entretanto se perdeu.

A festa fica a encargo anualmente de uma só família e envolve entre 10 a 15 dias de trabalho. Uma das primeiras tarefas é a confeção dos bolos que hão-de ser distribuídos por todos aqueles que voluntariamente deram a sua contribuição para as despesas da festa.

No dia 23 de junho, por volta das 16 horas, a bandeira de S. João vem para a janela da casa do "alferes" que é quem nesse ano "dá" o S. João. A bandeira, recebeu-a do "alferes" do ano anterior e guardou-a durante um ano, em sua casa.

O alferes e os dois padrinhos – familiares – aparecem montados em boas éguas ou cavalos, dos próprios ou emprestados. Dão-se vivas ao S. João, ao povo de Monforte, aos padrinhos e ao alferes. Toda a gente participa. Todos batem palmas e uma dezena de mulheres toca adufes e entoa quadras ao S. João. Uma concertina acompanha-as e o resto da população também canta o refrão com elas:

Viva o S. João Baptista!

Viva o alferes novo!

Viva o alferes velho!

Vivam os padrinhos!

Viva o povo de Monforte!

Viva o belo acompanhamento!

Viva a bela sociedade!



Foto gentilmente cedida por Pedro Carteiro

Com o "S. João à janela", dá-se início a uma festa que durará 24 horas. Tendo por símbolo a bandeira, esta festa une toda a comunidade na partilha de bens e alimentos.

O festeiro tem um grupo de familiares e amigos a ajudar na tarefa da distribuição de comida e bebida a todos. Dá vinho e bolos aos que vêm dar vivas ao S. João e dá com gosto. Sabe-se, no entanto, que toda a gente da aldeia contribuiu para que a festa seja em grande, dando mantimentos e dinheiro. "Dá-se conforme a afeição que a gente tem pelo alferes e pela família", garantindo, assim, o sucesso da festa no que diz respeito à partilha.

Por volta das 21 horas desse mesmo dia 23, o povo volta a aglomerar-se junto à casa do "alferes" onde está a bandeira.

Vêm em burros, cavalos e éguas. Dezenas de burros, cavalos e éguas perfazem mais de uma centena de animais que, em grande desordem, aguardam em frente à janela do Santo.

A janela está bonita e iluminada. Dão-se os últimos retoques nos cavalos que devem estar enfeitados e coloridos.

Em Monforte tanto adultos como crianças montam cavalos e burros com perícia! Há grande algazarra! Os animais começam a impacientar-se e o vinho vai fazendo efeito nos que os montam. Há atropelos, correrias e exibição de artes equestres salpicadas por maliciosas destrezas.

Mas basta alguém começar a brandir a bandeira à janela para que os ânimos se acalmem. Uma rapariga rosada e forte agita-a fortemente e grita três vezes "Viva



o S. João", "Viva o Povo de Monforte", "Viva o Alferes!" e "Viva a Bela Sociedade". O Povo repete energicamente os vivas. E os cavalos agitam-se.

O alferes monta o seu cavalo e ostenta a bandeira. Dos lados perfilam-se os padrinhos; os que tiveram o privilégio de serem distinguidos pelo alferes, como seus amigos ou familiares mais íntimos, para ocuparem aqueles lugares no cortejo.

Às 22 horas todos estão a postos. Repetem-se os habituais "Vivas" e começa a cavalgada! A galope percorrem as ruas de Monforte. A galope até que o inesperado e a surpresa os obrigue a estancar frente a enormes fogueiras que se acendem pelas ruas. Assim "agarra-se" o S. João! Obrigam-se os cavalos a saltar ou a evitar a fogueira.

Atrás dos cavalos correm os miúdos. À frente dos cavalos escapam-se os que acendem as fogueiras inesperadamente com rosmaninho, caruma e arbustos secos. No ar sobem as faúlhas e um cheiro a fumo perfumado. A aldeia enche-se de vida na noite iluminada pelas chamas das fogueiras.

Já tarde juntam-se, de novo, ao pé da casa do "alferes". Nova distribuição de vinho e bolos dá mais energia a cavalos e cavaleiros. Começa o arraial até altas horas e continua o convívio. Também aqui marcam presença as gaitas e os adufes.

No dia seguinte, dia de S. João, pelas 9 da manhã, perfilam-se, de novo, cavalos e cavaleiros para, juntamente com o "alferes", percorrerem as ruas, agora à luz do dia. As pessoas recebem o cortejo à porta, dando esmolas e atando fitas à bandeira de S. João. Estas dádivas são promessas, e igualmente uma forma de ajudar à festa.

Depois da missa do meio-dia, o alferes dá uma farta refeição ao alferes velho, a amigos e familiares. Serve-se de tudo e com muita fartura. Fica caro fazer esta festa, dizem, mas ninguém perde com ela porque o povo dá tantos alimentos e dinheiro, que o "alferes" ainda fica a ganhar.

À tarde, a festa atinge o auge com uma empolgante e participada corrida de cavalos. Habitantes e forasteiros, a pé, de carro ou a cavalo, dirigem-se para a Devesa, um enorme terreiro que, nos arrabaldes, serve de pista à corrida.

Os mirones acotovelam-se e incitam os mais afoitos a iniciarem as corridas que se fazem em pares de dois, a cavalo, de burro e até a pé. Cada um procura um adversário que não lhe custe muito a vencer, mas também ninguém quer passar pela vergonha de vencer, sem dificuldade. Outros procuram, propositadamente, o adversário com quem querem ajustar contas e não se poupam a grandes esforços para o vencer.

A população aplaude, faz apostas e elege os maiores da corrida. Além deste reconhecimento público, cada vencedor ganha um galo por cada corrida vencida. Quantos mais galos trazem, mais valentes são!

São João Baptista

Ai! Ó meu S. João Baptista Ai! Ó meu Baptista João Ai! Tu és o meu oratório Ai! Aonde eu faço oração

Coro

Diga lá menina donde vem, donde vem
Diga lá menina quantos anos tem
Diga lá menina donde vem, donde vinha
Diga lá menina, quantos anos tinha
Ai! Que cavaleiro é aquele
Ai! Que vem de cavalo branco
Ai! É o S. João Baptista
Ai! Que vem descobrir o campo

Coro

Diga lá menina donde vem, donde vem Diga lá menina quantos anos tem Diga lá menina donde vem, donde vinha Diga lá menina, quantos anos tinha

Ai! S. João adormeceu Ai! Aos três dias acordou Ai! Acorda João, acorda Ai! Que o teu dia já passou

Coro

Diga lá menina donde vem, donde vem Diga lá menina quantos anos tem Diga lá menina donde vem, donde vinha Diga lá menina, quantos anos tinha

Ai! Hei-de ir ao S. João Ai! Hei-de ir se lá for Ai! A pé ou a cavalo Ai! Nos braços do meu amor

Core

Diga lá menina donde vem, donde vem Diga lá menina quantos anos tem Diga lá menina donde vai, donde vem Diga lá menina, quantos anos tem

Ai! S. João à minha porta Ai! Não tenho nada para lhe dar Ai! Dar-lhe-ei uma cadeirinha Ai! Para ele se sentar

Coro

Diga lá menina donde vem, donde vem Diga lá menina quantos anos tem Diga lá menina donde vem, donde vinha Diga lá menina, quantos anos tinha



Foto gentilmente cedida por Pedro Carteiro

Ai! Naquela relvinha verde Ai! Foi a minha perdição Ai! Perdi lá um anel de ouro Ai! Na manhã de S. João

Coro

Diga lá menina donde vem, donde vem Diga lá menina quantos anos tem Diga lá menina donde vem, donde vinha Diga lá menina, quantos anos tinha

Ai! Quando o S. João se viu Ai! No deserto a dar fogo Ai! Levantou os olhos ao céu Ai! Jesus, que eu morro

Cantiga tradicional de Monforte da Beira Recolhida pelo Grupo de Cantares de Monforte da Beira A festa acaba quando o "alferes" entrega a bandeira àquele que irá "dar o S. João" no ano seguinte. Dão-se vivas ao novo alferes e agradece-se ao alferes velho!

Rebuscando nos muitos rituais que se fazem no país, aquando das festas de São João, encontram-se vestígios de símbolos que nos remetem para o culto ao sol. Monforte da Beira é disso um exemplo. O galo é um símbolo solar. No final do segundo dia de festas, fazem-se as corridas de cavalos, cujos vencedores recebem um galo.

Tempos houve em que as disputas para alferes levavam ao rasgar da bandeira, pau para um lado e pano para o outro. Atualmente, a passagem de testemunho é pacífica. Há uma extensa lista de pretendentes a alferes que dará para muitos anos e respeita-se a ordem de chegada.

Adaptado do blogue "As coisas são como são" www.ascoisassaocomosao.blogspot.pt



Festa da Divina Santa Cruz de Monsanto

3 de maio. Todos os anos se celebra a data em Monsanto, no concelho de Idanha -a-Nova, em homenagem a uma heroica resistência da população local a um cerco. Não há consenso sobre a origem da celebração, pelo que as teorias se multiplicam sobretudo quanto à temporalização do evento. Originalmente, uma tradição profana ligada ao ciclo da Primavera foi cristianizada e associada ao lendário cerco do castelo da aldeia, pelas tropas do pretor Lúcio Emílio Paulo, nos finais do século II a.C. Outras versões apontam para um ataque dos mouros em 1230. Outras ainda remontam às lutas com Castela. Certo é a existência do cerco e a resistência da população local durante sete longos anos. Os inimigos sitiantes procuravam vencer pela fome os defensores do castelo. Intramuros restavam apenas uma vitela magra e um alqueire de trigo. Uma das mulheres sugeriu então um estratagema desesperado para iludir o inimigo: alimentar a vitela com o último trigo, lançando-a com alarde por sobre os muros do castelo, na direção dos sitiantes. Assim o fizeram. Despedaçando-se contra as rochas, do ventre da vitela espalhou-se o trigo, abundantemente. Com essa manobra, o inimigo entendeu que os defensores ainda se encontravam milagrosamente providos de alimento, protegidos pela providência divina. Desesperançados e tementes a uma qualquer intervenção sobrenatural, os inimigos levantaram o cerco e retiraram-se da região.

O episódio é atribuído ao dia da Santa Cruz, e é igualmente conhecido por Festival do Castelo. Nesta data, anualmente, as mulheres de Monsanto trajam com as suas melhores roupas e, ao som de adufes e canções populares, agitando marafonas (bonecas coloridas com armação em cruz), algumas com potes caiados de branco, decorados e cheios de flores à cabeça, partem da povoação em direção ao castelo. No interior do castelo, os habitantes da aldeia, empoleirados no alto das muralhas, lançam os potes brancos, simbolizando a vitela, em direção ao exterior, revivendo simbolicamente o episódio da salvação da vila.

Também as marafonas fazem parte da tradição de Monsanto na Festa da Divina Santa Cruz. Segundo a lenda do cerco, estas bonecas desempenharam um papel relevante na desistência da armada inimiga. Quando Monsanto se encontrava cercada pelo povo hostil, alguns dos seus habitantes decidiram fazer umas bonecas e pô-las a dançar nas ameias do castelo, perpassando a ideia de que estavam bem e felizes. Os inimigos ao ver as bonecas, decidiram levantar o cerco.











Os Bodos

O Bodo de Monfortinho A origem

O motivo da realização da festa não será nada alheio a quem habita por terras raianas. Lá num tempo já longínquo, corria o ano de 1877, uma praga de gafanhotos dizimou os campos e searas da região. Monfortinho também não escapou à calamidade. Um pouco por toda a Beira Interior Sul, a população, sobretudo agricultores, recorreu aos seus santinhos mais devotos e fez pedidos de grande fervor que acabaram por ser atendidos. Ainda hoje, como agradecimento pelo milagre prestado, se comemoram anualmente festividades religiosas em honra de virgens e santos, um pouco por todo o território. Em Monfortinho, as honras são concedidas a Nossa Senhora da Consolação, através da realização de um bodo ofertado a todos os forasteiros que visitassem a freguesia na segunda-feira de Páscoa. Foi assim até 1905, ano em que Salvaterra do Extremo, atendendo às reclamações dos mais idosos devido à longa distância que os separava de Monfortinho, decidiu realizar o seu próprio bodo no mesmo dia. Por opção, Monfortinho alterou, a partir de então, a data do bodo para o décimo dia depois da Páscoa.

A originalidade

O popular festejo ancestral tem, na sua essência, um caráter especial, que o distingue das demais manifestações religiosas congéneres. O bodo é a celebração da comida e da sobrevivência, assente na dádiva ao próximo, na partilha de bens, na união e na entreajuda de toda uma comunidade. São nomeados anualmente seis festeiros, mas que poderão contar com a pronta disponibilidade do povo da aldeia. Para conseguir angariar dinheiro para a realização da festa, os mordomos fazem peditórios pela localidade e pelas freguesias vizinhas. Quando não há dinheiro para doar, há sempre os produtos frescos da horta que depois podem ser vendidos. "Há pessoas que vivem muito mal, mas que passam o ano a guardar dinheiro para dar à festa. E quando não podem mesmo, arranjam sempre outras formas de dar o seu contributo. As pessoas são muito devotas a esta santa; tanto os mais idosos como os jovens dão tudo de si para que esta tradição nunca termine", explica Florença Poças, antiga festeira. O restante montante necessário é conseguido através do esforço dos festeiros na procura de patrocínios, através da receita obtida na realização de outras festas ao







longo do ano e apoio do município. O espírito de solidariedade desta comemoração assume contornos ainda mais evidentes quando não esquece os mais necessitados. "Nós não servimos a comida apenas no recinto. Há muita gente doente, acamada ou viúva na freguesia. Então os festeiros novos e velhos reúnem-se e vão distribuir a comida a casa dessas pessoas. Já estão à espera de nos ver e receber. Eu sinto que estou a fazer uma coisa realmente importante pelas pessoas de Monfortinho, pelo bem da comunidade", acrescenta Florenca.

A festa passo a passo

A festa inclui procissão, missa, animação musical, feira/mercado, concurso de tiro ao prato, e comida e bebida para todos os habitantes e forasteiros durante três dias. Tem início na segunda-feira com a confeção de bolos, que são posteriormente divididos por toda a população da freguesia. Na terça à tarde, ou quarta de manhã, traz-se o gado do matadouro e as pessoas do povo vêm ajudar a partir a carne. Na quarta, à noite, já é servida comida aos habitantes – prova dos rins, fígado e mioleira. A quinta-feira é destinada à festa principal, dias dos forasteiros. Tem lugar a procissão às 11 horas, acompanhada de banda filarmónica. A sexta-feira é o dia do povo, onde as pessoas de Monfortinho se juntam à mesa para comemorar a festa. Nesse dia, para além do almoço e jantar, há também a caldeira – os festeiros desse ano e os que foram nomeados para o ano seguinte saem pelas ruas com uma caldeira de vinho e de carne para distribuírem por toda a aldeia. Junto vai um acordeonista e todos cantam cantigas tradicionais.

Curiosidades

- Em anos dificeis, cuja realização do bodo esteja comprometida pela falta de dinheiro, os homens da freguesia saem à rua com uma colcha pendurada num prego, percorrem as ruas das aldeias e as pessoas vão atirando notas para cima da colcha.
- São usados cerca de 2000 quilos de carne e 1000 litros de vinhos na preparação das refeições.
- São contratadas 10 mulheres para ajudar na preparação e limpeza da festa, um cozinheiro e um ajudante de cozinha.
- A festa recebe anualmente entre 3000 a 5000 pessoas só na quinta-feira, dia dos forasteiros.
- Vêm excursões de Espanha, de Fátima e de outros locais do país.
- São esperadas pessoas do Algarve a Lisboa, que beneficiam dos pacotes especiais que os hotéis oferecem para esta festa.
- Ainda hoje se usa a expressão "O bodo a quem tocar tem dentes de coelho", que significa que os festeiros que forem nomeados vão ter muito trabalho ao longo do ano na preparação da festa.

Cântico:

Virgem da Consolação Que estais virada para o Norte Foste vós que nos livrastes Da praga dos gafanhotos

Nossa Senhora ouviu Tanta tanta devoção Morreram os gafanhotos E toda a gente comeu pão

Quando vimos tanta gente Ai que não chega a comida A festa já tem 100 anos E sempre sobra comida

De joelhos com mãos postas Pediram com devoção Levantai-nos esta praga Virgem da Consolação

Prometeram-lhe uma festa Os velhos de Monfortinho Dar de comer a quem vem Sopa, carne, pão e vinho



O Bodo de Salvaterra do Extremo

À semelhança de Monfortinho, também Salvaterra do Extremo presta devoção a Nossa Senhora da Consolação e realiza o seu bodo, ininterruptamente desde 1905, na segunda-feira de Páscoa. A partir desta data, os moradores de Salvaterra do Extremo passaram a fazer a festa e o bodo em honra de Nossa Senhora da Consolação nas imediações da aldeia, no Sítio da Devesa, onde reconstruíram a capela do Senhor da Pedra como invocação à Virgem Mãe, pelo que deixaram de se deslocar a Monfortinho para a celebração do bodo e passaram a realizar a sua própria oferenda.

O motivo de realização é já conhecido e a ancestral promessa é paga anualmente com esta festa de abundância e alegria. Há missa e procissão em honra da divindade que os libertou da praga. Depois, as cerimónias religiosas dão lugar à festa e ao repasto. No recinto do bodo são servidos gratuitamente pratos típicos de borrego e vinho à descrição para todos quantos queiram participar na festividade. São normalmente habitantes da aldeia e da região, e espanhóis, que compõem as centenas de visitantes desta festa peculiar do concelho de Idanha-a-Nova.











Receitas do bodo

Ensopado de cabra e acompanhamento Ingredientes:

- 3 sacos de grão, 10 Kg cada
- 4 arrobas de arroz
- 70 cabras para o dia da festa
- 20 cabras para o último dia da festa
- 240 pães para os 3 dias de festa
- 600 litros de vinho
- Azeite q.b
- Massa cotovelo q.b.
- Vinho branco
- Massa pimentão vermelho
- \bullet Alho
- \bullet Louro
- Sal
- C-1-
- Ovos (o número de ovos depende da quantidade de gaspacho que se vai fazer)
- Toucinho q.b.

Modo de preparação

Colocar 7 copos de tamanho pequeno de azeite na panela, colocar o alho e um pedaço de louro. Colocar a carne e juntar a massa pimentão, regar com vinho branco e deitar umas folhas de salsa. Temperar com sal e deixar cozer nas panelas de ferro.

Observações:

- A cozinheira n\u00e4o juntava cebola ao cozido, porque esta tirava o sabor ao ensobado
- O ensopado e a sopa são cozinhados em 80 panelas de ferro e em plena rua da aldeia.

Arroz com carne:

O arroz é cozido à parte com azeite e pedaços de carne de cabra.

Sopa:

Juntar o grão, azeite, sal, folha de louro, um pedaço de toucinho e água. Depois de cozido o grão, juntar a massa cotovelo e deixar cozer a massa. Depois de cozido, é só servir a sopa.

Nota: Para a realização desta receita não há quantidades exatas, uma vez que depende das ofertas do povo e do dinheiro angariado pelos festeiros em cada ano. No entanto, é de referir que se trata sempre de grandes quantidades, pelo desconhecimento do número certo de visitantes durante os vários dias da festa. As quantidades apresentadas são um número estimado pela cozinheira que facultou as receitas.

Agradecemos a amabilidade de Isabel Rosa Lúzio, 90 anos de idade — cozinheira do bodo de Monfortinho ao longo de 70 anos consecutivos -, pela cedência das receitas.



Os bodos, para além de secular manifestação de fé fervorosa e intacta no decorrer das gerações das comunidades rurais, são como que uma espécie de evidência do carácter especial das almas beirãs. Há um brio de inegável hospitalidade no bem receber destas gentes raianas e humildes, vincado no seu carácter sofrido e labutador, mas de candura inigualável na hora de abrir a porta de sua casa. De que é feita esta natureza original, que brota do ventre da terra, ora rígida, inabalável às asperezas da vida, ora generosa, refulgente no ser e no agir, como de um metal valioso se tratasse?

Ementa:

Quarta-feira: prova de rins, figado e mioleira para o povo de Monfortinho.

Quinta-feira: sopa de grão e canja, ensopado de cabra, arroz com carne para os forasteiros. Sexta-feira: sopa de grão e canja, ensopado de cabra, arroz com carne para os habitantes.

Sábado: gaspacho para as senhoras que ajudaram na preparação e limpeza da festa.























À porta de cada uma das aldeias da Beira Interior Sul, estaque o passo. E absorva as histórias que cada personagem tem para lhe contar. E cantar. O tempo é marcado ainda pelo velhinho sino que encima a torre da Igreja. Condena demoras a quem já deixou de esperar e fia memórias embaciadas em restos de cantigas e melodias. Escute o que as nossas gentes têm para lhe dizer. Elas são os resquícios vivos da sua própria história. Sim, sua. E de todos nós. Aquela história que a sua cidade abafa em ruído, estrangulando os mistérios da essência humana. Aquela que nos deixa mais perto de quem somos e para onde caminhamos.

Todas as atividades humanas se vestem da música com que se fazem. O latoeiro magoa o ferro até lhe dar forma, em cadência rítmica do malhar. Não há golpe que desfira fora do compasso. E o tear urde, em rigorosa métrica sonora, os entrelaçados fios da trama do viver. O enredo é complexo e exige a austera exatidão de um compasso musical para a meticulosa construção da teia têxtil.

E que fazia quem, debaixo do sol da canícula, se desfazia em suados trabalhos? Ou quem aquecia em labutas para enganar o frio das entrincheiradas invernias da Raia? Cantava. Parte significativa do grande repertório musical popular da Beira Interior Sul reflete as asperezas da vida campestre suavizadas em canções para o aconchego das almas. Vamos conhecê-las e aos oficios que lhes deram vida.







O linho - propriedades e sua cultura

"Benditos sejam os campos Que dão o linho sagrado Onde Sexta-feira Santa Está Jesus amortalhado"

"Etnografia da Beira", volume I, Jaime Lopes Dias

O linho é uma planta herbácea. Atinge um metro de altura e pertence à família das lináceas. Abrange um certo número de subespécies, integradas por botânicos com o nome *Linum usitatissimum L*. Compõe-se basicamente de uma substância fibrosa, da qual se extraem as fibras longas para a fabricação de tecidos e de uma substância lenhosa. Produz sementes oleaginosas e a sua farinha é utilizada para cataplasmas de papas, para fins medicinais.

De maneira geral, esta planta adapta-se a qualquer clima, preferindo, no entanto, os terrenos silico-argilosos, de solo profundo, de consistências médias, frescas e permeáveis à água. A preparação da terra para a sementeira – vessada -, e as regas exigem cuidados específicos. Semeá-lo uma semana antes ou uma semana mais tarde não é indiferente, bem como é de tradição dar-lhe nove águas, ou sete regas, consoante chove mais, ou menos. Escolher o dia para o arranque é também algo a ter em conta, uma vez que este é ditado pelo estado de amadurecimento da cápsula – baganha.



Maria Jorge, Padrão

$Cada\ dia\ se\ faz...$

Cada dia se faz alçando a pedra ao cume da montanha, ingloriamente o corpo esfacelado ao alto leva

aquele peso enorme, de repente

ralando para baixo p'ra que s'erga de novo até ao alto, e outra vez e sempre, o suor escorrendo-me disperso por todo o corpo confundindo a mente.

E é este o meu diário repetido com gestos com sentido mas inúteis como se fossem ferro de castigo.

A pedra mais parece algo de fútil neste jogo que ainda não perdido porém nada me mostra de seguro.

> In "Sonetos do Interregno" de António Forte Salvado, 2013



Em Portugal, destacam-se duas qualidades de linho:

Linho galego – para este tipo de linho reservam-se os melhores terrenos e preferentemente aqueles que podiam ser regados com regularidade. Semeia-se em abril, ou primeiros dias de maio, e colhe-se em junho. A produção deste tipo de linho era mais comum nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real e Guarda.

Linho mourisco – Este tipo de linho é pouco exigente e sensível à qualidade dos terrenos. Adapta-se a terrenos muito pobres. A produção deste tipo de linho era frequente nos distritos a sul do Tejo, e ainda nos de Bragança, Santarém e Castelo Branco. Semeia-se em outubro/novembro e colhe-se em maio.

> "Nasce o linho dentro d'água Anda sempre regadinho Assim meus olhos com mágoa Parecem irmãos do linho"

> > "Etnografia da Beira", volume I, de Jaime Lopes Dias

O linho é 100 % biodegradável, antibacteriano, antifungicida, de baixa elasticidade, não deforma facilmente, não causa irritações na pele nem alergias, é altamente resistente, possui proteção UV, favorece o sono, auxilia no tratamento de limpeza de pele, além de ser ideal para enfrentar altas temperaturas. As sementes de linhaça moídas em pó ajudam a regular o funcionamento intestinal e a controlar o colesterol. Tradicionalmente, as sementes de linhaça são igualmente usadas em cataplasmas para as inflamações das vias respiratórias.

O linho na História

O linho é provavelmente a planta de uso têxtil mais antiga do Mundo. Segundo se supõe, a sua existência já era conhecida no Neolítico e cultivou-se, posteriormente, na zona mediterrânica. Não existem dados exatos sobre quando e onde, pela primeira vez, o Homem começou a utilizar as fibras do linho para confecionar tecido. No entanto, há registos no Egito de vestígios de tecido de linho que datam de cerca de 5000 a.C. Na Península Ibérica, e concretamente no território que viria a ser Portugal, foram encontrados vestígios, não só de tecido de linho, como também de sementes da planta de linho, que datam de 2000 e 2500 a.C., respetivamente.

Mas é com a dominação de Roma e a instauração da pax romana (paz romana) na Península que o cultivo e o emprego têxtil do linho se desenvolveram verdadeiramente, assim como as indústrias caseiras da fiação e da tecelagem.











Ao longo da Idade Média, a produção de linho e a importância deste tipo de produção aumentam, a ponto de o pagamento de rendas ser muitas vezes efetuado com o linho produzido.

Em Portugal, encontravam-se atividades linheiras por todo o país, sempre com natureza caseira e artesanal, individual e dispersa. Apesar disso, já no século XVI existiam regiões do país onde estas atividades se adensavam.

Surge o aparecimento da fiação mecânica do linho e a introdução dos primeiros teares mecânicos, nos inícios e meados do século XIX. A industrialização da tecelagem do linho fez-se então exclusivamente com ramas importadas do estrangeiro.

À introdução dos teares mecânicos correspondeu um aumento da importação de linho em fio. Esta decadência na produção de linho agrava-se com a generalização do algodão como a mais importante e quase única fibra têxtil para tecidos correntes e baratos e a consequente instauração, entre nós, da indústria algodoeira.

O linho de produção e utilização caseiras, fechado no seu ciclo restrito tradicional, não conseguiu fazer frente à concorrência do algodão e a sua extinção aproxima-se.

A cultura do linho, para além de constituir um valioso recurso, cuja utilização ia do vestuário à medicina e culinária, ocupava um lugar de destaque na vida social e cultural de cada comunidade, uma vez que a sua produção estava envolta em ritos e lendas, que ainda fazem parte da memória coletiva das suas gentes.

Harmonizando o saber antigo, conservado nos gestos repetidos ao longo de gerações, com os novos caminhos da atualidade, a produção de trabalhos em linho representa um importante e valioso património cultural que luta pela sobrevivência, com o aparecimento de tecidos modernos e de mais práticas e lucrativas formas de confeção.



Ciclo do linho ou "as voltas que o linho dá"

"As voltas que o linho leva até chegar ao tear! É de tanta nobreza Que só ele cobre o altar!"

> Retirado do livro "Bailado de Sonho – as voltas do linho", de Lopes Marcelo, pág. 56

1. Sementeira e monda

No caso do linho mourisco, espécie que se dá na Beira Interior Sul, deve semear-se no fim do outono, já quase inverno. O linho precisa de água, pelo que o terreno a escolher deve ser direito e húmido. Nos anos mais secos, pode ser necessário regar o campo de linho por alagamento, em que a água entra lentamente e acaba por cobrir todo o terreno. No início da primavera, é hora de mondar o linho, assim como os cereais, libertando-o das ervas daninhas.

"Mondadeiras do meu linho Não há dinheiro que pague
Mondai o meu linho bem A filha do lavrador,
Não olheis para o caminho, Anda ao sol e anda ao vento
Que a merenda logo vem! Sempre traz a mesma cor!

Meu pai, tomei-me de amor

Oh filha, diz-me com quem,

Meu pai foi com um lavrador

Oh Filha fizeste bem!

Adeus campos da ribeira

Da ribeira para lá,

Os campos parecem flores

Quando o meu amor lá está"

Cancioneiro Popular

2. Arranque ou arrinca

"Não colher o linho verde Deixai-o embaganhar, Que a baganha tem semente Pra tornar a semear!"

> "Etnografia da Beira", volume I, de Jaime Lopes Dias

A colheita é manual, arrancada pela raiz, a fim de se aproveitar todo o comprimento dos caules, formando-se em mancheias (pequenos molhos) com a parte da semente virada para o mesmo lado. Inicia-se quando o talo está amarelo-maduro, ou seja, quando o terço inferior do talo se encontra amarelo e ele está perfeitamente redondo por fora.









3. Ripagem do linho

As plantas arrancadas trazem ainda a baganha, que é preciso separar do caule. Esta operação é realizada com as ripeiras ou ripanços, que podem ser de vários tamanhos e tipos. Estes instrumentos são colocados em cima de carros de bois ou presos nos cabeçalhos dos carros. Vários homens trabalham nesta fase, passando as manadas de linho pelos dentes do ripeiro, de forma a tirar-lhes a "baganha". Esta guarda-se em sacos depois de joeirada. Esta operação também pode ser feita com a ripança. Com pancadas verticais, faz-se passar por entre os dentes da ripança o topo das plantas. As cápsulas, bem fechadas e rijas, saltam para o chão.

4. Após a ripagem

A baganha é colocada ao sol para sair a semente que é guardada para semear no próximo ano. Após ripado, fazem-se molhos que se colocam num poço de água durante 15 dias. Tiram-se da água e são secos durante três dias. Tornam-se a demolhar os molhos durante mais 15 dias e secam-se novamente. Esta operação consiste na dissociação dos cimentos péptidos e hemicelulósicos que ligam os feixes fibrosos entre si, sendo efetuada por microrganismos (fungos e bactérias) em anaerobiose.

5. Enriar

As manadas de linho já ripado são apertadas em molhos e levadas para o rio, para fazer o curtimento. O linho é submerso na água, durante seis a oito dias, com o objetivo de separar as partes lenhosas do caule das fibras que vão ser utilizadas como têxteis.

6. Secar

Quando o linho está pronto, é retirado do rio e colocado a secar ao sol. Dispõe-se em molhadas e aí permanece perto de 15 dias.

7. Maçar

Após a secagem, segue-se o maçar, que consiste em separar as fibras lenhosas das fibras têxteis, ou seja, retirar a casca do linho. Esta operação é efetuada com uma maça de madeira numa pedra lisa.

8. Macerar ou moer

O linho é moído num engenho formado por um tambor rotativo canelado em que se engrena uma série de roletas, também caneladas, dispostas à sua volta. Este engenho era movido por tração animal. O linho é disposto em camadas, de forma a cobrir completamente o tambor e, depois de um lado, é virado e moído do outro. De seguida é retirado e disposto em molhos.

9. Tascar

"Tascadeiras do meu linho Ai, Ai, tascai o meu linho bem, Não olheis para o caminho Ai, ai, que a merenda já lá vem"

Cancioneiro Popular

Esta é a fase que faz a separação da parte lenhosa do linho, popularmente designada por tasco, da parte fibrosa (têx-til). Para tal, utiliza-se a tasca, um instrumento de madeira









composto por duas partes: uma fixa, que serve de base, e outra móvel. Coloca-se o linho entre as duas partes e expõe-se a fibra a golpes sucessivos, como se de um processo de mastigação se tratasse. Convém ir virando o linho para que este fique bem triturado com o batimento da tasca.

topas apresentam sempre muitas arestas, que são os restos das palhas que ficam aderentes. A estopa, antes de ser fiada, tem de se submeter a outra operação. Em manadas, a estopa é passada no restelo, uma espécie de pente largo de madeira com dentes de aço grandes e pontiagudos. Depois de penteada, a estopa está pronta a ser fiada.

10. Espadelagem

"Linho fino espadelado
Quem te me dera fiar,
P'ra camisa de noivado
P'ra renda do meu colar
A espadela grama o linho
E no campo nasce a grama
De cicuta uma grama basta
Para levar a gente à cama"

Cancioneiro Popular

Ao sair do engenho, a parte lenhosa do linho vem partida, sendo necessário retirá-la, bem como as partes mais grosseiras do linho. Nesta fase, o linho é batido com um cutelo de madeira, chamado espadela, em cima de uma tábua, chamada espadeladouro. A espadelagem também é designada em algumas localidades por tascar o linho. Consiste em limpar o linho batendo de raspão com a espadana de encontro a um cortiço. A espadana tem a forma de um cutelo.

11. Assedar

Após limpar as impurezas, as fibras são separadas por cumprimentos e espessuras. As mais longas e finas formam o linho. As mais curtas e grosseiras, a estopa. Para isso, usam--se os sedeiros, instrumentos com dentes de aço finos e serrados, nos quais se passam as estrigas de linho. As es-

12. Fiação e Ensarilhar

"Serões da aldeia,
Dessas casas tão branquinhas
Junto à lareira nas rocas
Fiam velhinhas,
E as raparigas
Com os seus dedos delicados
Vão fazendo lindas rendas
Que guardam para os seus noivados"

Cancioneiro Popular

A operação seguinte é a fiação de linho com uma roca. A fiação é uma operação que consiste em produzir, por torção das fibras têxteis, um cilindro de comprimento ilimitado que se designa por fio. Este deve apresentar em todo o seu comprimento o mesmo aspeto e a mesma resistência. A utilização da roca exige que a operadora seja bastante hábil, uma vez que requer grande perícia manual. Faz-se primeiramente uma pasta com as fibras do linho e depois, em movimento lento, enrolam-se as fibras até ficarmos com uma maçaroca que prende com um fio para dar pressão. A seguir, e humedecendo sempre o dedo, tradicionalmente em saliva, para evitar o apodrecimento dos tecidos, forma-se um fio que deve ser torcido uniformemente e que será depois enrolado ao fuso. Logo



Ricardo Martinho, Cebolais de Cima

que se disponha de uma porção bastante grande de fio, este é retirado do fuso e o novelo assim obtido passa para o sarilho. No sarilho, serão obtidas as meadas.

13. Branqueamento

Depois das meadas feitas, colocam-se na barrela para corar. Após quatro dias de cora, põem-se a secar e, posteriormente, vão para a dobadoura para fazer os novelos. Os novelos vão para a urdideira e daí para o tear.

14. Barrelar

Antes de dobrar e tecer as meadas é necessário branqueá -las. As meadas são embebidas em água com cinza dissolvida (esta cinza é obtida de madeira escolhida, como: casca de pinheiro, vide, oliveira, peneirada para não deixar passar os carvões). Cozem-se as meadas no lume dentro de potes de ferro, juntamente com cinza e sabão. Fica a ferver o dia todo, juntando-se mais água sempre que preciso, para manter as meadas cobertas. No dia seguinte, retiram-se, deixando arrefecer, e lavam-se. Seguidamente, colocam-se as meadas num barreleiro e cobrem-se com um pano. Vai-se deitando água a ferver e mantém-se o barreleiro quente durante vários dias. As meadas são depois novamente lavadas e postas a corar, repetindo-se a barrela e a cora alternadamente várias vezes. Finalmente, põem-se a secar em paus ou arames e, quando secas, enrolam-se sobre si e guardam-se até serem dobradas.

15. Dobar e tecer

"Esta noite, lá na minha aldeia Todos dormem só eu acordada Doba, doba, dobadeira, doba Não me enrices a meada.

Não me enrices a meada
Não me enrices o novelo
Doba, doba, dobadeira, doba
As tranças do meu cabelo.
As tranças do meu cabelo
As tranças da minha amada
Doba, doba, dobadeira, doba
Não me enrices a meada."

Cancioneiro Popular

Esta operação consiste em dobrar o fio das meadas para novelos, utilizando-se para isso a dobadoura. Temos, nesta fase, o fio pronto para fazer a urdidura da tela e o fio da trama. É então tecido num tear manual.

16. Urdidura

Consiste na preparação dos fios de teia para serem colocados no tear. Quando os novelos estão prontos para urdir são postos no noveleiro. Os fios passam através dos orifícios da espadilha, dando-se um nó nos seus extremos, e de seguida passam para a urdideira, espécie de dobadoira gigante com um grupo de tornos em cima, chamados "tornos da cruz do tear", e em baixo, os "tornos da cruz dos cadilhos".



Ti Domingos Borrega, Cebolais de Cima

Desfiando memórias sobre o linho...

"Lembro-me de todas as fases do ciclo do linho, mas só me lembro de participar quando arrancávamos e mondávamos o linho. Lembro-me da minha mãe fiar com as minhas irmãs nos serões. As vizinhas juntavam-se à noite à volta da fogueira para fiar, cantavam-se lindas cantigas e belas histórias" – Benvinda, Almaceda

"Lembro-me de pequena ir com os meus pais para o monte. Íamos no carro de vacas e na terra faziam-se sementeiras de trigo, centeio, cevada e linho. O linho era semeado nas terras mais molhadas — lodeiros. As pessoas, nestes momentos, cantavam cantigas, como a do São João: São João, para ver as moças, nem amigo nem amado" — Maria Jorge, Padrão.

"A história do linho contada à minha maneira: A minha mãe produzia linho. Recordo-me desse tempo que me traz muitas saudades, apesar de eu ser muito nova nessa altura. Eu ajudava a minha mãe em certas tarefas, como andar em frente dos bois para o meu pai lavrar a terra, ajudava a espalhar o estrume, mondava o linho, mas não gostava deste trabalho. Quando arrancávamos o linho, o que eu mais gostava era de pegar na baganha para fazer colares, pulseiras e outras brincadeiras. Recordo-me da única boneca que tive, foi feita pelas vizinhas da minha mãe, que vinham para fiar o linho à noite, ao serão. Recordo-me também de umas cantigas: Ó luar da meia-noite alumia cá para baixo, que eu perdi o meu amor e às escuras não o acho / O meu amor disse que vinha antes da lua nascer, ó lua que vais tão alta e meu amor sem aparecer" — Maria do Céu, Almaceda.

"Lembro-me que, quando arrancava o linho, era muito engraçado. Como era um trabalho mais de mulheres, as vizinhas juntavam-se todas. Então cantavam, contavam anedotas e o tempo não custava a passar. E, no fim, havia sempre um lanche melhorado. A lavagem do linho era uma autêntica brincadeira; no fim havia sempre o banho da praxe. Isto para nós, os mais pequenitos" — Esmeralda, Almaceda

"Após semear e apanhar o linho, tirávamos a baganha com os vizinhos. Esta tarefa era seguida de umas belas papas de carolo... Depois, seguia-se o alagamento, o maçar que era tarefa de homens, e o tascar que era feito pelas mulheres. De vez em quando, interrompíamos o trabalho para comermos umas "velhós" com mel. A parte que eu mais gosto é a de tecer, que ainda hoje faço" — Crisálida Jorge, Padrão







Caminhando pela zona antiga da cidade de Castelo Branco, bem perto do edifício da Junta de Freguesia, no Largo do Espírito Santo, o ouvido conduz-nos à entrada de uma oficina. No interior ressoam pancadas a rigoroso compasso. Não há martelada fora do ritmo. Os timbres alteram consoante a peça a trabalhar. A cadência do trabalho manual faz do latoeiro também um artista da percussão, em ataque sonoro ao metal que dá forma. José Lucas, o último dos latoeiros da região, incansável na sua malha à chapa zincada ou à folha de flandres, abre-se em sorriso de boas-vindas.

A velha latoaria, que lhe dá abrigo, é quase centenária. Mas, na sua posse, está desde os anos 60 do século passado, depois que o primeiro proprietário, Manuel Daniel, lhe trespassou o negócio.



José Lucas cedo abandonou a escola, contava uns tenros nove anos. Outrora, o trabalho começava logo na infância. Todos eram poucos para o sustento de uma casa. José Lucas iniciou o ofício de latoeiro com o "Segola", na antiga rua dos latoeiros da cidade (hoje transformada na rua da Amoreirinha), ganhou-lhe o gosto e não mais parou. Transferiu-se, depois, para o mestre José Pedro, com oficina na mesma rua. Foi com ele que aprendeu os segredos da profissão. Foi já com muita experiência que, mais tarde, arriscou negócio próprio, sozinho, na sua pequena oficina. Já lá vão mais de 50 anos.

Quem o vê trabalhar, não lhe percebe cansaço. Há ainda uma centelha de entusiasmo no olhar e uma invulgar destreza das mãos calejadas, à força de tanto repetir o gesto. O olhar só embacia quando pensa no futuro da sua profissão. "Hoje em dia, já ninguém quer aprender este ofício. Custa-me dizer isto, mas… eu sou o último dos latoeiros aqui da região e a arte vai morrer comigo", lastima José Lucas, enquanto solta duros lamentos da melindrada lata.













O Último Caldeireiro

Ali bem perto da oficina de José Lucas, na rua de Santiago, no número 40, Carlos Antunes é também mestre da percussão de metal. Desta feita, de cobre. Com as insistentes e cadenciadas marteladas, o cobre vai ganhando forma e vida pelas mãos de Carlos Antunes. É o último caldeireiro de Castelo Branco. O mestre trabalha incansavelmente para garantir a sua subsistência. E ainda assim vive tempos austeros. Os clientes não abundam. Entregaram-se de vez ao consumismo materialista da época contemporânea. Compram sempre novo, mais barato, ainda que de fraca qualidade.

Carlos Antunes não sabe por quanto tempo mais o negócio aguentará. A sombra invadiu-lhe o olhar agora que pensou nisso. Enquanto falava, as mãos sempre se entretiveram na moldagem do cobre. Agora parou. A nuvem emudeceu-o em antevisão de sombrios futuros. Mas, de pronto, afasta os aflitos pensamentos e retoma a golpada musical. "Um dia de cada vez", sorri tristemente, muito cético, no entanto, a ventos favoráveis de mudança.









O Lavrador

Traz por companhia o burro. Engravata o arado no cachaço do animal. Dá início ao esventramento da terra. É necessário revolver, remexer até às entranhas do solo, misturar poeiras, para que o chão se predisponha a dar frutos. Chão intocado veste-se de esterilidade. Também assim são os corações dos homens. Abrem-se ao mundo quando são lavrados em lavores sentimentais que os preparam para o cultivo do amor. Os homens são árvores. Em solo fértil, alargam-se em ramos que tocam o céu, mas de raízes bem arraigadas à terra. Agigantam-se em braços protetores nas dádivas de generosos frutos. Os homens podem ser bons. Basta que tenham corações cuidadosamente trabalhados. Como as terras que lhes dão de comer.

O lavrador da arada

Ó ditosa do lavrador que da sua arada vinha Com o seu jugo às costas, a cavalo na burrinha. Lá no meio do caminho encontrou um pobrezinho: - "Lavrador, levas-me na tua burrinha?" O lavrador se desceu e o pobrezinho subia, levou-o para sua casa, para a melhor sala que havia. Mandou-lhe fazer a ceia do melhor manjar que havia, de galinhas e capões que outra coisa não havia. Sentaram-se os dois à mesa, mas o pobre não comia: os suspiros eram tantos que até a mesa tremia. Mandou-lhe fazer a cama da melhor roupa que havia: por baixo lençóis de seda, por cima lindas cortinas. Lá pelo meio da noite, o pobrezinho gemia; o lavrador se levantou, a ver o que o pobre tinha. Encontrou-o crucificado numa cruz de prata fina - "Ai meu Deus, ai quem soubera quem em minha casa tinha!" - "Cala-te aí, lavrador, que em tua casa falta nenhũa havia, No Céu te estarão guardadas três cadeiras de fantasia: Uma para ti, lavrador; outra para a tua família; Outra para a tua criada, que ela também a merecia!"

Cantiga tradicional interpretada por Catarina Chitas









O Pastor

"Quando a lua vai torta água bota, quando vai dereta água deta" Ti Marcos, 74 anos, pastor, Cegonhas

"Dantes nem relógio havia, era pelas estrelas do céu que a gente se guiava" Clementina Magro, 77 anos, pastora, Soalheiras

"A gente para conhecer a lua é preciso dormir ao relento, muita gente não conhece nada porque nunca dormiu ao relento. Nós assim que víamos a estrela da manhã sabíamos logo que horas eram"

José Lourenço, 90 anos, pastor transumante, Manteigas

Citações retiradas do livro "Pastores, guardiões de uma paisagem", Eddy Chambino, município de Idanha-a-Nova, 2008, pág 92



Maria Romão, pastora, Zebreira



Pingam as horas a compasso da solitude do pastor. Silêncio. O respirar da terra só é interrompido pela melodia dos chocalhos e campainhas do rebanho. Para a frescura no estio ou agasalho nos rigores do inverno, aconchega-se o pastor na sombra dos braços de copas frondosas. Mistura-se com a paisagem. Metamorfoseia-se em cada pedra, em cada folha, em cada flor... Transforma-se em elemento natural e é guardião do trecho campestre em que se insere.

O pastor conhece as luas, segue as estrelas, sente os ventos de mudança dos tempos. É intérprete do cosmos e adivinho meteorológico. Tem alma nómada, caminha infatigável na incessante senda dos melhores pastos para o seu gado. Busca as montanhas no verão, as planícies no inverno. O seu espírito transumante dita os melhores trilhos para a sobrevivência do clã no território de pastoreio.

Reconhece individualmente cada animal, entende as suas dores e alegrias pelo balir, premune suas inquietações por uma sacudidela de chocalho. Homem e animal estabelecem uma linguagem peculiar própria, ininteligível para humanos desprovidos já de uma essência primitiva original.

As mãos distraem-se em golpes de navalha de um qualquer pedaço de madeira, cortiça ou osso e configuram objetos utilitários de identidade pastoril. A tarefa é

Toda a vida fui pastor

Toda a vida fui pastor, Toda a vida guardei gado Tenho uma mágoa no peito, ai, ai, De me encostar ao cajado.

De me encostar ao cajado, Lá pelos campos a rigor. Toda a vida guardei gado, ai, ai, Toda a vida fui pastor.

Meu lírio roxo do campo, Criado na Primavera, Desejava amor saber, ai, ai, A tua intenção qual era.

A tua intenção qual era, Desejava amor saber. Meu lírio roxo do campo, ai, ai Quem te pudera colher.

> Cantiga tradicional da Beira Baixa, cantada por Manuel Panão, pastor de Rosmaninhal







O pastor e as bruxas

Existiu em tempos, numa aldeia um pastor que levou as ovelhas para o bardo já a altas horas de uma noite de Verão

No caminho, quando iam chegando a uma "encruzelhada" (que segundo as pessoas antigas é um cruzamento de estradas onde as bruxas se costumavam reunir à noite), as ovelhas pararam e não andaram mais nem para a frente nem para trás. O pastor zangado começa a ralhar e a bater nas ovelhas mas estas nem se mexiam. O homem zangado começa a ralhar e, de repente, ouve umas vozes que riam e a partir daí as ovelhas começaram de novo a andar.

Histórias e Superstições na Beira Baixa José Carlos Duarte Moura, A Mar Arte

Coimbra/97 A produção de amiudamente suspensa por uma nota desafinada da sinfonia, um chocalho desaguisado a prever o tresmalho de um teimoso animal. E lá vai grito, estalido, chamamento, de novo as estranhas vocalizações, a que cães e rebanhos prontamente obedecem.

"Úlha! (Assobio) Heeeeeeeeeei! (Outro assobio) ". Aproxima-se o final do dia. Hora da recolha do gado. A contagem é quase desnecessária. Tal como a um filho, o pastor conhece-lhes cada característica e traço distintivos. Iniciam a marcha de regresso para a ordenha. Outrora realizada ao relento, hoje a tarefa é realizada em ovis e cabris, quase todos mecanizados.

O ato de mugir exige grande perícia do pastor, um saber-fazer especializado que só se adquire com a prática diária. Carece de firmeza, mas igualmente de doçura no tato e nas palavras. E esse gesto compassado pode ser comparado ao de um músico a interpretar o seu instrumento, numa cadência rítmica do som vibrante metálico do leite a jorrar sobre o balde. Eis música.



Queijo

"Todas as manhãs antes da saída para o pasto, e todas as tardes antes do seu regresso ao bardo, as ovelhas do alavão são levadas ao aprisco para serem ordenhadas. E aqui, pastor e ajuda ou alavoeiro, munidos de grandes picheiros, vão mugindo sem cessar, uma a uma, todas as ovelhas, fazendo cantar na lata o leite espumante".

Jaime Lopes Dias in "Etnografia da Beira", 1991, p.89

Finda a ordenha, o leite é coado para uma vasilha através de um pano de linho para separar as impurezas e segue prontamente para a queijeira. Caso a ordenha da manhã seja fraca, aguarda-se pela da tarde, e só depois todo o leite parte ao seu destino. Depois deste processo de filtração do leite, segue-se a fase de coagulação. O coalho mais utilizado é normalmente o cardo (*Cynara Cardunculus*, *L.*), embora se recorram também a compostos químicos e ainda ao bucho do mamão ou coalheira, que não é mais do que o estômago de um chibo em amamentação.

O aproveitamento do cardo é feito na época da sua floração, no decorrer do mês de junho. Cortam-se os estames da flor e guardam-se em local seco e fresco até secarem. São cerca de oito dias até estar pronto a usar, depois de moído em almofariz ou malga com pilão. Como não há receita com quantidades exatas, calcula-se que cinco gramas de cardo sejam suficientes para cinco litros de leite, variando de acordo com fatores como a pureza do cardo, a época de colheita, a secagem, entre outros.

Para facilitar o processo de adição do cardo, junta-se-lhe água e tritura-se tudo. Coa-se novamente, agora a pasta, num pano de linho e espreme-se o líquido para um recipiente. Mexe-se bem com a fataca e reserva-se por cerca de meia hora, o tempo suficiente para que o leite coalhe.

Posteriormente, munido de uma fataca, e em movimentos rápidos, procede-se à divisão da coalhada em pedaços irregulares, ao que se segue um breve período de repouso, para que o soro aflore à superfície da coalhada. O soro será tanto maior quanto mais se comprimir a coalhada com as mãos. Despeja-se e distribui-se, seguidamente, a coalhada, com a ajuda das mãos, sobre a francela ou parreirão, onde assentam os acinchos. E começa o processo de pressão manual, ligeira no início, mais forte no fim, escoando-se o soro pelos acinchos e obtendo uma massa mais consistente e comprimida. Deixa-se a coalhada escorrer em cima do acincho por umas horas e regressa-se, mais tarde, para a viragem do acincho e uma nova compressão.

Terminados estes procedimentos, obtêm-se queijos com formato cilíndrico e consistente, e é hora de mais um processo: a salga. A salga consiste em cobrir um dos lados do queijo com uma porção de sal (geralmente sal grosso) e, horas depois, o outro. A salgadeira é uma espécie de tábua com escoante por onde escorrem o soro e salmoira.

























Finalmente, depois de salgado e seco, o queijo inicia o processo de cura na francela durante os primeiros dias. Só depois segue para as prateleiras de madeira, onde permanece em cura por vários meses. Neste espaço de tempo, o queijo necessita de ser regularmente voltado e lavado com leite ou soro frios.

Tipos de queijo da região:

Queijos de mistura (ou mestiços)

- Queijo à ovelheira: Designa a transformação tirotécnica do leite de ovelha, estreme na grande maioria dos casos, ou, muito raramente, adicionado de pequena quantidade de leite de cabra, e cujo produto toma sempre o nome de queijo de ovelha.
- Queijo à cabreira: Designa a mesma transformação do leite de ovelha, do de cabra, da mistura dos dois e até, muito excecionalmente, destes com o de vaca, sendo que varia a gama dos produtos obtidos. (...) A diferença entre as duas modalidades está ligada a algumas particularidades de feitoria. Resumindo, as diferenças estão, fundamentalmente, na prensagem em demasia nos queijos à ovelheira e da quase ausência de prensagem nos queijos à cabreira.

Dentro de cada uma destas modalidades, há ainda outras singularidades, ou, digamos, derivações, tais como: o queijo picante ou queimoso ou de pilha, o queijo velho, o queijo amarelo, etc.

- Queijo fresco: Proveniente do leite de ovelha ou de cabra ou também da mistura de ambos. Têm variantes e diferenças relativamente à maneira de fazer e ao tempo de cura. A salga faz-se sem menor quantidade. Por vezes, lavam-se para não adquirirem coloração.
- Requeijão (travia): Relativamente aos subprodutos ou derivados, o soro ocupa um lugar de especial destaque na dieta alimentar do pastor. Depois de fervido, o soro é aproveitado para fazer o tão apreciado requeijão (travia).

Retirado de "Pastores, guardiões de uma paisagem" – Eddy Chambino, município de Idanha-a-Nova, págs. 29 e 30



De pele a instrumento musical

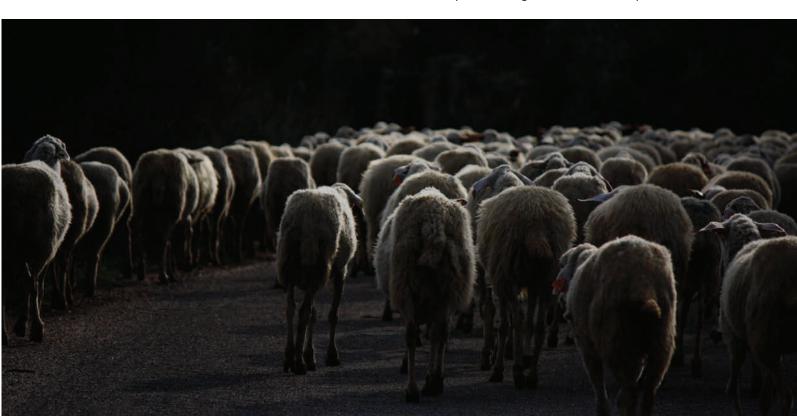
Para além da produção de leite, de carne e de lã, também a pele das ovelhas e cabras é aproveitada.

O processo de curtição das peles é um saber-fazer do domínio de quase todos os pastores. O tratamento da pele requer um conhecimento e experiência aperfeiçoados com a repetição da tarefa diária e transmitidos ao longo de gerações. Este processo consiste na limpeza da gordura anexa à parte interior da pele (flora da pele), que o pastor denomina de "sovar". Para certos aproveitamentos, onde se inclui a construção de adufes, a pele necessita ainda de ser pelada, ou seja, necessita de uma remoção completa do pelo ou da lã adjacente.

As peles de animais tinham inúmeras aplicações, nomeadamente em objetos e vestuário do quotidiano dos pastores e da comunidade rural em geral. Entre as finalizações com a pele de cabra, destacamos os aventais de ferreiros, foles, samarras, arreios, cintas e atilhos. Já da pele de ovelha nasciam sobretudo bandoleiras, boinas, mantas para a cama e outras peças de vestuário.

Pela excelência do seu trabalho manual, os pastores foram considerados durante séculos os melhores artesãos de qualquer comunidade campestre.

As peles tiveram ainda uma importante influência no aparecimento, desenvolvimento e notabilização dos instrumentos musicais tradicionais dos povos rurais, nomeadamente dos relacionados com o ciclo pastoril. Na região da Beira Baixa, em particular





no concelho de Idanha-a-Nova, falamos sobretudo do adufe, o instrumento musical que ainda hoje se encontra profundamente enraizado na identidade das gentes deste território, bem visível na manifestação dos rituais e festividades religiosos e pagãos, bem como no conjunto de tradições culturais de natureza recreativa.

O adufe é produzido a partir de peles de ovelha ou cabra, cosidas entre si e esticadas sobre uma armação de madeira, de quatro tábuas reforçadas. Original e genuinamente, o instrumento incorpora guizos, sementes ou grãos de milho, embora na atualidade a maior parte dos adufes seja preenchida com caricas de cerveja ou pequenos pedaços de lata, numa adulteração clara da génese deste instrumento musical de origem árabe. Ainda hoje é usado nesta parte do mundo, mas em formato triangular e não quadrangular como na Península Ibérica, onde chegou entre os séculos VIII (ver mais no subcapítulo "A Adufeira").

A pele deu igualmente luz a outro instrumento musical singular e único desta região raiana – a zamburra (conhecida noutros locais por sarronca).

A zamburra é um instrumento musical muito primitivo da categoria dos membrafones, designadamente membrafone de fricção. É composta por um reservatório, normalmente uma bilha de barro, que serve de caixa de ressonância e cuja boca é tapada com uma pele de ovelha ou cabra esticada, que vibra quando friccionada com







Zamburra

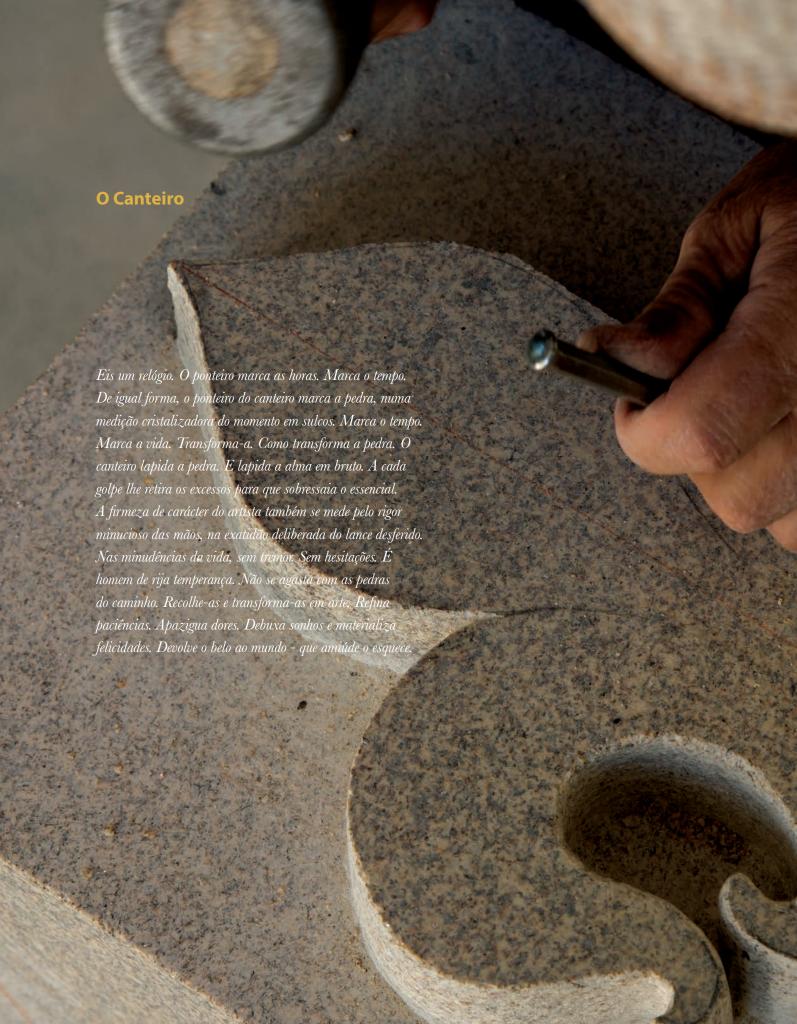


um pau preso nas extremidades. Produz um ruído grave e fundo, que o bojo da caixa transforma num ronco característico do instrumento. O pau utilizado para a base é a chara (esteva), no caso específico do Rosmaninhal, e o pau de gamão ou abrótega na generalidade dos outros locais onde marca presença. A haste do gamão é esfregada com cera virgem para um maior atrito na fricção da mão e, consequentemente, uma maior aspereza no som produzido.

Este instrumento musical tem grande significado na zona raiana sul da Beira Baixa. Em vez de sarronca, por que é conhecido no resto do país, aqui é apelidado de zamburra, nome que deve aos espanhóis. No Rosmaninhal, usa-se no Natal. Já em Malpica do Tejo, é utilizado no Entrudo.

Durante o tempo que lhe sobra, quando o rebanho se estende avidamente pelos pastos, o pastor costuma aproveitar para exercitar a sua criatividade. De entre o manancial de objetos que nascem das suas mãos, destacamos ainda o pífaro ou flauta travessa. O pastor constrói o seu pífaro e sabe tocá-lo. O pastor, para além de especialista no ofício que lhe dá nome, é artesão, músico e cantor. Mais uma vez, se prova estreita relação entre as manualidades, o uso das mãos nas tarefas quotidianas, seja por exigência do trabalho ou na criação de artesanato utilitário e/ou estético, e a produção e interpretação de música.









Museu do Canteiro, Alcains

bárbaras. Os segredos dessa arte acabaram restritos às associações monásticas, graças aos clérigos que davam refúgio, nos seus conventos, a artistas e arquitetos. Por volta do século X, pela necessidade de expansão, os frades começaram então a difundir a arte novamente, com a instituição das confrarias laicas.

Foi somente no século XII que surgiu novamente uma organização laica de canteiros, instituída por operários alemães - os Steinmetzen - que trabalharam na construção da catedral de Estrasburgo e alcançaram grande notoriedade. Desde então, com o fundamental auxílio das corporações de ofício, a cantaria voltou a ser difundida em toda a Europa e trazida depois para o Novo Mundo, fazendo-se presente, até hoje, na arquitetura de vários países.

No que toca à arte da cantaria em Alcains, as técnicas e os instrumentos para trabalhar a pedra – sobretudo o granito, pela sua grande disponibilização nos solos da região – estão intimamente ligados à história socioeconómica da vila e do concelho. Do seu diálogo entre a mão e a pedra, por obrigação do ofício, os canteiros ergueram casas e monumentos. Mas a sua arte estética deixavam-na sempre que possível em pequenos detalhes da obra que iam talhando, como que uma assinatura do trabalho. Edificaram catedrais e mosteiros, igrejas, capelas, um edifício senhorial ou simplesmente um chafariz. Já no domínio da cantaria artística destacam-se trabalhos de grande minúcia e singularidade como brasões de família, pináculos e capitéis de vários estilos arquitetónicos, trabalhos personalizados para cemitérios, como jazigos e túmulos, e ainda de caráter religioso para novas igrejas ou em fase de restauro, de que são exemplos pias batismais, ambões, rosáceas, altares, mísulas ou púlpitos. Entre as obras mais emblemáticas e merecedoras de uma atentada visita, destacamos a estatuária ornamental do Jardim do Paço, em Castelo Branco.

A vila de Alcains tem uma memória própria da arte da cantaria e que pretende preservar pelas gerações vindouras. Nos tempos que correm, poucos já são os homens que detêm o saber do ofício, pelo que se tornou imprescindível cristalizá-lo no es-

Castelo Branco

Ó Castelo Branco, ó Castelo Branco Mirando o cimo da serra, ai mirando o cimo da serra. Ai, quem nasceu lá p'ra Castelo Branco Não é feliz noutra terra Ai, mirando o cimo da serra.

Eu nasci na beira, sou homem pequeno Sou como o granito bem rijo e moreno. Eu nasci na beira, sou homem pequeno Sou como o granito bem rijo e moreno.

Lá, lá, lá, lá...

Meu bem quem me dera Nos altos montes Andar ao sol todo o dia, ai, andar ao sol todo o dia Beber água fresca, ai, lá pelas fontes Cantar como a cotovia Ai, andar ao sol todo o dia.

Coração da serra não ama a cidade Só na sua terra se sente à vontade Coração da serra não ama a cidade Só na sua terra se sente à vontade

Eu nasci na beira, sou homem pequeno Sou como o granito bem rijo e moreno Coração da serra não ama a cidade Só na sua terra se sente à vontade.





paço e no tempo, antes que a memória coletiva se desvaneça. Assim nasceu o Museu do Canteiro de Alcains. O núcleo museológico, para além de memória da Arte e Ofício da Cantaria dos artesãos alcainenses, apresenta uma exposição permanente sobre os mestres canteiros da Batalha e de Alcobaça, num reconhecimento do papel da Escola da Batalha na formação de artistas reconhecidos em todo o mundo. O espaço é uma verdadeira montra das ferramentas e dos utensílios que, durante séculos, marcaram o ofício, acompanhadas por suportes audiovisuais, quer sejam fotografias, vídeos ou recolhas sonoras das várias etapas do trabalho.

O granito

O granito é um tipo comum de rocha ígnea de grão fino, médio ou grosseiro, composta essencialmente por quartzo, mica e feldspato, tendo como minerais acessórios mica (presente quase sempre), hornblenda, zircão e outros minerais. É normalmente encontrado nas placas continentais da crosta terrestre.

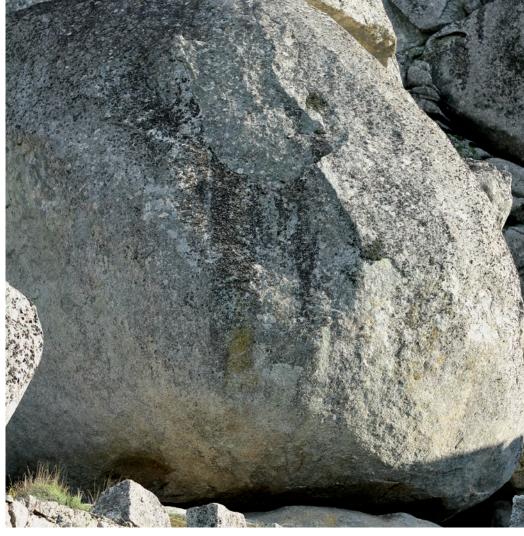
O granito é quase sempre sólido (sem estruturas internas), duro e resistente, sendo por essas qualidades usado como pedra para a construção civil. A densidade média do granito situa-se entre 2,651 e 2,75 g/cm³. A sua temperatura de fusão é de 1215 - 1260 °C.

A palavra "granito" tem origem no latim granum, um grão, em referência à textura da rocha.

A composição mineralógica dos granitos é definida por associações muito variadas de quartzo, feldspato, micas (biotite e/ou moscovite), anfíbolas (sobretudo horneblenda), piroxenas (augite e hiperstena) e olivina. Alguns desses constituintes podem estar ausentes em determinadas associações mineralógicas, anotando-se diversos outros minerais acessórios em proporções bem mais reduzidas.

Macroscopicamente, o quartzo é reconhecido como mineral incolor, geralmente translúcido, muito comum nos granitos.





Os feldspatos (microclina, ortóclase e plagióclases) são os principais condicionantes do padrão cromático das rochas silicáticas, conferindo as colorações avermelhada, rosada e creme-acinzentada a estas rochas.

A cor negra variavelmente impregnada na matriz das rochas silicatadas é conferida pelos minerais máficos (silicatos ferro-magnesianos), sobretudo anfíbolas (hornblenda) e micas (biotite) chamados vulgarmente de "carvão".

Nos granitos mais leucocráticos (claros), portanto com menor quantidade de minerais ferro-magnesianos, o quartzo e o feldspato compõem normalmente entre 85% e 95% da rocha.

A textura das rochas silicatadas é determinada pela granulometria e hábito dos cristais, sendo a estrutura definida pela distribuição desses cristais. Composição, textura e estrutura representam assim parâmetros de grande importância para caracterização de granitos.

O granito é utilizado como rocha ornamental e na construção civil. Para o setor de pedras ornamentais e de revestimento, o termo granito designa um amplo conjunto de rochas silicatadas, abrangendo monzonitos, granodioritos, charnockitos, sienitos, dioritos, doleritos, basaltos e os próprios granitos.

Em Portugal, a paisagem granítica revela-se principalmente em extensos planaltos, em serras, nas Beiras e em várias regiões montanhosas.



A Lavadeira

"Eu não quero máquina! A minha roupa é sempre lavada na ribeira, porque gosto muito. Ponho a roupa a corar, ponho a enxugar. Quando vou para casa, vai tudo lavadinho! Antigamente, quando eu era uma garota, as senhoras lavavam a roupa onde é agora a barragem (Meimão/Meimoa). Iam de véspera, dormiam lá a noite para lavarem as roupas de linho. Punham as roupas dobradas num cesto, faziam um lume grande, e depois deitava-se cinza e água a ferver na roupa, repetindo-se o processo muitas vezes — chamava-se-lhe a barrela. A roupa ficava branquinha. Faziam este trabalho de noite, e de dia lavavam-na".

Maria, lavadeira de Meimão

Todas as semanas, as lavadeiras acorriam a casa das suas clientes, senhoras da burguesia e das classes altas, para recolher a roupa para lavar. Era um quotidiano frequente e o sustento de muitas famílias no país ainda nos inícios do século XX. As roupas distinguiam-se por marcas que cada possuidora lhes bordava: iniciais do nome, pequenas estrelas, flores, ilhós, bolas a cheio ou outros pormenores.

As lavadeiras eram verdadeiras bailarinas, em equilíbrios de rolos de pano bem montados à cabeça, em grandes trouxas. Desciam graciosas até ao rio, ribeiro ou riacho mais próximos em trinados e cavaqueiras murmulhantes. Tão cristalinas como as águas que as esperavam. Aprenderam a conversar com o rio e em rio se transformaram. São rios que andam, que riem e falam. E que desaguam sonhos nos mares da vida.

Chape-chape. A lavadeira demolha a roupa no rio, esfrega-a com o sabão, cora-a ao sol, castiga-a de punhos cerrados, bate-a na pedra junto à linha de água. E chape-chape. De novo recomeça. Até ficar imaculada. Sempre ajoelhada, a lavadeira enxagua até os seus pecados. Em oração e penitência. E afoga mágoas nas águas profundas do seu peito.

Mas o rio sempre corre em alegre melodia. E puxa a cantorias. "Roupa que não é cantada não é lavada", dizem. Uma chama os versos. As outras cobrem o refrão. Os dias de trabalhos duros e longos eram assim amenizados em cançonetas e cantigas ao despique.

As operações da lavagem tradicional incluem sucessivas fases. A primeira é a cora, com a roupa ensaboada e estendida no chão (sobre a erva) durante dois dias. De-

Produção de sabão artesanal segundo a D. Maria, lavadeira de Meimão

Ingredientes:

6 ou 12 litros de azeite ou borra 6 litros de água 1 kg de soda

Deito todos os ingredientes num caldeiro, começo a mexer até fazer pasta e levo ao lume a ferver. Fico duas a três horas a cozer e, nessa altura, junto-lhe umas colheres de cinza e mexo tudo. No fim, tiro, deito o preparado no caixote e junto-lhe um bocadinho de Omo. Fica uma barrela na roupa este sabão.



Maria de Fátima, Meimão







Luisa Pires, Ladoeiro

Canção

As penas que tem um corvo estão todas a alumiar As penas que tem um corvo estão todas a alumiar Diga-me lá por cantigas quantos peixes tem o mar Diga-me lá por cantigas, ai, quantos peixes tem o mar.

Recolhida por Tom Hamilton junto de Maria, lavadeira de Meimão pois, a roupa é lavada no rio ou no tanque, enxaguada em água limpa e secada por pendura, em cordas ou arames. Após a secagem, era palmeada - dobrada e espalmada à mão - ou passada a ferro. E ficava pronta a usar.

Existiam outros processos mais elaborados, como a barrela, que incluía a junção de cinza e água fervente, e que exigia uma mais demorada e repetida cora. Neste processo, as peças de roupa permaneciam no preparado toda a noite. Para evitar roubos noturnos, as lavadeiras passavam a noite perto das margens do rio em abrigos construídos com paus de oliveira e folhas de salgueiro.









O Amolador



Leva a gaita aos beiços e o apito característico e inconfundível ecoa por toda a aldeia. É o seu chamamento. Os antigos diziam que ouvir aquela melodia nostálgica era adivinhar chuva. A sua alma de saltimbanco carrega consigo todas as memórias, de todos os tempos. Formadas em nuvens de lembranças, que se despejam no ar em notas de melancolia. É como ouvir na rádio uma música antiga, que já não ouvimos há muito, e que nos transporta ao passado dos momentos felizes. Deixa-nos uma lágrima de saudade a rolar pela face. E um sorriso a rasgar o traço rígido dos lábios. O amolador vem para arranjar ou afinar tesouras, facas, tachos, panelas e até guarda-chuvas. Faz um solitário caminho, trazendo unicamente a bicicleta por companhia. Aliás, o companheiro velocípede é o seu maior aliado de trabalho, onde sobressai a pedra de esmeril, usada para amolar através de um engenhoso sistema movido pelos pedais. A bicicleta vem ainda apetrechada com todo um manancial de ferramentas, varetas, alicates e arrebites para acudir aos pedidos de reparações várias. Hoje, restam muito poucos. E a nostalgia desvanece-se. Perde-se a memória. Perde-se a identidade.













Origem do adufe - teoria convencional

Segundo a Meloteca Portuguesa, o adufe é descrito como um "instrumento de percussão de membrana dupla, em formato quadrangular, resultado da influência árabe (duff). É tradicional de Monsanto e da Beira Baixa, onde é tocado exclusivamente por mulheres. Na região de Trás-os-Montes, o adufe tem designação de pandeiro. É também utilizado no Brasil, certamente por influência de portugueses". São instrumentos da categoria dos membranofones de percussão direta, de aro muito baixo, cujas peles fixas não permitem graduar a sua tensão e tonalidade.

É comumente aceite, e muitas teorias assim o defendem, de que foram os árabes que introduziram o adufe na Península Ibérica no séc. VIII. O adufe foi conhecido na civilização da Mesopotâmia, do Egito, de Roma e no mundo pré-islâmico. A ocupação árabe na Península Ibérica introduzia, assim, novas sonoridades, influenciando os músicos portugueses cristãos. Vários instrumentos foram copiados. O adufe é um desses exemplos, mantendo até aos dias de hoje a sua origem no nome.

Os materiais usados na realização dos instrumentos são também reveladores das atividades quotidianas do povo português. A pele dos animais era a principal matéria para a feitura deste instrumento musical de carácter pastoril. O facto de o nosso território ser uma zona rica em pastorícia justifica de algum modo a grande explosão de adufes saídos das mãos habilidosas das mulheres e homens da Beira Interior. Antigamente era vulgar as pessoas juntarem-se em casa ou no largo do pelourinho daqueles lugares e tocarem adufe ao despique. Os homens jogavam às cartas e as mulheres cantavam, dançavam e tocavam. Eram antigas formas de convívio que ainda acontecem esporadicamente e cada vez com menor frequência, mas que antigamente se realizavam amiudadamente por ocasião do fim das fainas agrícolas.

Em Portugal, as grandes reminiscências do adufe estão no distrito de Castelo Branco. O adufe é sempre tocado só pelas mulheres e tem um carácter estritamente individual: cada uma possui o seu, embora o possam tocar em conjunto em acompanhamento a toda a espécie de cantares. Hoje, muitas mulheres ainda possuem o adufe para tocarem em momentos festivos ou cerimoniais, profanos e festivos, danças e canções de trabalho. O adufe encontra-se bem presente nas festividades religiosas da Beira Baixa, a acompanhar os mais famosos cantares da liturgia popular beiroa, como é o caso da romaria da Senhora do Almurtão, principal centro difusor do adufe em toda a província, ou da Festa da Divina Santa Cruz, em Monsanto. O adufe também esteve desde sempre ligado aos acontecimentos religiosos ligados à Quaresma, quando os divertimentos eram "proibidos". O adufe era o instrumento que acompanhava as melodias tristes, próprias da quadra.

Não é conhecida nenhuma outra região onde o adufe tenha mantido a sua inegável importância como instrumento de reconhecido arcaísmo e relevo na panorâmica da história da música popular portuguesa.

Senhora do Almortão trecho de cantiga de romaria de Idanha-a-Nova

Senhora do Almortão Minha tão linda arraina Voltai costas a Castela Não querias ser castelhana

Senhora do Almortão Olhai o que diz o Mundo: Perto da Vossa capela Há um chafariz sem fundo.







Leonor "Ti Chuça", Zebreira

O adufe e o mistério

Tom Hamilton

Em termos históricos, é assunto arrumado e generalizado de que foram os árabes que trouxeram o adufe para a nossa região raiana. No entanto, as incongruências são muitas, ainda que não encontremos alternativas válidas. A palavra adufe é de origem árabe e, como tal, assume-se desde logo que foi este povo que o importou para Portugal. Contudo, seguindo a mesma lógica, também o Algarve, Alentejo, Alcains, e tantas outras regiões e localidades deste país, têm designações de origem muçulmana. O que não significa que tenham sido descobertas por árabes. Elas já existiam antes. Os árabes apenas lhes deram nome na altura em que se fixaram por lá. O facto de terem nomes de origem árabe não prova o sujeito como criador.

Se os muçulmanos fossem os responsáveis por trazer o adufe para Portugal, haveria com certeza grandes evidências do instrumento musical no Alentejo e Algarve, onde a presença muçulmana mais se evidenciou. Mas nessas regiões não há adufe.

É certo que o adufe (Duff em árabe) existe como instrumento percussivo no mundo árabe, mas a palavra vai beber igualmente ao hebraico e ao indiano. Geralmente,

As armas do meu adufe As armas do meu adufe São de pau de laranjeira Quem quiser tocar com ele Tem de ter a mão ligeira

Quem quiser tocar com ele Tem de ter a mão ligeira As armas do meu adufe São de pau de laranjeira

O Rosmaninhal se queixa De não ter moças formosas Subam lá acima a Idanha Que até as silvas dão rosa

As armas do meu adufe São de pau de laranjeira Quem quiser tocar com ele Tem de ter a mão ligeira

Canção tradicional da Beira Baixa









indica qualquer instrumento musical parecido ao adufe e tocado com as mãos. No entanto, se atentarmos ao universo da percussão árabe, vemos que os seus instrumentos são redondos e, normalmente, com um lado aberto como o bodrum, usado na música irlandesa. Resta então o mistério. Que povo trouxe o adufe para a Beira Interior Sul? Será que existe um outro povo, para além do árabe, que se tenha instalado no país na mesma altura?

Quando os árabes invadiram a Península Ibérica, traziam um exército berbere na linha da frente da ocupação. A presença árabe desenvolveu-se mais forte a sul do Tejo, embora tenham influenciado igualmente as Beiras. No entanto, o povo que acabou por se instalar com maior predominância na região foram precisamente os berberes, sobretudo nas áreas mais montanhosas.

Os berberes habitaram as terras do Norte de África até ao Egito por um período de 5000 anos, muito antes da chegada dos árabes e do Islão. Os berberes não são árabes e têm uma cultura musical diferente. Aquando da sua presença em Portugal, os berberes queixavam-se das duras condições de trabalho a que os árabes os sujeitavam. Tinham a tarefa difícil de se instalar e liderar nas áreas mais declivosas da região. Acabaram mesmo por, a certa altura, se revoltar contra os árabes.

Temos, portanto, um povo que não é árabe e que esteve presente nas Beiras. Se pudermos comprovar a proveniência berbere do adufe, temos o mistério resolvido e a explicação da ausência deste instrumento musical no Alentejo e no Algarve. A música tradicional dos berberes é cantada com acompanhamento de flauta e de um instrumento de percussão tocado com as mãos. Ora, aqui há já uma similitude com a música tradicional do nosso território, tocada com adufes e pífaros. De igual forma, a música dos berberes é interpretada predominantemente por mulheres, tal como na zona raiana. Mas onde inserir o instrumento musical de percussão quadrado? Para isso, recorro a duas fotos, que encontrei em pesquisas na internet:

- A primeira fotografia foi retirada de uma venda no Ebay recentemente. O instrumento musical vinha acompanhado da seguinte legenda: ETHNICAL TRADE MOROCCAN BERBER DEFF LEATHER FRAME DRUM HANDMADE percussion 541 (Adufe quadrado em couro feito à mão do comércio étnico marroquino berbere percussão 541).
- A segunda foto, mais antiga, retrata um grupo de berberes a tocar adufe. E aqui acrescento uma nota: se atentarmos pormenorizadamente na fotografia, vemos que a técnica usada na percussão do instrumento é idêntica à das nossas adufeiras, bem como a disposição e agrupamento dos tocadores.

Em jeito de conclusão. Os berberes, um povo com raízes na Antiguidade, com uma cultura e música diferentes do mundo árabe, vieram com estes últimos para a Península Ibérica. Foram os berberes que, em condições difíceis e nas zonas mais íngremes do território nacional, onde a Beira Baixa se encaixa, se foram instalando e avançando para norte, em revolta contra os árabes. Foram eles que nos legaram

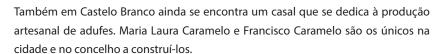


a tradição de tocar adufe, com o seu ritmo e a sua técnica, que ainda podem ser atualmente vistos na zona raiana de Idanha-a-Nova, Monsanto, Penha Garcia... Assunto resolvido? Talvez. As provas são evidentes. Arrumado? Talvez não. Será que os berberes, quando chegaram ao nosso território raiano, não encontraram a habitá-lo um povo único que tocava um instrumento único e fascinante? Não terá sido o contrário? Não terão sido os berberes a descobrir no nosso território o adufe e a levá-lo para o seu país? Talvez nunca o saibamos.



A construção artesanal do adufe

José Rego Relvas, natural e residente em Idanha-a-Nova, dedicou uma vida aos ofícios tradicionais. O gosto e o talento já vêm de família, dos tempos do avô. Das suas mãos nasceram albardas, arreias para os burros, cabrestos para os animais - prova evidente de que o artesanato estava intimamente relacionado com a forte atividade agrícola do território. Hoje mudaram os tempos e as vontades. Os campos estão à mercê do abandono. Já ninguém pede ao artesão para construir instrumentos campestres e/ou pastoris. Resta-lhe dar vida a adufes. José Relvas é um dos raros e últimos profundos conhecedores e construtores de adufes. Sempre de forma artesanal, tradicional e genuína, como aprendeu com o seu pai.



As peles dos adufes são de ovelha ou de cabra. Antes da aplicação são colocadas de molho na água durante vinte e quatro horas e, depois, sujeitas à ação de uma matéria química para eliminação do pelo. Seguidamente, ficam mais dois dias em água misturada com sulfureto de cobre e cal branca, para que a raiz dos pelos saia facilmente e o cheiro seja eliminado.

Na fase seguinte, as peles, ainda molhadas, são aplicadas na armação de madeira. E, posteriormente, cosidas a toda a volta de uma moldura quadrada de tábuas de pinho ou mogno previamente cortadas nas diferentes medidas.

Os laços de ornamentação do adufe chamam-se maravalhas e são habitualmente de sarja ou flanela. São cortados de acordo com a dimensão do adufe e colocados nos quatro cantos.

Os adufes usados para os grupos folclóricos têm 40 cm de lado. Não são medidas rigorosas, variam entre os 35 e os 50 cm.

No interior, antigamente, colocava-se areia, grãos de trigo ou guizos. Mais tarde, passaram a ser usadas caricas espalmadas, num claro processo de adulteração do instrumento original.









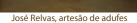






















A Bordadeira

São fios de luz nas mãos de quem os faz dançar em volteios de intricado enredo. Ponto por ponto, a seda conta histórias de antepassados em tela de linho. E reflete as histórias presentes de quem borda. A bordadeira desfere sonhos em ornamentos de agulha. Passa uma mágoa entrelaçada em fio colorido pelo fino buraco da agulha, e nas dores de um pano magoado, nasce a magia do Bordado de Castelo Branco. São lágrimas, nuvens e dor. É amor, canto e alegria. De tudo isto se faz a vida. De tudo isto se faz a manifestação da vida em arte. Porque de magia e amor se bordam os quotidianos das gentes da Beira Baixa. E as suas mãos traduzem almas em flor, em pássaro, em árvore, em fruto de mágico bordado.









Enquadramento histórico do Bordado de Castelo Branco

As mais antigas colchas a Bordado de Castelo Branco datam do século XVIII. No entanto, investigações recentes garantem uma forte possibilidade de estas terem sido produzidas e comercializadas ainda no século XVII.

Resultantes do encontro de culturas entre o Ocidente e o Oriente, e também de influências vincadamente europeias, as colchas de Castelo Branco são, na sua origem, objetos sumptuários, com distintas utilizações, que se alargam para além da sua função essencial de colcha.

Até meados do século XIX, os trabalhos eram produzidos em contexto oficinal com recursos a desenhadores (debuxadores) profissionais, o que indicia a existência de um forte mercado para esta produção.

Na segunda metade do século XIX e no século XX assiste-se à generalização da produção com características não oficinais, ainda que não se comprove uma criação exclusivamente doméstica. Simultaneamente, inicia-se o fabrico empresarial, conciliando a produção manufatureira com a mecanizada.

A designação "Colchas de Castelo Branco" ou "Bordado de Castelo Branco" foi utilizada pela primeira vez, sob a forma escrita, em 1891, num artigo do Jornal Correio da Beira. Foi a partir de então que este bordado ficou indissociavelmente ligado à cidade de Castelo Branco.

Nos anos 20 do século XX, verificou-se a urbanização do Bordado de Castelo Branco com a transposição do saber para a capital de distrito. Até à data, o bordado aparecia disperso e raramente relacionado com a cidade. A vinda deste tipo específico de trabalho para Castelo Branco deve-se à D. Piedade Mendes, natural da freguesia do Estreito, concelho de Oleiros que, durante as suas vindas à cidade, reunia com um









grupo de senhoras locais, a quem ensinava e com quem trocava ideias e possíveis riscos. Assim se perpetuou a arte de saber bordar a "ponto frouxo" ou "ponto de Castelo Branco".

Em 1940 e 1950, a atividade doméstica do bordado assumiria uma nova dimensão, passando do pequeno ciclo doméstico para unidades oficinais. Importa aqui destacar a Oficina da Mocidade Portuguesa Feminina e a Casa Mãe de Elísio José de Sousa. O contexto histórico do Estado Novo e o uso que fez das "tradições culturais", nomeadamente a nível das tradições tecnológicas, solidificou o conceito de "Bordado de Castelo Branco" como uma arte da cidade.

Em 1976, após a extinção da Oficina da Mocidade Portuguesa Feminina, constituiuse, no Museu de Tavares Proença Júnior, a Oficina Escola de Bordados Regionais como unidade de produção e investigação sobre o Bordado de Castelo Branco.

Mais recentemente, constituiu-se a Associação para o Bordado de Castelo Branco, uma escola oficina para a produção de Bordado de Castelo Branco, a funcionar no antigo edifício histórico dos CTT recuperado, em pleno coração da cidade.

Canção do linho

Ai, onde vais, Ó Rosalina Ai espera aí que eu também vou Ai vou regar o linho verde Ai que a minha mãe me mandou.

Ai linho verde, ai linho verde Já te estás a pôr corado Ai quando o linho estiver pronto Vou fazer o meu bordado.

Refrão: Toma lá, dá cá Dá cá, toma lá O meu coração arrecadad'ó lá. Arrecad'ó lá, bem arrecadado Na folha da rosa, na raiz do cravo.

Arrecad'ó lá dentro da cestinha A D. Fernanda é nossa madrinha É nossa madrinha, ela é uma flor As nossas Aranhas têm todo o valor"

Cantiga tradicional de Aranhas, retirada do Cancioneiro Popular

As singularidades do Bordado de Castelo Branco

Apresenta, como característica distintiva de outros bordados, a existência de um desenho ou debuxo visível sobre o pano com utilização preferencial do ponto hoje denominado de "Castelo Branco", uma gramática decorativa muito característica, e o linho e a seda naturais como matérias-primas de eleição. O Bordado de Castelo Branco é executado em linho bordado a seda. No entanto, no bordado histórico aparecem alguns exemplares de Colchas de Castelo Branco em seda bordada a seda e em linho bordado a fio de linho.



1. Linho

O linho pode apresentar-se em tom mais escuro ou moreno (no caso das peças históricas e das peças clássicas) ou claro e branqueado (no caso das peças de recriação clássica e nas de criação contemporânea). Pode, em alguns trabalhos, ser tingido de azul ou castanho.

O linho utilizado nos bordados de Castelo Branco, da Oficina-Escola de Bordados Regionais do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, é tecido manualmente com teia de algodão e trama de linho, ambos adquiridos no mercado. Por uma questão de sobrevivência do próprio bordado, não se deve exigir que o linho seja tecido manualmente nem que a tela seja 100% linho (desde o século XIX que deixou de o ser). A introdução do fio de algodão veio aumentar a resistência da teia evitando a constante quebra do fio, devido à sua fraca resistência à tensão produzida pelo bastidor.

Para conhecimento mais aprofundado da planta linácea e do seu ciclo de produção, consulte o subcapítulo dedicado à Tecedeira, nesta mesma publicação.

2. Seda

A origem da seda está envolta em mistério. Conta a lenda que há 5000 anos Xiling Shi, mulher do imperador Huangdi, descobriu o segredo daquele que se viria a tornar o mais valioso e característico dos produtos da China.

A seda tornou-se, de facto, o bem mais valioso trocado entre o Oriente e o Ocidente por diversas vias, que viriam a ser conhecidas por "Rotas da Seda".

Durante vários séculos, os chineses protegeram cuidadosamente o segredo da produção da seda. Apenas no século V e VI se começa a produzir seda na corte do imperador bizantino Justiniano I. Terão sido monges que trouxeram bichos-da-seda, escondidos nas suas bengalas ocas, e assim terá começado a sericultura na Ásia Central. A partir daqui, espalhou-se para a Europa. No século XV, Itália e França tornaram-se os principais produtores europeus de seda.

Na Península Ibérica, a produção e comércio da seda foram desenvolvidos pelos muçulmanos, chegando a ser famosas as sedas do reino de Granada exportadas para o nosso país. Em Portugal, as notícias mais antigas de produção de seda remontam a 1253, altura em que D. Afonso III fixa em três soldos a melhor corda grossa de seda fabricada no país.

No século XVIII, o Marquês de Pombal promulgou leis que obrigavam à plantação de amoreiras.







A produção de seda nacional decai no século XIX devido a pragas, quer da árvore quer da lagarta. Com a implantação da República, há uma nova tentativa de reabilitação da indústria. No entanto, a produção sempre se caracterizou por pouca representatividade na economia nacional.

Atualmente, em Castelo Branco, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) produz anualmente 15 quilogramas de seda de qualidade extra e 15 quilogramas de seda selvagem.

A seda utilizada no Bordado de Castelo Branco é produzida pela larva *Bombyx Mori*, mais conhecida por bicho-da-seda.

A seda pode ser adquirida na sua cor natural, sendo posteriormente tingida nas cores pretendidas ou adquiri-la já na cor desejada. Deve ser solicitado o certificado de origem e qualidade da seda para um trabalho de qualidade, uma vez que a seda é uma fibra facilmente falsificável.

3. Motivos e simbologias

Os motivos utilizados nos desenhos do Bordado de Castelo Branco resultam de influências diversas desde o desenho e a gravura europeus do século XVII e XVIII, a azulejaria portuguesa, os têxteis indianos e os têxteis e porcelanas chineses.

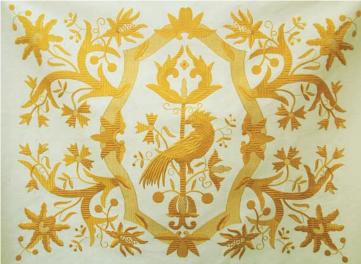
A grande diversidade de motivos contribui para a riqueza do Bordado e sua plasticidade. Há importantes fatores a sublinhar como a estilização e a falsa simetria, a ausência de decoração geométrica e uma certa ingenuidade no traço dos desenhos das colchas consideradas como Bordado de Castelo Branco.













• Motivos vegetalistas ou fitomórficos:

Os mais comuns e que podem ser identificados com elementos da natureza são cravos, troncos, heras, romãs, peónias, rosas, alcachofras, miosótis, malmequeres e bolotas.

A árvore é símbolo de vida, em perpétua evolução, em ascensão para o céu, a árvore evoca todo o simbolismo da verticalidade. Cresce, perde as suas folhas e recupera-as, por conseguinte, regenera-se: morre e renasce vezes sem conta. A árvore é um dos temas simbólicos mais ricos e difundidos, é transversal a muitas culturas, incluindo a Judaico-Cristã.

O cravo está relacionado com o amor vivo e puro. Ao contrário das rosas, o cravo branco simboliza uma paixão ainda mais exacerbada do que a do cravo vermelho. Consoante a cor, assim será a sua simbologia, sempre em redor das paixões.

A folha participa do simbolismo geral do reino vegetal. No Extremo Oriente é um dos símbolos da felicidade e da prosperidade. Um ramo de folhas designa o conjunto de uma coletividade, unida numa mesma ação e num mesmo pensamento.

A peónia é símbolo de riqueza e de honra.

A rosa simboliza a taça da vida, a alma, o coração, o amor.

A romã é símbolo das perfeições divinas na mística cristã e, na Grécia, era símbolo do retorno à vida. As noivas romanas usavam-nas nas coroas com que enfeitavam as cabeças.



Quanto ao motivo da flor, os Gregos acreditavam que o paraíso era atapetado com flores. Os Chineses imaginavam que para cada mulher viva neste mundo, uma flor se abria no outro. Estas duas antigas crenças exemplificam os significados simbólicos mais comuns das flores: o estado paradisíaco e beleza feminina. A abertura da flor em botão representa a criação e a energia do sol. As flores são símbolos universais de juventude e vitalidade, mas devido ao seu caráter efémero também são conotadas com a fragilidade e a transitoriedade.

Motivos antropomórficos

Os motivos antropomórficos são os elementos masculinos e femininos. O elemento masculino aparece geralmente com um elemento feminino de mãos dadas (conhecem-se poucos exemplares onde o homem aparece sozinho). O homem pode aparecer montado a cavalo, como caçador ou com uma flor na mão.

O elemento feminino, habitualmente no centro das colchas, aparece a formar par com o elemento masculino, mas encontram-se exemplares em que o centro das colchas é composto por dois elementos femininos.

O coração é o principal símbolo da sinceridade, do amor e da compaixão. Também representa o centro das coisas. Atravessado por uma flecha e encimado por uma cruz ou uma coroa de espinhos, é um símbolo de Cristo.

Motivos zoomórficos

Podemos identificar vários motivos zoomórficos nas colchas como os cavalos, montados por cavaleiros, cães que representam caçadas, alguns animais alados, répteis e quadrúpedes.

Contudo, o motivo zoomórfico mais representado no Bordado de Castelo Branco é a ave, encontrando-se uma grande diversidade de tipologias. Podem ser identificadas como exóticas ou domésticas.

A ave serve de símbolo às relações entre o Céu e a Terra. São sinónimos de mensagem.

O pavão, na tradição cristã, simboliza a roda solar e é um sinal de imortalidade. A sua cauda evoca o céu estrelado.

· Motivos mitológicos

A águia bicéfala é o único motivo mitológico que encontramos no desenho atual do Bordado de Castelo Branco.





Entre as bordadoras, generalizou-se que este motivo simbolizava a união do casal. No entanto, a origem histórica remonta às antigas civilizações da Ásia Menor e simbolizava o poder supremo. Retomado na Idade Média pelos Turcos Seljúcidas, reproduzida destes pelos Europeus na época das Cruzadas, para assim chegar indiretamente às armas imperiais da Áustria e da Rússia. Assim, parece mais correto dizer que a águia bicéfala (também aparece referenciada como a de duas cabeças) simboliza a realeza. É, de igual forma, errado utilizá-la com o coração trespassado, tratando-se de mistura simbólica de origens muito diferenciadas.

• Motivos inanimados

Lembram os ornatos arquitetónicos quer do Gótico quer do Barroco.





















A Apanha da Azeitona

"E todos os dias, quantos de frio e de gelo, por estradas, por velhos caminhos e por veredas quase intransitáveis, os ranchos seguem ao seu destino: os homens, garruças enfiadas na cabeça, jaquetas bem apertadas, mãos escondidas até ao mais fundo dos bolsos, as mulheres embiocadas nos lenços que atam da nuca ao queixo, forte capucha de baetão ou xaile pelas costas e, algumas, ainda grandes lenços traçados pelo peito. (...) Cada um dos homens procura agora lugar para a sua escada, se não deixou a muda feita do dia anterior, e as mulheres estendem as mantas, onde hão-de cair as azeitonas. Sobe primeiro um, logo em seguida outro, e sobem todos os homens, escada acima, para junto das pernadas e dos ramos. E as azeitonas não deixam de cair, de rufar qual branda saraivada, nas mantas estendidas sobre as dobras do terreno".

Jaime Lopes Dias em "Tradições e Costumes da Beira", pág. 38

É pelo São Martinho, quando o último calor do ano se despede e troca de vez com o provocado pela jeropiga e pelas fogueiras dos magustos, que se inicia uma das mais representativas fainas agrícolas da região: a apanha da azeitona. A colheita da azeitona representava, até há poucos anos, uma atividade repleta de significado sócio-económico e cultural. A boa disposição reinava nos grupos de trabalhadores rurais – os ranchos ou camaradas – ainda que os aguardasse trabalho duro. Trabalhavam e cantavam todo o dia as modas do tempo da azeitona para impedir o enfado e afastar o cansaço.

Começa a chuva do divino fruto, numa espécie de pranto da oliveira por se ver, em seus ramos, despida. A recolha só é interrompida para o humilde almoço de pão e conduto (toucinho, farinheira, ou outros enchidos, queijo...) servido à volta do lume para o retempero do corpo e da alma.

No final da jorna, a azeitona é limpa à pazada. Lança-se tudo ao ar e, entre folhas, ramos e azeitonas, o vento com sabedoria separa a azeitona, que ruidosamente cai no panal, dos ramos e folhas que, em queda emudecida, vão beijar o chão. A



Apanha da azeitona. (Espólio fotográfico António Cézar d'Abrunhoza, à guarda de Dr. A. Abrunhosa e Engª Inês Abrunhosa)

ajudar na tarefa, as mulheres dobram-se e catam a azeitona, uma por uma, como quem junta contas e lembranças para fazer colares de memórias. Nenhuma pode ficar esquecida.

No final da frega, havia festa. O patrão servia uma abastada refeição a todos os trabalhadores, a designada "ceia da azeitona", onde abundavam as batatas com bacalhau, as papas de carolo e o vinho. A festa começava ainda a caminho da casa do patrão; entoavam-se belas canções até à chegada. Depois do repasto, a folia continuava com jogos de roda e bailarico, ao som da concertina e do realejo.

A azeitona tem ainda hoje uma importância marcante nas mesas das gentes beirās. Como fruto, mata a fome com o pão, nas versões galega e cordovil. As que são consumidas novas são retalhadas e colocadas em água, que diariamente tem de ser mudada. Quando doces, servem-se com sal grosso. As restantes, destinadas ao consumo durante todo o ano, são colocadas em talhas de barro cobertas com água. Na lua nova de janeiro, lavam-se e voltam às talhas, agora cheias com água salgada e dois quartos de limão.

Além disso, dela se extrai o azeite, o mais precioso tempero das refeições mediterrânicas.

Chapéu preto

A azeitona já está preta, a azeitona já está preta, Já se pode armar aos tordos, já se pode armar aos tordos. Diz-me lá, ó cara linda, diz-me lá, ó cara linda, Como vais tu de amores novos, já se pode armar aos tordos. [Refrão]

É mentira, é mentira,

 \acute{E} mentira, sim senhor!

Eu nunca pedi um beijo,

Quem mo deu foi meu amor! [Bis]

Quem me dera ser colete, quem me dera ser colete Quem me dera ser botão, quem me dera ser botão Para andar agarradinha, para andar agarradinha Juntinha ao teu coração, quem me dera ser botão. [Refrão]

Ai, que lindo chapéu preto, ai, que lindo chapéu preto Naquela cabeça vai, naquela cabeça vai Ai, que lindo rapazinho, ai, que lindo rapazinho Para genro do meu pai, para genro do meu pai. [Refrão]

"Os amores da azeitona" (Cantiga de trabalho) Monsanto (Beira Baixa) Recolha d'António Avelino Joyce.



Maria Faia

cravo não que tu és rosa
oh Maria Faia
Rosa não que tu és flor
oh Maria Faia oh Faia Maria
Não te quero chamar cravo
Que te estou a engrandecer
Chamo-te antes espelho
Onde espero de me ver
O meu amor abalou
Deu-me uma linda despedida
Abarcou-me a mão direita
Adeus oh prenda querida

jj; Creissac (Jan-96) (Malpica do Tejo: moda da azeitona)

Os lagares e a produção do "ouro líquido"

É no frio dezembro que a azeitona chega ao seu destino final: o lagar. O ar escorre olores untuosos, que os lagareiros deixam de distinguir à força de tanto os inalar. Começa a labuta alquímica para o jorrante ouro líquido. Primeiro, a azeitona é moída por grandes mós que rolam sobre ela, transformando-a numa pasta escura. Esta massa é posteriormente colocada em seiras, que se sobrepõem verticalmente umas sobre as outras até formarem um alto corpo cilíndrico que será espremido pela prensa. Com a compressão, extrai-se, por fim, o precioso líquido que seguirá para a decantação.

O paladar do azeite é testado ainda no lagar. É uma oportunidade para o degustar nas deliciosas tibornas feitas de pão torrado (preferencialmente centeio) molhado no azeite. Em tempos idos, a tiborna constituía em si uma refeição. Depois de o pão ser torrado, miga-se para um prato ou malga e junta-se-lhe azeite até os pedaços de pão ficaram bem embebidos. Para terminar, tempera-se a gosto com sal ou açúcar.

Em termos de originalidade e riqueza etnográfica, os lagares de varas são os mais representativos da Beira Baixa. Lopes Marcelo, na sua obra "Beira Baixa", pág. 88, descreve-os da seguinte forma:

"O lagar de varas é constituído principalmente por: moinho, prensa e bancada. O moinho constava de duas grandes galgas (pedras cilíndricas que trituravam a azeitona, de grande peso, pois tinham um diâmetro com mais de 1,5 m e uns 40 cm

Azeitona galeguinha

A azeitona galeguinha (Ai) Não a comem os pardais: Comem uma, comem duas, (Ai) Comem três, não querem mais.

[instrumental]

A azeitona galeguinha
(Ai) Quando vai para o lagar
É como a moça bonita
(Ai) Que todos lhe vão falar.

[instrumental]

Tradicional (Beira Baixa)



Lagar. (Espólio fotográfico António Cézar d'Abrunhoza, à guarda de Dr. A. Abrunhosa e Engª Inês Abrunhosa)



de espessura) que trituravam a azeitona, rodando dentro de um tanque redondo de pedra (pio). As galgas podiam ser accionadas por uma grande roda exterior que era movida por animais (sistema da atafona), ou levada por uma roda de água trazida pela calha ou levada de um açude. Para o efeito das prensas existiam grandes troncos de árvores, chamados varas. A parte mais delgada estava fixa, introduzida na parede, e era atravessada por um eixo horizontal que permitia movimentos para cima e para baixo. Junto da parte mais grossa, havia um orifício de alto a baixo e dentro dele uma rosca fêmea oscilante, chamada concha, na qual trabalhava um fuso com rosca macho. A parte inferior deste fuso apoiava-se numa pedra chamada pilão, que executava movimentos de rotação, pois que no extremo inferior do fuso existiam dois furos onde se metiam dois ferros grossos e compridos que vários homens faziam rodar para a vara subir e descer, enroscando ou desenroscando na concha. Uma vez obtida, a massa era enseirada (colocação da massa nas seiras) e as seiras (espécie de bolsas circulares com um orifício ao centro) eram empilhadas por baixo da vara, fazendo cair todo o peso da vara e do pilão e espremer a massa. Por cada vara havia uma sangradeira, ou seja, um pote de barro cujo bordo era fendido nos dois lados, ligando-se às tarefas (outros potes onde se juntava o azeite limpo e se deixava repousar um pouco) por meio de telhas mouriscas, onde se intercalava ou forrava uma telha com um bocado de lata nova, constituindo-se assim um espelho que permitia observar a limpidez do azeite. A sangradeira era furada, na parte da frente e quase ao fundo, para fazer a sangria, ou seja, a saída do azenagre, ou azenhagre, que ia para uns tanques chamados inferno, de onde se aproveitava ainda algum azeite. Ao conjunto da sangradeira e das tarefas dava-se o nome de bancada. Cada prensada é denominada moedura ou, vulgarmente, madura e representa cerca de 500 kg de azeitona. Bem dentro destas operações canta o povo:

> Verde foi o meu nascimento Eu de luto me vesti; Para dar luz ao mundo Mil tormentos padeci!"

De algumas décadas a esta parte, assistimos a uma reconversão do modelo de exploração tradicional do olival na Beira Baixa, para sistemas mais intensivos, fruto da situação de envelhecimento da população e consequentes decréscimos de produção. As empresas atuais procuram aumentar a sua produtividade, seja pela modernização dos lagares seja por integração de toda a fileira de produção, ou ainda pela diversificação de produto (pastas de azeitona, azeites aromatizados, azeitonas de conserva, vinagres, etc.), no sentido de lhe conferir valor acrescido e fazer jus àquele que muitos consideram como "o melhor azeite do Mundo".



















Glossário:

Baganha — Semente do linho

Manadas — Molhos

Joeirar — Passar pela peneira = cirandar, peneirar

Péptido — Molécula constituída pela união de um pequeno número de moléculas de ácidos aminados.

Hemicelulose — Substância intermediária em complexidade entre os açúcares e a celulose que ocorre principalmente nas gomas.

Anaerobiose — Tipo de vida que não necessita de ar ou de oxigénio.

Enriar — Meter na água do rio (o linho para se curtir).

Barreleiro — Cesto alto de trama muito apertada

Velhós — Filhós

Frega ou Fega — Período de colheita de azeitona para um mesmo patrão



Bibliografia

Bibliografia Geral

- ADRACES *et als*, "Bordado de Castelo Branco Cadernos de Especificações Técnicas", Parceria "Ex-Libris" Constituída por ADRACES, IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Câmara Municipal de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Castelo Branco, Outubro de 2007
- BATISTA, Graça, "Vila Velha de Ródão Viagens do Olhar", Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, Vila Velha de Ródão, 2001
- CATANA, António, FERREIRA, Hélder, "Mistérios da Semana Santa em Idanha", Progestur.Net, 2012
- CHAMBINO, Eddy, "Pastores, guardiões de uma paisagem", Município de Idanha-a-Nova, Dezembro de 2008
- DIAS, Jaime Lopes, "Tradições e Costumes da Beira", Alma Azul, Coimbra/Castelo Branco, Outubro de 2003
- DIAS, Jaime Lopes, "Etnografia da Beira", 1991
- GIACOMETTI, Michel, em colaboração com Fernando Lopes-Graça, "Cancioneiro Popular Português, Círculo de Leitores, Agosto de 1981
- MARCELO, Manuel Lopes, "Beira Baixa", Editorial Presença, Lisboa, 1993
- MARCELO, Manuel Lopes, "Bailado de sonho As voltas do linho", Edição Rancho Folclórico de Aranhas, 2011
- MOURA, Carlos Duarte Moura, "Contos, Mitos e Lendas da Beira", A Mar Arte, Coimbra, 1996
- SALVADO, Maria Adelaide Neto Salvado, "Em Nome do Amor... Maribela e José Pina Um Caso de Amor e Morte em Sarnadas de Ródão no início do século XX", Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, 2001
- SALVADO, Maria Adelaide Neto Salvado, "Um Rosto e Duas Outras Versões do Romance de José Pina e Maribela...", Novembro de 2002
- SEBASTIAN, Luís, "História da Fundição Sineira em Portugal Trajectos da História", Câmara Municipal de Coruche - Museu Municipal de Coruche, Outubro de 2008
- VAZÃO, Isabel *et als*, "Idanha-a-Nova e Seus Encantos", Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Idanha-a-Nova



Bibliografia do texto "Lusitanos e Vetões na Beira Interior

- ALMEIDA, F. (1956) "Egitânia: história e arqueologia", Lisboa, Faculdade de Letras, pp. 232
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999) *Los Vettones*, Bibliotheca Archaeologica Hispana, 1, Real Academia de la Historia, Madrid
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (2002) "Etnicidad y Arqueología: tras la identidad de los Vettones", SPAL, Revista de Prehistoria y Arqueología, 11, Universidad de Sevilla, pp.253-275
- BELO, A. R. (1960) "Notas sobre cinco marcos miliários da via militar romana Mérida Viseu
 -Braga, encontrados nas proximidades da Torre Centum Cellae de Belmonte", *Revista de Guimarães*, 70, pp. 27-50
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) Los pueblos célticos del suroeste de la Península Ibérica. Complutum Extra, nº 2, Madrid
- BONNAUD, C. (2002) "Vetonia Antiqua: Les limites ethniques et administratives d'un peuple de l'ouest de la Meseta dans l'Antiquité", Studia Historica, vol. 20, La ciudad en el mundo antiguo, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 171
- CORREIA SANTOS, M. J. (2007) "El sacrificio en el occidente de la *Hispania* romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea", *Paleohispanica*, 7, Institución "Fernando el Católico", Zaragoza, pp. 175-217
- CORREIA SANTOS, M. J. (2010) "O Cabeço das Fráguas e a concepção de espaco sagrado na Hispania Indo-europeia", M. J. Correia Santos, T. Schattner (coords.), Actas da Jornada Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto (Guarda, 23 de Abril), *Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos*, nº 6: ano VI, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, pp. 131-148
- CORREIA SANTOS, M. J., SCHATTNER, T. (2010) "O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia", M. J. Correia Santos, T. Schattner (coords.), Actas da Jornada Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto (Guarda, 23 de Abril),

 *Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos, nº 6: ano VI, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda,
 pp. 89-108
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987) Divindades indígenas da Lusitânia. *Conimbriga*. 26, pp. 5-37
- CARDIM RIBEIRO, J. (2013) "Damos-te esta ovelha, ó Trebopala! A *Invocatio* lusitana de Cabeço das Fráguas (Portugal)", Acta Palaeohispanica XI, *Palaeohispanica*, 13, Institución "Fernando el Católico", Zaragoza, pp. 9-28
- CORREIA, J. M. (1992) *Terras de Riba-Côa: Memórias sobre o Concelho do Sabugal*, 3ª ed., Câmara Municipal do Sabugal



- CURADO, F. P. (1988-94) "A propósito de Conimbriga e Coniumbriga", *Gaya*, Actas do I Congresso Internacional sobre o Rio Douro, Vila Nova de Gaia, 6, pp. 213-234
- GARCIA, J. M. (1991) Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e Observações ás Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda
- GARCÍA ALONSO, J. L. (2003) *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*, Anejos de Veleia, Séries Minor 19, Universidad del País Vasco, Vitoria
- GUERRA, A. (1995) *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Col. Arqueologia & História Antiga, Edições Colibri, Lisboa
- GUERRA, A. (1998) *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*, Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Universidade de Lisboa
- GUERRA, A. (2007) "Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas", *Conimbriga*, 46, pp. 161-206
- GUERRA, A., SCHATTNER, T. (2010) "El foro y el templo de lancia Oppidana: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte)", T. Nogales Basarrate (coord.), *Ciudad y foro en Lusitania Romana*, pp. 251-260
- MACHADO, J. P. (1993) Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa, 2ª ed., Lisboa, Confluência
- MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) Los Orígenes de Lusitania. El I Milénio en la Alta Extremadura, Bibliotheca Archaeologica Hispana, 2, Real Academia de la Historia, Madrid
- NOBBE, C. F. (1881) Geographia Claudii Ptolemaei, t. 1, Metzger & Wittig, Lipsiae
- OCEJO HERRERO, A. (1993) "Una fuente Clasica infrautiklizada: el mapa de hispania descrito en la Guia Geográfica de Claudio Ptolomeo. Apuntes sobre sus caracteristicas y posibiliaddes de interpretación", *Nivel Cero*, Revista del Grupo Arqueológico ATTICA, 4, Santander, pp. 58-81
- OLIVARES PEDREÑO, J. (2001) "Teónimos y pueblos indígenas hispanos: los Vettones", *Iberia*, Revista de la Antigüedad, 4, Universidade de la Rioja, Logroño, pp. 57-69
- PERESTRELO, M. S. (2003) *A Romanização na bacia do rio Côa*, Instituto Português de Arqueologia, Parque Arqueológico do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa
- PÉREZ VILATELA, L. (1993) "Los pueblos indígenas de Andalucía occidental ante la guerra lusitana del siglo II a.C.", J. F. Rodríguez Neila (coord.), *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía*, tomo I, Córdoba, pp. 421-432
- PÉREZ VILATELA, L. (2000a) "De la *Lusitania* independiente a la creación de la provincia", Sociedad y Cultura en *Lusitania* Romana, *IV Mesa Redonda Internacional*, Mérida, pp. 73-84



- PÉREZ VILATELA, L. (2000b) *Lusitania. Historia y Etmología*, Biblioteca Archaeologica Hispana, 6, Real Academia de la Historia, Madrid
- PRÓSPER, B. (2002) Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Peninsula Ibérica, Salamanca, Ediciones Universidad
- RODRIGUES, A. V. (1958) "O culto da ganadaria a sul do Douro português", *Revista de Guimarães*, 68, 3-4, pp. 393-396
- ROLDAN HERVÁS, J.M. (1968-1969) "Fuentes antiguas para el estudio de los Vettones", *Zephyrus*, 19, pp. 73-103
- RUIZ ZAPATERO, G., ÁLVAREZ SANCHÍS, J. R. (2002) "Etnicidad y arqueología: tras la identidad de los vettones", *Spal, Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*, vol. 11, pp. 253-275
- SALINAS de FRÍAS, M. (2000), "La religiosidad de las poblaciones antiguas de Salamanca y el norte de Cáceres", *Beira Interior História e Património*, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, 1998, Guarda, pp.139-150.
- SALINAS de FRÍAS, M. (2001a) Los Vettones. Indigenismo y Romanización en el Occidente de la Meseta, Ediciones Universidad, Salamanca
- SALINAS de FRÍAS, M. (2001b) "La religiosidad de las poblaciones antiguas de Salamanca y Norte de Cáceres", *Paleohispanica - Revista sobre Lenguas y Culturas de la Hispania Antigua*, vol. 1, Zaragoza, pp. 151-172
- SAYAS, J. J., LÓPEZ MELERO, R. (1991) "Vettones", J. M. Solana (ed.), Las entidades étnicas de la meseta norte de Hispania en época prerromana, Valladolid, pp. 73-123
- SENNA MARTÍNEZ, J. C. (1995) "The Late Prehistory in Central Portugal: a first diachronical view", K. T. Lilios (ed.), *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Ann Harbour, International Monographs in Prehistory, 8, pp. 64-94
- JAMES, S. (1999) *The Atlantic Celts: Ancient People Or Modern Invention?*, University of Wisconsin Press
- VASCONCELOS, J. L. de (1934) "Ementas Gramaticais", Revista Lusitana, vol. XXXII, pp. 275-293
- VILAÇA, R., BASILIO, L. (2000) "Contributo para a caracterização arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior. Cerâmicas a torno da Cachouçaa (Idanha-a-Nova)", *Almadan*, 2ª. Série, 9, pp. 39-47

